

CARLOS RINALDO NOGUEIRA MARTINS

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOS ENFERMEIROS NO AMAPÁ E A
RESISTÊNCIA SINDICAL: projetos políticos educativos

Uberlândia-MG

2013

CARLOS RINALDO NOGUEIRA MARTINS

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOS ENFERMEIROS NO AMAPÁ E A
RESISTÊNCIA SINDICAL: projetos políticos educativos

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Educação, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena.

Área de concentração: Trabalho, Sociedade e Educação.

Uberlândia-MG

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

M386p
2013

Martins, Carlos Rinaldo Nogueira, 1965-
A precarização do trabalho dos enfermeiros no amapá e a resistência
sindical : projetos políticos educativos / Carlos Rinaldo Nogueira
Martins. - 2013.

105 f. : il.

Orientador: Carlos Alberto Lucena.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em Educação.

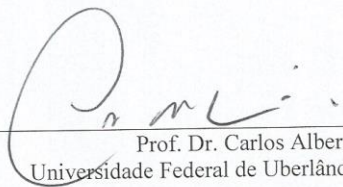
Inclui bibliografia.

1. Educação - Teses. 2. Enfermagem - Formação de professores -
Teses. 3. Enfermeiros - Teses. 4. Sindicalismo - Teses. I. Lucena, Carlos
Alberto. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

CARLOS RINALDO NOGUEIRA MARTINS

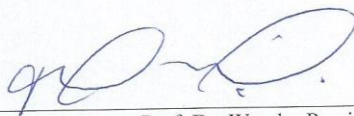
BANCA EXAMINADORA



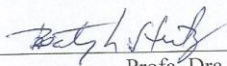
Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



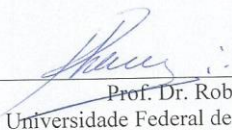
Prof. Dr. Anderson Claytom Ferreira Brettas
Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM



Prof. Dr. Wander Pereira
Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação - ESAMC



Prof. Dra. Beatriz Lemos Stutz
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Prof. Dr. Robson Luiz de França
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

“Hegemonia é o sistema de alianças que a classe operária deve criar para derrubar o Estado burguês e servir como a base social do Estado dos trabalhadores” (GRAMSCI, 1979).

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que fazem do seu dia a dia um investimento na organização dos trabalhadores em especial aos professores Marinalva Oliveira, Arley da Silveira, André Guimarães que me estimularam a continuar os estudos para o mestrado e doutorado e a continuar na luta, vocês me representam. Aos movimentos sociais da saúde em especial ao de enfermagem desse Brasil e do mundo, categoria que é exemplo de dedicação e compromisso com a vida do ser humano. A Universidade Federal de Uberlândia pela cooperação acadêmica com a Universidade Federal do Amapá tornando possível o DINTER. Ao meu orientador Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena pelo seu exemplo de companheirismo, compromisso e competência dispensados na orientação dos caminhos a serem seguidos, aos meus colegas do colegiado do Curso de Enfermagem e do doutorado em especial à Marluçilena Pinheiro da Silva. Aos meus alunos pelo apoio nessa caminhada, à minha família, em especial à Regina e Regilene Martins, minhas irmãs, pelo apoio incondicional. A Deus por, em que pese eu não merecer, estar sempre do meu lado.

Dedico o trabalho especialmente a algumas pessoas importantes e grandiosas: a minha mãe Maria de Jesus (saudades) e a meu pai Alonso José pelos grandes ensinamentos de vida. Aos meus amados filhos, Yan e Gabriella por compreenderem as minhas ausências e por estarem presentes na minha vida. A minha esposa pelo seu companheirismo, estímulo e pelo amor dedicado a mim.

RESUMO

Este estudo tem a base epistemológica teórico-metodológica materializada no marxismo. Recupera o debate sobre o trabalho dos enfermeiros e a resistência sindical no estado do Amapá. Defende a tese de que com o advento do projeto neoliberal no Brasil ocorreu uma intensa precarização do trabalho nesta profissão, cujo impulso ocorreu com a mudança nas políticas nacionais referentes à Saúde ainda no governo Collor. Demonstra que esse processo de precarização potencializou a construção de um sindical combativo e socialista, expressão da resistência dos trabalhadores às mudanças em suas condições de trabalho. Percebe que há um processo de precarização em franco curso em todas as categorias da saúde, em particular na enfermagem. Entende que a resistência dos trabalhadores, manifesta na organização e luta sindical, é um processo político de cunho educativo voltado à formação da consciência dos trabalhadores no segmento sobre sua condição de exploração e a necessidade da superação desta relação.

Palavras-chave: Formação Profissional. Movimento Sindical. Trabalho dos enfermeiros. Precarização. Saúde.

ABSTRACT

This study has its theoretical-methodological epistemological basis materialized in Marxism. It retrieves the debate on the work of nurses and union resistance in the state of Amapá. Takes the view that with the advent of the neoliberal project in Brazil there was an intense precariousness of this profession, whose momentum was with the change in national policies related to health back in the Collor government. It shows that this process of precariousness enhanced the construction of a combative and socialist trade union, the workers' resistance expression to the changes in their working conditions. It perceives that there is a precariousness process rapidly going all health categories, particularly in nursing. We believe that workers' resistance, manifested in the organization and trade union struggle, is a political process of educational nature aimed at training the consciousness of workers in the sector about their condition of exploitation and the need to overcome this relationship.

Keywords: Vocational Training. Trade Union movement. Work of nurses. Precariousness. Health.

LISTA DE SIGLAS

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
ALCSA – Área de Livre Comércio Sul-Americana
ANDES-SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
APS – Ação Popular Socialista
BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CONAD – Conselho Nacional de Associações Docentes
DIT – Divisão Internacional do Trabalho
FMI – Fundo Monetário Internacional
FS – Força Socialista
GEA – Governo do Estado do Amapá
IES – Instituição de Ensino Superior
INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social.
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
MCTR – Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis
MEC – Ministério da Educação
MST – Movimento dos Sem Terra
SUDS – Sistema único Descentralizado de Saúde
SUS – Sistema Único de Saúde
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PSDB – Partido Social Democracia Brasileira
PSOL – Partido do Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
PFL – Partido da Frente Liberal
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SEAP – Sindicato de Enfermagem do Amapá
SINDUFAP – Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Amapá

UEPA – Universidade Estadual do Pará

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UNIFAP – Universidade Federal do Amapá

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Trabalho Infantil na Inglaterra no século XIX.....	13
Figura 2 - Tempos Modernos	14
Figura 3 - Trabalhadores ingleses no século XIX	15
Figura 4 - Trabalhadores ingleses no século XIX	16
Figura 5 - Manifestação de trabalhadores na Inglaterra	17
Figura 6 - Manifestação de Trabalhadores na Inglaterra.....	18
Figura 7 - Repressão à greve geral de 1917 no Brasil.....	24
Figura 8 - Getúlio Vargas assinando a Constituição de 1934.....	25
Figura 9 - Constituição de 1937	26
Figura 10 - Jornal "O Estado de São Paulo"	30
Figura 11 - Jornal do Brasil	30
Figura 12 - Ato Institucional n. 5	31
Figura 13 - Ulisses Guimarães.....	32
Figura 14 - Fernando Collor de Mello.....	39
Figura 15 - Lula	40
Figura 16 - Movimento dos Caras Pintadas	45
Figura 17 - Movimento dos Caras Pintadas	45
Figura 18 - Folha de São Paulo	46
Figura 19 - Votação no Impeachment no Plenário Nacional.....	46
Figura 20 - Pedro Malan	47
Figura 21 - Fernando Henrique Cardoso	48
Figura 22 - Fundação do Partido dos Trabalhadores.....	54
Figura 23 - Lênin	55
Figura 24 - Livro: Sobre os Sindicatos.....	56
Figura 25 - Pacientes tratados em corredores de hospital	67
Figura 26 - Corredor de Pronto Socorro de Hospital.....	68
Figura 27 - Maternidade Hospitalar	68
Figura 28 - Maternidade Hospitalar - Parto.....	69
Figura 29 - Paciente em tratamento no hospital	75
Figura 30 - Aparelhos hospitalares	77
Figura 31 - Aparelho Hospitalar	77

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 - CONSIDERAÇÕES SOBRE O SINDICALISMO NO BRASIL	22
1.1 O movimento sindical e a abertura democrática no Brasil.....	32
1.2 O Sindicalismo no Brasil na década de 1990	34
CAPÍTULO 2 - O GOVERNO COLLOR.....	39
2.1 O governo Collor e a saúde no Brasil.....	48
CAPÍTULO 3 - A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA PROFISSÃO ENFERMAGEM E A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES	53
3.1 Trabalho e precarização na profissão enfermagem	63
3.2 A organização do trabalho enfermeiro	84
CAPÍTULO 4 - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO E A EDUCAÇÃO DOS ENFERMEIROS	91
REFERÊNCIAS	100

INTRODUÇÃO

O homem é um ser que vive em sociedade. O viver coletivo é uma necessidade humana básica, chamada de gregarismo, sendo que esta é uma questão de sobrevivência desde os primórdios da civilização, quando o ser humano buscava o alimento e, para isso, necessitava de seus semelhantes.

Porém, o viver em sociedade não é um processo harmônico, mas sim permeado de conflitos e contradições manifesto pela história movida pela luta de classes. Nesse sentido, as classes não são homogêneas, mas sim o resultado de diferentes aspirações no presente e para o futuro. O entendimento de uma sociedade implica em recuperar a composição do seu conjunto e os processos em disputa. Marx afirma no “O Manifesto Comunista” que a história da sociedade tem em sua essência a luta de classes. Que o homem livre e o escravo, o patrício e o plebeu, o barão feudal e o servo, enfim os opressores e os oprimidos, sempre estiveram em constante antagonismo, têm um pejeja ininterrupta, nem sempre as claras, que sempre acabou levando a uma transformação revolucionária da sociedade, ou ainda com o declínio comum das classes em conflito. Assim o conflito é presente nas menores relações entre as classes opressora e oprimida.

A moderna sociedade burguesa, saída do declínio da sociedade feudal, não acabou com os antagonismos de classe. Não fez mais do que colocar novas classes, novas condições de opressão, novos aspectos da luta no lugar dos anteriores. Com o advento do modo de produção capitalista, a burguesia simplificou os antagonismos de classe, restringindo sua luta entre seus próprios interesses e os dos trabalhadores. Marx demonstra ainda que o proletariado possui potencial revolucionário para confrontar e superar a própria burguesia. Diferente das camadas médias, como os pequenos comerciantes, que lutam contra a burguesia apenas para assegurar a sua existência, o proletariado possui uma dimensão revolucionária que supera o conservadorismo dos outros segmentos acima demonstrados. Ao contrário da dimensão reacionária desses setores voltada a sua própria existência, o proletariado visa, antes de tudo, uma sociedade voltada à humanização em sua forma plena expressa pela rediscussão do trabalho como forma humana que distingue os homens dos animais (MARX, 1988).

A dimensão materialista da história justifica as afirmações acima. O materialismo aponta a consciência do ser: o viver em sociedade que demonstre a consciência social pelo próprio ser social. Marx afirma em “O capital” que a tecnologia revela a atitude ativa do homem para com a natureza, o processo imediato da produção da sua vida e, por conseguinte,

das suas condições sociais de vida e das representações espirituais que delas derivam. A tecnologia consiste na vitória do homem sobre a natureza (MARX, 1985).

Já em “Contribuição à crítica da economia política” Marx demonstra que na “produção social da sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade; relações de produção que correspondem a um dado grau de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais” (MARX, 1984, p. 2). Essas relações são denominadas como a “estrutura econômica da sociedade”, condição através da qual se sustenta a superestrutura jurídica e política correspondentes à consciência social do seu tempo. Ou seja, a forma como os homens produzem condicionam a sua vida social, e não o contrário. Em outras palavras, não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, pelo contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência.

Num certo estágio do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que não é senão a expressão jurídica disso, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas que eram, essas relações tornam-se seus entraves. Abre-se então uma época de revolução social. A transformação na base econômica revoluciona, mais ou menos rapidamente, toda a enorme superestrutura. Quando se estudam tais revoluções é preciso distinguir sempre entre as transformações materiais ocorridas nas condições econômicas de produção – que podem ser verificadas com o rigor próprio das ciências naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens tomam consciência desse conflito e lutam por resolvê-lo. “Assim como não se pode julgar um indivíduo pela ideia que ele faz de si próprio, também se não pode julgar uma tal época de revoluções pela consciência que ela tem de si mesma. Pelo contrário, é preciso explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção.”¹

Tomando como referência uma sociedade em conflito e contradição, o trabalho em sua dimensão concreta e abstrata merece destaque. Em uma relação de lutas de classes através da qual a burguesia controla os meios de produção e, como desdobramento dessa ação, o resultado da transformação da natureza, é imposto aos trabalhadores um processo crescente de alienação do e pelo trabalho.

¹ Reflexões retiradas de Augusto Bottimore presentes no Portal “Trabalho, Educação e Sociedade” organizado pelo Prof. Carlos Lucena. www.carloslucena.pro.br.

Figura 1 - Trabalho Infantil na Inglaterra no século XIX



Fonte: <http://wikistoriapedrosantarem.pbworks.com>²

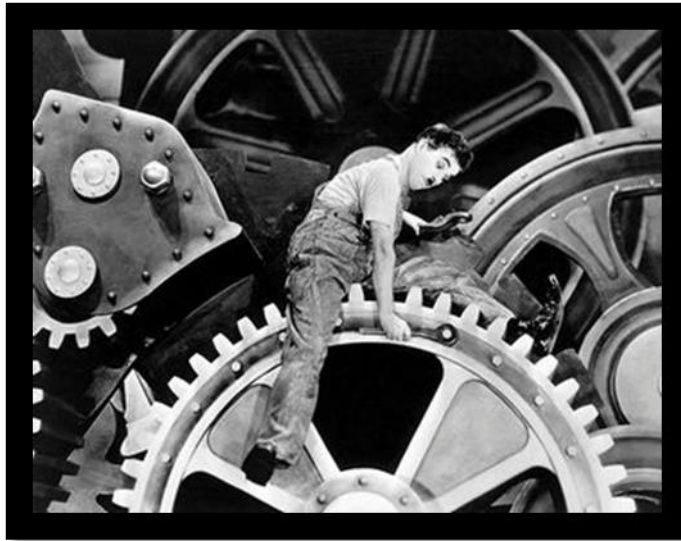
Como o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, se é frente a ele um poder estranho, isto só é possível porque pertence a outro homem que não é o trabalhador. Marx afirma nos Manuscritos que nem os deuses, nem a natureza, mas só o homem pode ter esse poder estranho sobre os próprios homens.

Com a culminação do processo de reificação, a circulação acaba por apagar a diferença entre as mercadorias, por igualar os intercambiantes. O dinheiro apresenta-se como uma matéria geral de todos os contratos e com isso apaga-se as diferenças. Uns enriquecem, outros empobrecem, uns acumulam valores de uso, outros valores de troca, uns obtêm mercadorias cujo valor desaparece no consumo e outros, força de trabalho cujo consumo produz valor. Com o desenvolvimento da sociedade moderna instaura-se a separação entre o trabalho manual e o intelectual, entre instrução profissional e instrução geral. Na sociedade capitalista que generaliza as exigências do conhecimento sistematizado existe uma contradição. Por ser esta sociedade baseada na propriedade privada dos meios de produção, os recursos produtivos provenientes do trabalho dos homens são adquiridos pela parcela da sociedade detentora dos meios de produção. A Ciência é incorporada ao trabalho produtivo, transformando-se em potencial material atuando no capitalismo como um meio de produzir riqueza. O capital não a criou, mas desenvolveu formas de explorá-la, transformando-a numa mercadoria adequada ao seu interesse. Uma mercadoria que é utilizada, a princípio, como um meio de separação entre o saber e o trabalhador e, posteriormente, através da restrição desse saber, uma vez que a produção do conhecimento passa a ser pertencente aos domínios do capital. (LUCENA, 2011b, p. 05)³

² Disponível em: <http://wikistoriapedrosantarem.pbworks.com/f/1297759666/trabalho%20infantil.jpg>. Acessado em 30 de maio de 2013.

³ www.carloslucena.pro.br acesso dia 25 de abril de 2013.

Figura 2 - Tempos Modernos



Fonte: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br>⁴

Essa relação ganhou força com o advento da maquinaria. As máquinas são uma manifestação da ciência, que está a serviço do capital. Marx interessou-se pela maquinaria, visto que o seu próprio crescimento indicava que estava ocorrendo uma profunda revolução nas relações de produção. As máquinas visavam instalar a ordem na produção, uma meta difícil de ser atingida enquanto o capital se subordinasse à subjetividade do trabalhador.

A indústria moderna repousa no instrumental de trabalho, na transferência da operação produtiva das mãos dos homens para as máquinas (máquina ferramenta), potencializando o grau de intensificação da força produtiva do trabalho. A invenção da máquina a vapor não provocou nenhuma Revolução Industrial. Foi a invenção da máquina ferramenta que revolucionou a produção e toda a vida social. Marx (1987: p. 69) discute em *A Miséria da Filosofia* que as relações sociais possuem sólidas ligações com as forças produtivas. A partir do momento, que os homens mudam a sua forma de produção, as relações sociais também são transformadas. O trabalho organiza-se e divide-se de acordo com os instrumentos de que dispõe. Para entendê-lo, inicia-se a análise pela sua divisão, dando ênfase à ascensão das máquinas. As máquinas são uma mecanização que permite a separação entre o saber e o fazer. Marx compara o trabalho artesanal e o trabalho nas fábricas, elucidando o papel do trabalhador na transformação da natureza. Com o trabalho no capitalismo, a Ciência é posta na máquina, mas, ao mesmo tempo, está fora da consciência do homem, porque o mesmo não mais está na posição inicial do trabalho. Em outras palavras, com o trabalho artesanal o homem possuía a liberdade de transformar a natureza produzindo coisas úteis, era ele quem tomava as decisões, que possuía o saber tecnológico de transformar a matéria-prima. Com as máquinas essa relação se transforma, pois os homens já não têm mais possibilidade de decidir aquilo que será produzido, visto que passam a ser simplesmente uma parte integrante de uma

⁴ Disponível em:

<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/discovirtual/galerias/imagem/0000003089/md.0000035057.jpg>.
Acessado em 25 de abril de 2013.

máquina. Eles não têm capacidade decisória, mas sim, atuam como uma mera mercadoria, fruto da venda de sua força de trabalho.⁵

Figura 3 - Trabalhadores ingleses no século XIX



Fonte: <http://www.portalsaofrancisco.com.br>⁶

Napoleoni explicitou essa questão em elucidação do Capítulo VI Inédito de O Capital escrito por Marx demonstrando que o operário que antes estava em posição inicial ou ativa em relação ao trabalho:

[...] agora se encontra em posição intermediária e, por isso, instrumental, a ponto de que a denominação de instrumento de trabalho aplicada à máquina resulta evidentemente imprópria, porque o que ocorre é o inverso: foi o trabalho do operário que se transformou em instrumento desse instrumento. As máquinas desenvolveram-se como uma manifestação da Ciência burguesa, aproveitando-se de agentes naturais como força motriz que nada custaram ao capital, como a água, o vapor, etc. A tecnologia permitiu a criação de novas máquinas por meio de máquinas, configurando a base técnica que atenta diretamente ao conhecimento do trabalhador. (NAPOLEONI, 1981, p. 88)

⁵ www.carloslucena.pro.br acesso dia 25 de abril de 2013.

⁶ Disponível em: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/revolucao-industrial/imagens/Revolu4.jpg>. Acessado em 30 de maio de 2013.

Figura 4 - Trabalhadores ingleses no século XIX



Fonte: <http://2.bp.blogspot.com>⁷

Com o desenvolvimento da maquinaria e do uso intencional da ciência, o capital busca superar a condição em que o trabalhador é suporte vivo do saber operativo que produz as mercadorias. É a configuração de uma luta incessante entre o capital e o trabalho, entre o trabalho morto e o trabalho vivo. O capital aposta no crescimento do trabalho morto como uma estratégia de aumento de mais-valia, tanto absoluta como relativa, e no domínio dos trabalhadores. O trabalho reage enfatizando a importância do trabalho vivo e lutando contra a precarização das condições de vida e sistematização contínua dos seus saberes⁸.

Como máquina, o meio de trabalho logo se torna um concorrente do próprio trabalhador. A autovalorização do capital por meio da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói. Todo o sistema de produção capitalista repousa no fato de que o trabalhador vende a sua força de trabalho como mercadoria. A divisão do trabalho unilateraliza essa força de trabalho em uma habilidade inteiramente particularizada de manejar uma ferramenta parcial. Assim que o manejo da ferramenta passa à máquina, extingue-se com o valor de uso, o valor de troca da força de trabalho. Não possuindo as condições materiais do trabalho, os trabalhadores são obrigados a venderem a sua força de trabalho em diferentes atividades, tornando-os indiferentes ao que produzem. A produção capitalista, que possui uma base revolucionária, através da Ciência, reorganiza sistematicamente a produção e o trabalho a ela submetido. Com efeito, na busca de domínio do mercado, o capital se desdobra de ramo em ramo da produção, obrigando o trabalhador a acompanhar o seu movimento, inventando e reinventando profissões. Mesmo a facilitação do trabalho torna-se um meio de tortura, já que a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo. Toda a produção capitalista, à medida que ela não é apenas processo de trabalho, mas ao

⁷ Disponível em: http://2.bp.blogspot.com/-BN0zetVTkG8/T2-RpnYFGPI/AdM/AZSTnITYk80/s640/rev_3.jpg. Acessado em 30 de maio de 2013.

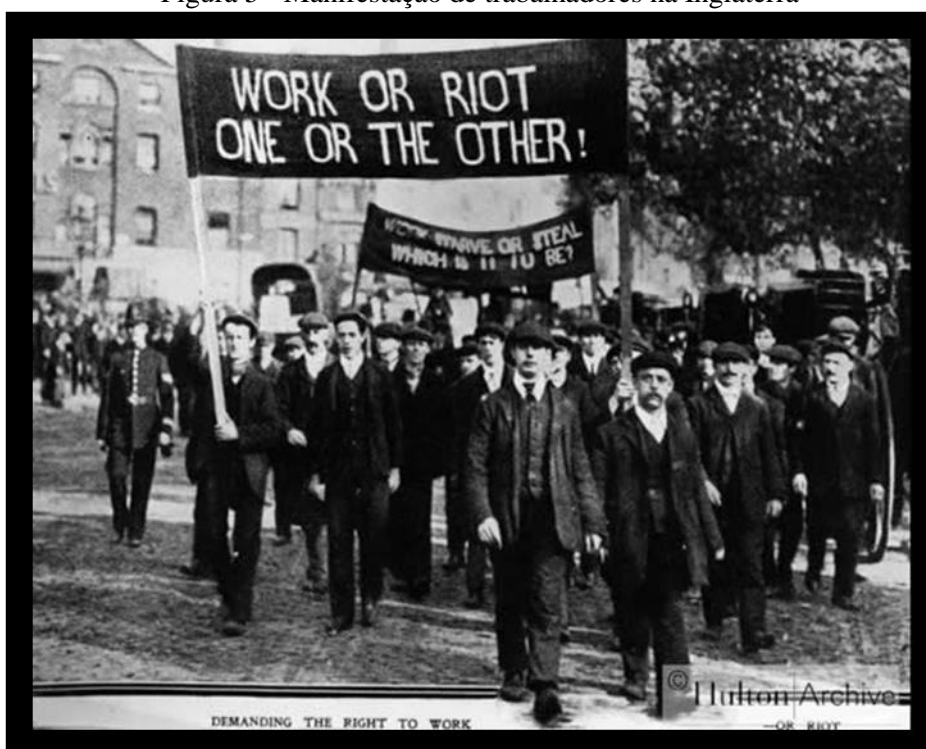
⁸ www.carloslucena.pro.br acesso dia 25 de abril de 2013.

mesmo tempo processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas, que, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador: só, porém, com a maquinaria é que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável. Mediante sua transformação em autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto que domina e suga a força de trabalho viva. (MARX, 1988, p. 41-42)

Esse complexo e contraditório processo de disputa marcado pela crescente reificação do trabalho manifesta lutas e conflitos entre os trabalhadores e a burguesia. É nesse processo que se constrói o movimento sindical e suas diferentes vertentes manifestas na negação, participação ou mesmo ao ajuste ao modo de produção capitalista.

O sindicalismo é uma forma de associação que o trabalhador utiliza para proteger os seus interesses profissionais e de seus pares. Na prática, o sindicato é o legítimo representante legal do trabalhador, uma forma de intervenção coletiva em que as conquistas e/ou retrocessos atingem a todos os por ele representados. Os sindicatos estão ligados à história do capitalismo e à intensificação dos conflitos de classe.

Figura 5 - Manifestação de trabalhadores na Inglaterra



Fonte: <http://4.bp.blogspot.com>⁹

⁹ Disponível em: <http://4.bp.blogspot.com/-B3-rsmCZ6E8/TZtUn7C4W9I/AAAAAAAAAAc/mVVUurjXuBXg/s1600/inicios-sindicatos.jpg>. Acessado em 30 de maio de 2013.

A organização sindical cresceu como resposta às intempéries das revoluções burguesas, visando o fortalecimento dos interesses coletivos dos trabalhadores manifesta na constituição de direitos laborais contra a exploração da força de trabalho.

Figura 6 - Manifestação de Trabalhadores na Inglaterra



Fonte: <http://laborunionsperiod4.weebly.com>¹⁰

O surgimento dos sindicatos se entrelaça com a Revolução Industrial no século XVIII, quando a burguesia, ávida por maiores lucros com poucos investimentos e produção acelerada, lançou mão de estratégias para avançar na produção de mercadorias em um mercado crescente. Assim, os trabalhadores perceberam a necessidade de organização do trabalho diante da evidente organização do capital¹¹.

A Revolução Industrial consolidou gradativamente a construção de um Estado Burguês e classista, reprimindo, a partir da organização crescente dos trabalhadores, toda e qualquer organização operária. O Estado moderno consubstancia-se, essencialmente, em um mecanismo de organização política da classe economicamente dominante, a burguesia. Nesse sentido, as primeiras associações para fins trabalhistas foram reprimidas pelo Estado Burguês através de proibições de suas manifestações, fossem elas greves ou piquetes.

Na Inglaterra, o direito a coalizão foi proibido por lei em 1799. O desenvolvimento sindical naquele país seguiu sua marcha através de lei editada em 1875 e consolidada em 1906. Por tal norma legal foi abolido o delito civil de conspiração contra a Coroa. A liberdade de coalização, na França, somente foi reconhecida em 1884. Já na Alemanha, a Constituição de Weimar, de 1919, consagrou o sagrado direito dos trabalhadores se organizarem para

¹⁰ Disponível em: <http://laborunionsperiod4.weebly.com/uploads/5/2/5/6/5256024/7934067.jpg>. Acessado em 30 de maio de 2013.

¹¹ No século XVII, na França, existiam instituições que eram chamadas de associações de companheiros, nesse sentido não são consideradas como um marco inicial da criação dos sindicatos.

defenderem seus interesses e aspirações. Tal direito foi sufocado com o advento do regime Nacional Socialista (Nazista), mas retomou seu rumo de liberdade com o final da II Guerra Mundial (PENTEADO, 2012, p. 2).

No caso brasileiro, Miranda (2011) afirma que, no início do século XX, existiam jornadas de trabalho de quatorze e dezesseis horas diárias, com exploração excessiva, inclusive de mulheres e crianças. Ou seja, em um passado bem recente havia exploração sem direito ou proteção legal, surgindo então necessidade de avançar nas organizações dos trabalhadores.

A autora registra ainda que a primeira greve no Brasil foi a dos tipógrafos do Rio de Janeiro em 1858. Percebe-se que as organizações não passavam de arremedos de sindicatos, em que pese buscarem melhorias nas condições de trabalho, não tinham forças nem prestígio para enfrentar a fúria pelo lucro fácil dos patrões.

No Brasil, embora a intervenção direta nos sindicatos tenha ocorrido na ditadura Vargas, as primeiras leis que trataram de organização sindical se reportavam aos trabalhadores rurais, demonstrando a predominância do trabalho agrícola sobre o trabalho industrial. Além do mais, mostra o crescente interesse por parte do Estado e do capital em controlar os trabalhadores, inclusive em suas formas organizativas.

O Brasil tem, em sua história, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado. Podemos inferir que esse mundo novo, o do trabalho, tem resquícios da realidade anterior. Se realmente há resquícios, é razoável se inferir que os trabalhadores tiveram, ao longo de sua história, que travar lutas, confrontos, pela sua total emancipação. Um processo longo e ainda em curso, por mais que se pregue o fim da história e da luta de classes.

Antunes (1991) afirma que a origem da classe operária brasileira data dos últimos anos do século XIX e está umbilicalmente ligada ao processo de transformação na economia do país, cujo centro agrário-exportador era o café. Ao criar o trabalho assalariado em substituição ao trabalho escravo, ao transferir parte de seus lucros para atividades industriais e ao propiciar a constituição de um amplo mercado interno, a economia exportadora criou, em um primeiro momento, as bases necessárias para a constituição do capital industrial do Brasil.

Esse processo possibilitou também que fossem criados os primeiros núcleos operários, inicialmente em São Paulo e Rio de Janeiro, materializando as primeiras lutas operárias no Brasil. Tomando como referência que o presente explica o passado e em um processo contraditório ocorre o contrário, movimentando com isso a própria história tendo como motor a luta de classes, o debate das lutas e resistências dos trabalhadores faz parte de um longo processo em construção que se explica na totalidade das relações sociais de uma sociedade.

A luta de resistência dos trabalhadores motiva a discussão sobre o trabalho dos enfermeiros no estado do Amapá. Após termos nos graduado ao final do ano de 1989 em Enfermagem pela atual Universidade Estadual do Pará (UEPA) vivenciamos um importante processo na consolidação do movimento sindical na região norte do país: a transformação de Associação dos Enfermeiros do Pará para Sindicato dos Enfermeiros do Pará, em 1990. No período, a construção de uma associação era condição essencial para a criação de um sindicato.

Cursamos a faculdade no Pará visto que no Amapá, nosso estado de nascimento, inexistiam faculdades e universidades, merecendo destaque apenas um núcleo da UFPA com poucos cursos de licenciatura. No período de graduação, participamos do movimento estudantil e essa experiência nos estimulou e serviu de subsídio para vivermos a militância sindical.

Após graduado e no retorno à terra natal, contribuímos com a fundação do principal e único instrumento organizacional de luta da enfermagem do Estado do Amapá, em 1991, o Sindicato de Enfermagem do Estado do Amapá (SEAP), ocupando o cargo de primeiro presidente, que perdurou até 1993, em seguida o cargo de vice-presidente, ficando nessa função até 1995. Causa-nos orgulho sermos fundador e de ter participado efetivamente desse instrumento de luta da enfermagem, juntamente com outros companheiros.

Fazer esse relato se fez necessário para que possamos demonstrar o “combustível” que nos move em relacionar a precarização do trabalho dos enfermeiros e a resistência via movimento sindical da enfermagem no estado do Amapá. Nossa história se envolve com a própria história do sindicato, desdobramento de uma realidade material que o precedeu manifesta na precarização das condições de trabalho dos enfermeiros.

Debater este tema implica em um questionar de nossa própria ação histórica e política manifesta na fundação e composição das diretorias do sindicato dos enfermeiros do Pará e do sindicato de enfermagem do Amapá, e perpassa pela vivência com parti integrante da diretoria do Sindicato de Docentes da Universidade Federal do Amapá (SINDUFAP) e do Sindicato Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN) e ainda, a atuação no Sistema Conselho Federal e Conselhos Regionais de Enfermagem, em que pese ser uma autarquia pública, mas também utilizada como uma ferramenta de aglutinação da categoria.

Então, é possível perceber que o combustível que move este trabalho não é só a curiosidade científica, mas o investigador como também sujeito do objeto. A pesquisa, então, terá como eixo central o seguinte problema: debater o trabalho dos enfermeiros, suas especificidades e a resistência destes trabalhadores via movimento sindical.

Defendemos a tese de que as mudanças governamentais ocorridas no Brasil com o advento do projeto neoliberal implicou na elevação da precarização do trabalho dos enfermeiros no estado do Amapá, acentuando uma rígida divisão trabalho manifesta na predominância do modelo biomédico de saúde. Essas mudanças impactaram na construção de um sindicato combativo dos enfermeiros como resistência ao projeto acima anunciado.

As estratégias metodológicas serão a busca de dados empíricos de publicações sobre o tema sindicalismo (artigos, livros, discursos, entrevistas e fontes jornalísticas) além da investigação de documentos que fundamentem nossas análises (no sindicato, jornais escritos da época e registro na Secretaria de Estado da Saúde do Amapá) e reflexões como sujeito ativo nessa história.

A pesquisa é dividida em três partes específicas que se complementam. A primeira parte recupera a história do movimento sindical no Brasil, apontando suas tendências políticas, contradições e resistência.

Já a segunda parte faz referência ao governo Collor e a saúde no Brasil. A escolha deste governo se deu em virtude de sua centralidade na defesa ideológica e política do projeto neoliberal para o Brasil. O governo Collor legitimou um processo em curso desde o governo Figueiredo materializado em sua totalidade no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), de abandono da política de substituição de importações e abertura do mercado brasileiro aos setores financeiros transnacionais.

Finalmente, a terceira parte faz referência ao trabalho dos enfermeiros no Brasil. Demonstra a precarização do trabalho nesta profissão manifesta no adoecimento dos enfermeiros, exploração de sua força de trabalho e subordinação aos médicos no cotidiano hospitalar.

É na mediação destas três partes que construímos a tese que aqui se desenvolve. Ao centrarmos as análises na exploração do trabalho dos enfermeiros, não os entendemos como sujeitos pacíficos, mas sim como atores de um processo de lutas de classe sendo o Sindicato dos enfermeiros do Amapá ator político privilegiado. Esperamos que este trabalho contribua com a luta dos trabalhadores no Brasil, em especial, os da enfermagem, trazendo à tona os conflitos, avanços, retrocessos e resistências no estado do Amapá.

CAPÍTULO 1 - CONSIDERAÇÕES SOBRE O SINDICALISMO NO BRASIL

O sindicato é o instrumento de defesa dos direitos e dos interesses da classe trabalhadora com uma dimensão política e educativa. Inácio (2007) afirma que o sindicalismo, desde sua origem, é um fenômeno com muitas faces, destacando as dimensões sociais, econômicas, políticas e jurídicas. É social pelo caráter associativo, que pressupõe sociabilidade, solidariedade e organização de uma classe, a trabalhadora. É econômico pela sua relação íntima com a economia tanto na esfera macro (inflação, produtividade) quanto micro (salário, greve, condição de trabalho, etc).

É político, pois, tem relação com o poder e com a disputa por ele, além de possibilitar a influência no destino da história. É Jurídico, pois utiliza o arcabouço legal como subsídio em seus encaminhamentos e decisões. Acrescentamos aqui sua própria dimensão educativa no sentido de contribuir para a formação de uma consciência da situação do trabalho e da vida dos trabalhadores e a necessidade de sua superação.¹²

Todo esse processo de discussão em sociedade a que se submete o sindicalismo constitui a formação de cada indivíduo, pois todos eles, querendo ou não, gostando ou não, influenciam ou são influenciados por esse movimento organizacional, que se materializa no sindicato. Corroborando com esse pensamento, Inácio destaca que:

É por meio da ação sindical que se construiu o arcabouço de direitos conhecidos da classe trabalhadora, que, inclusive, só existe a partir do sindicalismo. Todo cidadão, desde o seu nascimento, em todos os segmentos e classes, afeta ou é afetado pela ação sindical. O que nos leva a dizer que é nesta história que se encontra presente parte significativa do que se constitui cada pessoa enquanto agente que dá vida e forma ao mundo em que vivemos. (INÁCIO, 2007, p. 11)

Nessa concepção de que o sindicalismo influencia a vida de todos e do quanto ele é necessário para a vida em sociedade é que iniciaremos a discussão sobre sua origem em nosso país.

Inácio (2007) assevera que no período Imperial (1822-1889) existia uma frágil organização sindical no Brasil marcada pela atuação da Liga Operária (1870) e da União Operária dos Trabalhadores do Arsenal da Marinha (1880). Afirma ainda que a Constituição de 1824, no seu artigo 179, inciso 25, em nome da inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos, vedava essa possibilidade ao abolirem as corporações de ofício, seus juízes, escrivães e mestres.

¹² Ao fazermos esta afirmação, nos remetemos aos sindicatos críticos ao capitalismo.

Podemos afirmar que no Brasil o sindicalismo surge com cem anos de atraso em relação ao sindicalismo europeu, além de se iniciar sob a tutela do Estado. A Constituição de 1891 não se reportava ao direito sindical, se limitava a garantir o direito à liberdade de associação, o que definitivamente não assegurava a criação de sindicatos. Vejamos o que diz a Constituição Federal de 1891, em sua Seção II, no tocante à Declaração de Direitos:

Art. 72 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 1º - Ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

§ 2º - Todos são iguais perante a lei.

A República não admite privilégios de nascimento, desconhece foros de nobreza e extingue as ordens honoríficas existentes e todas as suas prerrogativas e regalias, bem como os títulos nobiliárquicos e de conselho.

§ 3º - Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum.

§ 4º - A República só reconhece o casamento civil, cuja celebração será gratuita.

§ 5º - Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não ofendam a moral pública e as leis.

§ 6º - Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.

§ 7º - Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados.

§ 8º - A todos é lícito associarem-se e reunirem-se livremente e sem armas; não podendo intervir a polícia senão para manter a ordem. (BRASIL, 1891, grifo nosso)

Observemos que, como dito antes, era permitido associar-se, sem, no entanto, expressar a possibilidade de caráter sindical. Nesse sentido, as organizações sindicais, se existissem, eram consideradas clandestinas. Percebe-se que sequer eram citadas na referida Constituição. O direito a associação implícita na constituição não era o reivindicatório.

O Estado, enquanto defensor dos interesses das classes hegemônicas, tratou, no caso brasileiro, desde sua origem, de garantir a ordem vigente e preservar os privilégios econômicos, políticos e sociais das frações de classe dominantes e para ter êxito em tal empreitada era necessário construir formas de controle sobre os trabalhadores.

A primeira medida legal brasileira a tratar dos sindicatos foi o Decreto 979 de 06 de janeiro de 1903, doze anos depois da Constituição acima citada, facultando aos profissionais da agricultura e industriais rurais a organização de sindicatos para defesa de seus interesses. Em 1907 foi publicado o Decreto-Lei nº 1637 de 05 de janeiro de 1907 que criou sindicatos e sociedades cooperativas, estendendo o direito a sindicalização a todos os demais trabalhadores. Percebe-se então um lento crescimento quanto ao número de sindicatos no Brasil.

Figura 7 - Repressão à greve geral de 1917 no Brasil

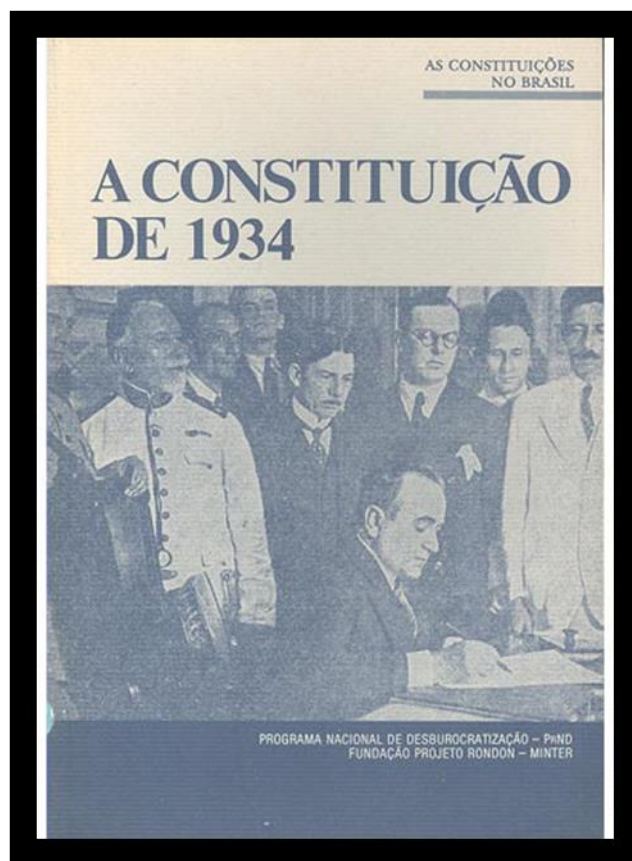


Fonte: <http://upload.wikimedia.org>¹³

No governo de Getúlio Vargas a Constituição Brasileira de 1934 avança e estabelece dispositivos que reconheciam e legalizavam a organização sindical. A Carta Magna estabeleceu em seu art. 120 que “os sindicatos e associações profissionais serão reconhecidos de conformidade com a lei. Parágrafo único: A lei assegurará a pluralidade sindical e a completa autonomia dos sindicatos”.

¹³ Disponível em:
[http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/08/Greve_geral_1917_\(s%C3%A3o_paulo\)_2.gif](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/08/Greve_geral_1917_(s%C3%A3o_paulo)_2.gif). Acessado em 30 de maio 2013.

Figura 8 - Getúlio Vargas assinando a Constituição de 1934



Fonte: <http://www.sebodomessias.com.br>¹⁴

Inegável avanço legal que não obteve tempo para consolidar-se na prática. O regime ditatorial que foi inaugurado a partir do golpe de Estado que implantou o chamado Estado Novo, em 1937, uma nova Constituição Federal foi promulgada e em seguida outorgada pelo Poder Executivo em 10 de novembro de 1937, mesmo dia em que implantava a ditadura do Estado Novo, regime político brasileiro fundado por Getúlio Vargas que durou até 29 de outubro de 1945, é caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e por seu autoritarismo.

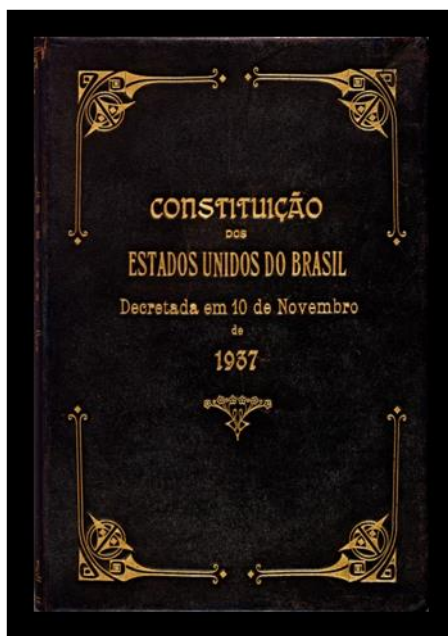
A Constituição de 1937 foi a primeira republicana autoritária que o Brasil teve, atendendo a interesses de grupos políticos desejosos de um governo forte que beneficiasse os dominantes e mais alguns, que consolidasse o domínio daqueles que se punham ao lado de Vargas. A principal característica dessa constituição era a enorme concentração de poderes nas mãos do chefe do Executivo. Seu conteúdo era fortemente centralizador, ficando a cargo do presidente da República a nomeação

¹⁴ Disponível em:

http://www.sebodomessias.com.br/loja/imagens/produtos/produtos/63/630495_725.jpg. Acessado em 30 de maio de 2013.

das autoridades estaduais, os interventores. A esses, por sua vez, cabia nomear as autoridades municipais. (PENTEADO, 2005, p. 3)

Figura 9 - Constituição de 1937



Fonte: <http://www2.camara.leg.br>¹⁵

A Constituição de 1937 estabeleceu a unicidade sindical e o controle do Estado sobre os sindicatos. O artigo 138 previa que a associação profissional ou sindical era livre. Contudo, somente o sindicato regularmente reconhecido pelo Estado possuía o direito de representação legal dos que participarem da categoria de produção para que foi constituído. Poderia ainda defender esses trabalhadores e defender seus direitos perante o Estado e as outras associações profissionais, estipular contratos coletivos de trabalho obrigatórios para todos os seus associados, bem como estabelecer contribuições e exercer em relação a eles funções delegadas de Poder Público.

Estabelecido estava o controle do Estado sobre o registro sindical, era uma clara intervenção. Somente o sindicato reconhecido pelo Estado poderia ter representação legal da categoria profissional para a qual foi constituído, bem como defender os direitos dessa respectiva categoria.

¹⁵ Disponível em:
<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/imagens-das-constituicoes/1937.jpg>. Acessado em 30 de maio de 2013.

Outro “golpe” na organização dos trabalhadores foi considerar a greve como uma conduta ilegal, passando a ser considerado ato criminoso. Ao final da era Vargas foi promulgada a Constituição de 1946, que assegurava a livre associação profissional e sindical e reconhecia o direito de greve, vejamos o seu texto:

Art. 158 - É reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará.

Art. 159 - É livre a associação profissional ou sindical, sendo reguladas por lei a forma de sua constituição, a sua representação legal nas convenções coletivas de trabalho e o exercício de funções delegadas pelo Poder Público. (BRASIL, 1946)

Dezoito anos depois, conforme previa a Constituição, a Lei nº 4.330, de 01/06/1964, foi assinada pelo então presidente Castelo Branco e regulamentou e assegurou o direito de greve, ratificando assim a liberdade da associação sindical.

Art. 1º O direito de greve, reconhecido pelo art. 158 da Constituição Federal, será exercido nos termos da presente lei. Art. 2º Considerar-se-á exercício legislativo da greve a suspensão coletiva e temporária da prestação de serviços a empregador, por deliberação da assembléia geral de entidade sindical representativa da categoria profissional interessada na melhoria ou manutenção das condições de trabalho vigentes na empresa ou empresas correspondentes à categoria, total ou parcialmente, com a indicação prévia e por escrito das reivindicações formuladas pelos empregados, na forma e de acordo com as disposições previstas nesta lei. Art. 3º Só poderão participar da greve as pessoas físicas que prestem serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário. Art. 4º A greve não pode ser exercida pelos funcionários e servidores da união, Estados, Territórios, Municípios e autarquias, salvo se tratar de serviço industrial e o pessoal não receber remuneração fixada por lei ou estiver amparado pela legislação do trabalho. Art. 5º O exercício do direito de greve deverá ser autorizado por decisão da assembleia geral da entidade sindical, que representará a categoria profissional dos associados, por 2/3 (dois terços) em primeira convocação, e, por 1/3 (um terço), em segunda convocação, em escrutínio secreto e por maioria de votos. § 1º A Assembléia Geral instalar-se-á e funcionará na sede do Sindicato ou no local designado pela Federação ou Confederação interessada, podendo, entretanto, reunir-se, simultaneamente, na sede das delegacias e seções dos Sindicatos (Consolidação das Leis do Trabalho, art. 517, § 2º), se sua base territorial for intermunicipal, estadual ou nacional. § 2º Entre a primeira e a segunda convocação deverá haver o interregno mínimo de 2 (dois) dias. § 3º O quorum de votação será de 1/8 (um oitavo) dos associados em segunda convocação, nas entidades sindicais que representem mais de 5.000 (cinco mil) profissionais da respectiva categoria.

(...)

Art. 19. São garantias dos grevistas: I - O aliciamento pacífico; II - a coleta de donativos e o uso de cartazes de propaganda, pelos grevistas, desde que não ofensivos e estranhos às reivindicações da categoria profissional; III - proibição de despedida de empregado que tenha participado pacificamente de movimentos grevistas; IV - proibição, ao empregador, de admitir empregados em substituição aos grevistas. Parágrafo único. Nos períodos de preparação, declaração e no curso da greve, só empregados que dela participarem não poderão sofrer constrangimento ou coação. Art. 20. A greve licita não rescinde o contrato de trabalho, nem extingue os direitos e obrigações dele resultantes. Parágrafo único. A greve suspende o contrato de trabalho, assegurando aos grevistas o pagamento dos salários durante o período da sua duração e o cômputo do tempo de paralisação como de trabalho efetivo, se deferidas, pelo empregador ou pela justiça do Trabalho, as reivindicações

formuladas pelos empregados, total ou parcialmente. Art. 21. Os membros da Diretoria da entidade sindical, representativa dos grevistas, não poderão ser presos ou ditados, salvo em flagrante delito ou em obediência a mandado judicial”. (BRASIL, 1964).

O controle estatal sob os sindicatos inerente ao governo Vargas foi mantido pelos militares, pois, através de lei, era estabelecida a sistemática de organização dos trabalhadores. O que nos chama a atenção ao acertar isso é a afirmativa legislativa que previa quórum de votação e estratégias de convocação de assembleia. Ou seja, era uma liberdade vigiada aos trabalhadores. Contudo existiam garantias aos grevistas como vimos no artigo 19.

Relembremos a Constituição de 1967, que nasceu em pleno regime autoritário do golpe de 1964 e estabeleceu um retrocesso, pois promoveu a volta ao regime intervencionista do Estado na organização sindical. Vejamos o que afirma sobre a organização sindical:

Art. 159: É livre a associação profissional ou sindical; a sua constituição, a representação legal nas convenções coletivas de trabalho e o exercício de funções delegadas de poder público serão reguladas em lei. § 1º - Entre as funções delegadas a que se refere este artigo, compreende-se a de arrecadar, na forma da lei, contribuições para custeio da atividade dos órgãos sindicais e profissionais e para a execução de programas de interesse das categorias por eles representadas. (BRASIL, 1967)

Observa-se que o texto assegura a liberdade de associação profissional e sindical, isso poderia denotar que garantida estava a organização sindical livre, contudo, ficava para outro nível a regulamentação, que seria feita através de legislação ordinária.

As leis ordinárias¹⁶, lamentavelmente “acorrentavam”, restringiram a atuação dos sindicatos. Percebe-se que há idas e voltas nessa relação governo e organização sindical, em um momento há uma flexibilização no sentido de se garantir a liberdade sindical e em outros a presença da “mão pesada” do governo é marcante retirando o que seria um caminho para uma vida democrática e de garantias de direitos civis. Vejamos o trecho a seguir que retrata um pouco desses momentos:

[...] há um certo consenso entre os analistas políticos de que o período pós-1964 pode ser dividido em três fases. A primeira se inicia com o golpe militar e vai até a publicação do Ato Institucional nº 5. Durante esse interregno eram discutidas, ainda, as tendências do regime militar, isto é, se as Forças Armadas assumiriam a postura

¹⁶ Substancialmente falando, a diferença existente entre as duas espécies normativas consiste em que as leis complementares referem-se as matérias previamente descritas na Constituição, ou seja, só e somente só as matérias reservadas pela Constituição é que poderão ser objeto de leis complementares. As leis ordinárias, por sua vez, terão como objeto as matérias de cunho residual, ou seja, aquilo que não for objeto das Emendas Constitucionais e das Leis Complementares (FONSECA 2012, p. 3).

de devolver e limitar, ou avançariam em direção ao papel dirigente, dando origem ao processo revolucionário. De início, o General Castelo Branco estava convencido de que a “revolução” deveria ser uma intervenção transitória, mas foi atropelado pela corrente dos chamados “duros”, que exigia um processo revolucionário permanente. Com a posse de Costa e Silva e a publicação do AI-5, não havia mais dúvidas de que a revolução seria permanente. A segunda fase compreende o período que vai do AI-5, até a liberalização política, iniciada no governo Geisel, com a revogação deste Ato. A terceira tem início com o projeto de liberalização política, inaugurado por Geisel, e levado adiante por Figueiredo. (SIKORSKI, 2010, p. 02)

A Emenda Constitucional nº 1 de 1969, altera substancialmente a Constituição de 1967, sendo baixada por uma junta militar que assumiu após o presidente Costa e Silva passar por problemas de saúde¹⁷. Ela não modificou o que era estabelecido para a organização sindical, assim a mesma continuou a ser regulada por lei ordinária. A Emenda aumentou a concentração de poder no Executivo dominado pelas forças armadas em particular pelo Exército e, junto com o AI (Ato Institucional) 12, permitiu a substituição do presidente por uma Junta Militar.

Portanto, o governo militar reiniciou o endurecimento e rigidez governamental, o que foi marcado pelo AI-5. A perseguição de pessoas contrárias ao regime por fatos que não tinham relação com a segurança nacional era comum, portanto restringia, e muito, as liberdades civis. Vejamos:

Grande foi a repercussão que o AI nº 5/68 causou nos mais diversos setores que compunham a sociedade brasileira daquela época. Suas implicações eram verdadeiramente gravosas e pelo menos sete dos seus pontos fundamentais traduziam com nitidez a força do sistema implantado, a saber: 1. Suspensão dos direitos políticos e cassação de mandatos por 10 anos; 2. Intervenção nos estados e municípios; 3. Suspensão das garantias constitucionais quanto a vitaliciedade e inamovibilidade, podendo demitir e reformar militares, aposentar funcionários e juízes; 4. Decretação de estado de sítio e sua prorrogação, estabelecendo prazo de vigência; 5. Confisco de bens resultantes de enriquecimento ilícito; 6. Suspensão de habeas corpus; 7. Recesso do Congresso e das Assembléias por prazo indeterminado. (BARROS, 2012, p. 02)

¹⁷ Redação do AI 12: Esclarece que, enquanto durar o impedimento temporário do Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, por motivo de saúde, as suas funções serão exercidas pelos Ministros da Marinha de Guerra do Exército e da Aeronáutica Militar, nos termos dos Atos Institucionais e Complementares, bem como da Constituição de 1967. Publicado no DOU de 01.09.1969. Retificado no DOU de 10.09.1969.

Figura 10 - Jornal "O Estado de São Paulo"



Fonte: <http://4.bp.blogspot.com>¹⁸

Figura 11 - Jornal do Brasil



Fonte: <http://www.jblog.com.br>¹⁹

¹⁸ Disponível em: http://4.bp.blogspot.com/_g17lcLF7svU/TJfIXY73k_I/AAAAAAAAAXs/Rli-IQL_4Fw/s1600/AI+++5.JPG. Acessado em 12 de maio de 2013.

¹⁹ Disponível em: <http://www.jblog.com.br/media/149/20101212-141268.jpg>. Acessado em 12 de maio de 2013.

Figura 12 - Ato Institucional n. 5



Fonte: <http://www.brasilecola.com>²⁰

Também foi decretada a Lei de Imprensa, Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, que estabeleceu a Censura Federal que teve vigência até o governo José Sarney, hoje senador pelo Amapá. Essa censura permitia que todas as informações veiculadas passariam antes pelo “crivo, filtro”, do governo militar, calava a imprensa e manifestações que não interessavam ao regime ser veiculada. Vejamos alguns trechos da lei:

Art. 2º É livre a publicação e circulação, no território nacional, de livros e de jornais e outros periódicos, salvo se clandestinos (art. 11) ou quando atentem contra a moral e os bons costumes.

(...)

CAPÍTULO III

DOS ABUSOS NO EXERCÍCIO DA LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO E INFORMAÇÃO

Art. 12. Aqueles que, através dos meios de informação e divulgação, praticarem abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação ficarão sujeitos às penas desta lei e responderão pelos prejuízos que causarem. Parágrafo único. São meios de informação e divulgação, para os efeitos deste artigo, os jornais e outras publicações periódicas, os serviços de radiodifusão e os serviços noticiosos. Art. 13. Constituem crimes na exploração ou utilização dos meios de informação e divulgação os previstos nos artigos seguintes. Art. 14. Fazer propaganda de guerra, de processos para subversão da ordem política e social ou de preconceitos de raça ou classe: Pena - de um a quatro anos de detenção. (BRASIL, 1967)

²⁰ Disponível em: <http://www.brasilecola.com/upload/e/AI-5%20-%20BRASIL%20ESCOLA.jpg>. Acessado em 30 de maio de 2013 às 19 horas.

Penteado (2012) afirma que a Constituição de 1967, em si, quase não vigorou, mas tão ou mais importantes do que ela foram as complementações e modificações, fossem por meio de emendas ou por AI, que foram dezessete ao todo até o fim do regime.

1.1 O movimento sindical e a abertura democrática no Brasil

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida como a “Constituição Cidadã”, havia muita expectativa em relação a possibilidades de afirmação das liberdades que ela trazia. Ela veio com o objetivo de estabelecer o que se conhece como Estado Democrático de Direito principalmente vinha para dar liberdade à criação, organização e exercício da atividade sindical no país.

Figura 13 - Ulisses Guimarães



Fonte: <http://www.mundoeducacao.com.br>²¹

Sem dúvida que no texto constitucional se percebe a busca da liberdade individual e de cidadania, incluída aí a liberdade de associação e de proteção ao trabalho. Destacamos aqui o texto constitucional relativo à organização sindical:

²¹ Disponível em:
http://www.mundoeducacao.com.br/upload/conteudo_legenda/8e426990caf5533da936acd858c65f32.jpg.
Acessado em 15 de maio de 2013.

Art. 8º - É livre a associação profissional ou sindical, observando-se o seguinte: I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a função do sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência na organização sindical; II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa da categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregados interessados, não podendo ser inferior a área de um Município; III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categorias, inclusive em questões judiciais ou administrativas; IV - a assembléia geral fixará a distribuição que, em se tratando de categoria profissional será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo de representação sindical respectiva, independente, da contribuição prevista em lei; V - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas do trabalho; VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais; VIII - é vetada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei; Parágrafo único as disposições deste artigo aplicam se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer. (BRASIL, 1988)

Percebe-se a grande inovação relativa à organização sindical, havendo autonomia, sem, contudo, consolidar a liberdade sindical. Observemos uma, digamos, contradição no texto constitucional, pois da mesma forma que estabelece sendo livre a associação sindical, também destaca que há necessidade de registro e ainda proíbe a existência de mais de um sindicato na mesma base territorial.

Há liberdade sem dúvida, mas ainda com controle. Penteado (2012) assevera que a principal polêmica trazida pela nova ordem constitucional foi a dicotomia criada entre o princípio da autonomia sindical, cristalizado pelo inciso I do art. 8º, e o princípio da unicidade sindical, mantido pelo inciso II do mesmo art. 8º. A vigência de ambos os princípios é, na prática, incompatível, de sorte que, sem a devida complementação legislativa (edição de lei ordinária para regular a matéria) torna-se impossível a sobrevivência destes, sem que haja conflitos de interpretação.

Sem dúvida, a Constituição Federal de 1988 determinou um avanço importante em relação a autonomia dos sindicatos frente ao Estado, que até então exercia influência forte sobre os sindicatos e sua atividade funcional, fazendo uma espécie de intervenção sobre suas atividades e existia ainda inúmeras exigências estabelecidas na Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) para que eles funcionassem e quem fiscalizava era o Ministério do Trabalho. O que chegou ao fim com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, pois como visto no art. 8º é vedado ao Estado a “interferência e a intervenção na organização sindical”.

Para a criação de sindicato, bastava que fosse feito o registro no órgão competente e existisse apenas um na mesma base territorial, o que é chamado de unicidade sindical. Isso pode parecer razoável compreender, haja vista dificultar a “fábrica de sindicatos”. Desta

forma, a grande questão seria manter o controle do registro dos sindicatos para que se evitasse a existência de mais de um na mesma base e, assim, legalizar uma inconstitucionalidade. Contudo, pode ser caracterizada como mais um ataque à liberdade de organização e forma de controle estatal sobre a organização dos trabalhadores.

1.2 O Sindicalismo no Brasil na década de 1990

Boito (1995) assevera que no Brasil o sindicalismo mudou de forma importante ao longo dos anos 1980 e no início dos anos 1990. Afirma que essas mudanças demonstram um fortalecimento e crescimento do movimento sindical, tendo sido expandido. Nesse período, foram criadas centenas de associações de caráter sindical, demonstrando esse crescimento:

O sindicalismo diversificou-se. Difundiu-se pelo campo, juntamente com a difusão do trabalho assalariado na agricultura, e incorporou amplos setores das classes médias urbanas – hoje a greve de médicos, de professores, de funcionários públicos, de jornalistas e de outros setores da “classe média universitária” já não constitui mais novidade. (BOITO, 1991, p. 45)

Contudo, há entendimento que os dirigentes das organizações sindicais podem conduzir os sindicatos para um campo onde há a defesa da ideologia da classe dominante, por aceitarem as ideias de determinada classe social. Há um mecanismo de alusão/ilusão das classes dominadas.

Podemos aqui já fazer um paralelo dessa análise e comparando com a realidade no Amapá: imediatamente após a fundação do SEAP, era perceptível, como dito antes, o protagonismo na luta sindical da categoria de enfermagem no âmbito da saúde, o estímulo vinha do crescimento da organização sindical de outros estados do norte, em particular do Pará, que criou o sindicato dos enfermeiros.

Contudo, recorrendo à análise de Boito (1991), o período de 1991 a 1995 marcou o atraso rotineiro no pagamento de plantões extras pelos enfermeiros da época, que refletia em manifestações da categoria quase diárias. Interessante registrar que o atraso era para todas as categorias, enfermagem, medicina, assistente social, farmacêutico, pessoal de laboratório, do hemocentro e etc. Contudo, somente a enfermagem ia às ruas em defesa da regularização dos pagamentos.

Ressalte-se que éramos estimulados pela categoria médica a estarmos nas ruas, faziam elogios ao movimento. Posteriormente, fizemos o que chamamos de “balanço do movimento” e percebemos que lutávamos sozinhos pela regularização do pagamento dos plantões de todos

os profissionais, com um detalhe importante, recebíamos entre seis e dez plantões por mês, enquanto entre os médicos havia quem recebesse 120 plantões mensais, sendo que a média era de sessenta plantões por mês. Então, éramos utilizados para fins de melhorias de categorias mais abastadas dentro da sociedade. Passamos a exigir publicamente que todos participassem dos movimentos, contudo as demais categorias permaneciam inertes.

Em síntese, nossa condução seria equivocada, pois na lógica, como o movimento era conduzido, havia um processo de “deseducação” que reduzia o potencial de formação de uma consciência de classe:

Lukács, analisando o que ele denomina “consciência de classe”, estabelece a distinção entre “consciência verdadeira” e “falsa consciência”. No caso do proletariado, a consciência verdadeira seria uma concepção da sociedade capitalista que corresponderia aos interesses objetivos dos operários, interesses esses decorrentes de sua própria inserção no processo de produção. Essa consciência verdadeira serviria de instrumento para orientar a luta do operariado pelo socialismo. Já a noção de falsa consciência procura tratar das ideias e valores contrários aos interesses do operariado e que, no entanto, vicejam em seu meio. A essa falsa consciência Lukács imputa os seguintes atributos: ela é inadequada aos interesses dos operários, estreita, preconceituosa, psicológica, ilusória, passageira e arbitrária - atributo que, levado a sério, bloqueia a análise sociológica do movimento operário. (BOITO, 2000, p. 6)

Assim, a luta pela construção da consciência dos trabalhadores passa pelo entendimento da lógica da divisão social do trabalho, implicando, para além das próprias reivindicações econômicas, o aprendizado político dos conflitos em questão. Na luta dos enfermeiros, a luta pela isonomia salarial com os médicos passa pelo entendimento crítico da perversidade da divisão do trabalho manifesta na área da saúde.

Buscar essa isonomia seria ilusório? Se compreendermos que não há o mesmo interesse em determinada classe social seria natural a busca da melhoria unilateral, assim, no Amapá, fazíamos história reforçando a ideologia dominante de que deve haver diferenciação na composição do trabalho, atendendo, como desdobramento disto, aos impérios positivistas tão bem elaborados por Durkheim em a “Divisão do Trabalho Social”.

Antunes²² (1995) demonstra que o sindicalismo combativo brasileiro viveu um período difícil nos primeiros anos da década de 1990 do século XX. O avanço da década de 1980 é notório e significativo, contudo, nesse período o sindicalismo se encontrava diante de

²²Antunes em “O Novo sindicalismo no Brasil” afirma isso por entender que nessa fase o sindicalismo se distancia de do seu passado mais ousado, quanto por que esta ação negociada, por estar atada a um acordo e a um projeto com o capital, o impede de oferecer uma alternativa duradoura e inspirada em elementos estratégicos que efetivamente represente o conjunto dos trabalhadores.

desafios e impasses, pois como centrava sua atuação no confronto e na resistência, a partir de 1990 precisa mudar a forma de atuar para uma fase mais propositiva, de negociação e participação. Ocorre que essa fase propositiva permite participar de decisões e de políticas setoriais juntamente com o capital, porém o que parece um avanço seria um retrocesso.

Silver (2005) também destaca que nas últimas décadas do século XX há quase um consenso na ciência social que os movimentos operários passam por uma crise grave. Parece que a classe trabalhadora se abstém de sua prática libertadora e de agir como sujeitos emancipadores no futuro, não sendo, portanto, mais um ator social significativo.

O autor refere também que nos anos 1990 há registros que o movimento dos trabalhadores entra em um escala ascendente. Essa escala, segundo ele, é mais visível sob a forma de reação popular contra os deslocamentos provocados pela globalização contemporânea. Houve greve geral na França por conta de medidas austeras de 1995, que seria “a primeira revolta contra a globalização”, pois o Fundo Monetário Internacional (FMI) é quem impunha essas medidas. Esse comportamento demonstra um tipo de sindicalismo voltado não somente para questões “umbilicais”, mas, contextualizadas, com dimensão abrangente.

Longe de esgotar essa discussão, o que foge aos objetivos deste trabalho, a crise dos anos 1990 existente no movimento sindical traduz transformações internacionais no capitalismo manifestas pela falência do Estado de Bem-Estar Social. Alguns fatores merecem destaque. Devemos ressaltar que o movimento sindical em curso no Brasil é herdeiro de uma forma produtiva manifesta pela produção em massa e trabalhadores empregados com carteira assinada.

A crise do capitalismo nos anos 1970, cujos impactos foram fulminantes no Brasil nos anos 90 do século XX, foi marcada por fases que se complementam entre si. Em primeiro lugar, devemos ressaltar que com o final da Segunda Grande Guerra Mundial, em meio ao crescimento da guerra fria, foi instaurado o Sistema de Bretton Woods com liderança econômica e política dos Estados Unidos.

O Sistema de Bretton Woods, responsável pela criação do FMI e o Banco Mundial (BM), implicaram na elaboração de alternativas de financiamento voltado à reconstrução dos países capitalistas atingidos pela guerra. Os EUA criaram uma paridade internacional entre o dólar e as moedas internacionais como forma de estabilizar a economia internacional.

Porém, com o caminhar do capitalismo, as contradições se acirraram dentro das fronteiras estadunidenses. A promessa de inclusão social manifesta pelo jeito capitalista de viver e trabalhar não atingiu todas as frações de classe no país, excluindo parcela considerável

de sua própria população ao consumo e bem-estar. Somam-se a isso os gastos estadunidenses com a Guerra do Vietnã e o crescimento dos protestos nacionais manifestos pelos movimentos negro, hippie, feminista, sindical, entre outros. A possibilidade concreta de perda das eleições, em especial pelo governo Nixon, fez com que o Estado propiciasse recursos financeiros internos, elevando a dívida externa e a recessão no país.

A balança comercial estadunidense apresentou sequentes índices negativos, fragilizando a economia. Com efeito, a fragilização estadunidense afetou sobremaneira a economia internacional, levando os EUA a decretarem que não mais teriam condições de sustentar o sistema de Bretton Woods. Essa decisão levou o mundo capitalista a uma crise sem precedentes na década de 1970.

A segunda fase da crise ocorreu em virtude dos conflitos do petróleo no Oriente Médio na primeira metade dos anos 1970. A instauração do Estado de Israel e a consequente questão da Palestina levaram à “Guerra dos seis dias”, acirrando os conflitos e elevando, sobremaneira, o preço do barril do petróleo. A terceira fase da crise foi encampada com a guerra entre o Irã e o Iraque nos anos 1980. A polarização dos conflitos entre ambos os países promoveram nova elevação no preço do barril do petróleo, acirrando ainda mais a recessão, especialmente, nos países periféricos.

Como desdobramento deste processo, um amplo processo de reestruturação produtiva em nível internacional ocorreu no modo de produção capitalista, o que Harvey denominou como “acumulação flexível”. A instauração gradativa de formas toyotistas de produção manifestas pelo crescimento da manipulação dos trabalhadores, sua potencialidade de conter custos produtivos respondendo à retomada da acumulação via obtenção de mais-valia absoluta e relativa, o crescimento do desemprego como sinônimo da recessão generalizada, entre outros, marcaram o período em questão. Soma-se a esta afirmação, a recomposição do capital manifesto em seu movimento e acumulação pela incorporação de juros que potencializou a crise em âmbito internacional.

A arrecadação dos sindicatos caiu em virtude do desemprego. Da mesma forma, a queda do Muro de Berlim e a Perestroika fortaleceram os discursos conservadores manifestos na defesa do “fim da história” e centralidade do indivíduo. Esse fenômeno atingiu principalmente os sindicatos combativos, redefinindo, de forma gradativa, a própria atuação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), controlada por sua corrente hegemônica, a articulação.

Devemos aqui ressaltar a centralidade do Partido dos Trabalhadores (PT) na fundação da CUT e oposições sindicais no Brasil. O PT, formado por um conjunto de tendências

críticas à ditadura militar, possui em seu interior uma corrente majoritária, tal qual demonstrada acima, cuja orientação é a social democracia. Sem qualquer objetivo de esgotar essa discussão, cujo próprio tema constitui-se em outra tese, dada sua complexidade, a crise internacional do capitalismo, acompanhada pela recessão e o desemprego, fortaleceu os discursos participativos como forma de efetivação da eficiência sindical.

Essa ação revigorou as representações de cunho trabalhistas revigoraram no início dos anos 1990. Nessa forma sindical, os problemas residem no campo da manutenção da ordem. As reivindicações dos trabalhistas são todas de cunho “economicistas”. Ou seja, se limitam ao sistema capitalista, sem nenhum cunho libertário ou de profundas transformações sociais.

No Amapá, se temos a intenção de “enquadrar” a forma como iniciou o sindicalismo na enfermagem, em 1991, podemos dizer que tinha um cunho trabalhista, pois surgiu por conta de tentar resolver um problema de renda dos trabalhadores. A preocupação principal era essa, manter atualizada a jornada dobrada dos plantões hospitalares extras, pois havia atrasos constantes nos seus pagamentos. Não havia preocupação evidente de conjuntura nem da precarização do trabalho, a exceção de pouquíssimos dirigentes que tinham relação orgânica com tendência política partidária com influencia marxista.

Contudo, essa década de 1990 foi importante para o avanço na organização dos trabalhadores e a fundação do SEAP é um reflexo disso. Ela também foi a década que consolidou o processo eleitoral democrático no Brasil com a disputa da presidência da república por vários candidatos. Mas também foi a investida mais frontal que o neoliberalismo iniciou no Brasil. Em seguida mostraremos, no governo Collor, em que nível ocorreu essa investida.

CAPÍTULO 2 - O GOVERNO COLLOR

O Brasil, em 1989, saiu de 21 anos de regime ditatorial e experimentou as eleições em urnas, o voto direto foi uma conquista de toda a sociedade brasileira. A primeira eleição direta para Presidente da República foi marcada pela polarização política entre dois candidatos até então com propostas distintas quanto aos rumos do Brasil.

No campo “esquerdista”, Luiz Inácio Lula da Silva aglutinou a possibilidade da materialização de uma transformação radical no país. No campo conservador, marcado pelas concepções direitistas expressas no período pela advocação do neoliberalismo, o principal candidato foi Fernando Collor de Mello.

Figura 14 - Fernando Collor de Mello

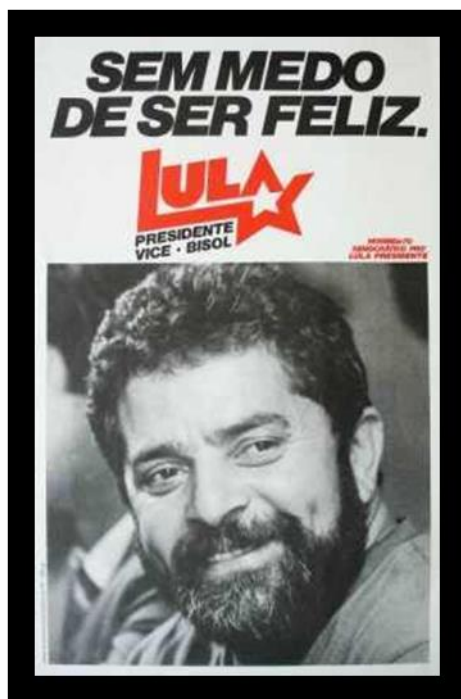


Fonte: <http://www.brasil.gov.br>.²³

Com o discurso de “caçador de marajás”, Collor foi apoiado pela grande imprensa nacional, empresários e pelos grandes latifundiários. Lula recebeu o apoio dos movimentos sociais organizados e o MST. Ainda com os resquícios da ditadura onde se pregava o medo dos movimentos de esquerda, o povo elegeu Collor, o “filhote da ditadura” como os movimentos sociais o chamava. Ganhou na ampla maioria dos estados brasileiros.

²³ Disponível em: http://www.brasil.gov.br/imagens/linha-do-tempo/linha-do-tempo-presidentes/1990-fernando-collor/image_preview. Acessado em 10 de maio de 2013.

Figura 15 - Lula



Fonte: <http://3.bp.blogspot.com>²⁴

Não se pode afirmar que tenha sido um processo antidemocrático, pois houve eleição direta e os eleitores manifestaram a sua vontade soberana, mas com certeza a eleição sofreu influências do conservadorismo e do medo do novo, da associação de Lula ao comunismo.

O governo Collor teve início em março de 1990, com a marca da hiperinflação, e com medidas econômicas, capitaneadas pela ministra Zélia Cardoso de Melo. As medidas econômicas marcaram ataques à classe trabalhadora. Podemos citar como exemplo o confisco da poupança, provocando insegurança econômica para os trabalhadores que utilizavam essa estratégia de investimento de seus recursos financeiros. Ao mesmo tempo, atendendo aos interesses do projeto neoliberal, o governo foi permissivo com outros países, abrindo as portas do Brasil para o investimento estrangeiro. Vejamos:

No campo do Comércio Exterior provocou uma grande abertura comercial unilateral, sem qualquer contrapartida por parte de outros países. Baixando as tarifas alfandegárias expôs a indústria nacional a um brutal choque de competitividade. Porém, a velocidade e unilateralidade com que foi feita impediram que os setores mais expostos se adequassem aos novos padrões competitivos. O crescimento econômico e o emprego sofreram muito mais do que o necessário. Seu argumento, uma vez mais, é que, neste País nada se conseguiria paulatinamente, pois as forças

²⁴ Disponível em: <http://3.bp.blogspot.com/-8c1PnbytjY4/TpjT5vfeQ-I/AAAAAAAAABlc/w9yShq2gdHY/s400/Lula%2B1989%2Bfilmes%2Bpolitic0s.jpg>. Acessado em 10 de maio de 2013.

do imobilismo imediatamente se mobilizariam para conter qualquer mudança. Embora houvesse muita verdade nesse argumento, a eliminação de setores inteiros da produção e do emprego foi um preço excessivo a pagar pela sua impaciência em inserir o Brasil na globalização que se acelerava. Mesmo a indústria brasileira mostrando uma enorme capacidade e vontade de adaptação, ela aceitaria muito mais facilmente um processo mais racional e tudo poderia ter sido feito com menos improvisação e sofrimento. (POSSAS, 2012, p. 4)

Collor, na realidade, atuou como um agente no processo neoliberal, uma vez que estava em negociação o pagamento dos juros da dívida externa através da possível adesão ao Plano Brady. A centralidade da financeirização do capital expressa anteriormente impulsionou as ações desse governo no intuito de legitimá-las no Brasil.

Estava em discussão, no final da década de 1980, um programa voltado à renegociação da dívida externa dos países devedores. O Plano Brady, divulgado pelo Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, em março de 1989, tinha como proposta o abatimento das dívidas externas contraídas por países devedores mediante a troca de títulos por bônus novos, denominados como Bradies. Uma das garantias exigidas era que os países que participassem desse plano deveriam adotar, em suas economias, os princípios neoliberais de gestão estatal. (LUCENA, 2011a, p. 19)

Ocorreu neste governo a legitimação da criminalização dos movimentos sociais, bem como a ênfase na ineficácia do público, atendendo às recomendações do FMI voltadas à liberalização das economias como condição para a concessão de empréstimos para o pagamento dos juros da dívida externa. Para a oposição a Collor, principalmente o PT, o governo tinha a marca do neoliberalismo, porém devemos destacar sua ação intervencionista. Essa ação se expressou no congelamento imediato dos preços seguido de gradual liberalização e livre negociação de salários, deslocamento de recursos da poupança para o consumo, forçando o desabastecimento e também o confisco de todas as contas correntes, poupanças e demais investimentos que excedessem a quantia de 50 mil cruzeiros. O confisco teria prazo de dezoito meses quando, então os valores seriam devolvidos às pessoas e empresas, corrigidas monetariamente.

A ideia era conter o consumo e conseqüentemente a inflação que atingia patamares de 80% ao mês. O governo também anunciou o aumento de impostos e a demissão de funcionários, pois entendia que a máquina administrativa era ineficiente e “pesada”, ou seja, tinha a intenção de recrudescer o funcionalismo público e estimular a privatização de serviços e possivelmente de direitos como o da saúde.

Para Lucena (2011 b), Collor após sua vitória eleitoral em 1989, tomou posse com um discurso inflamado em torno da necessidade de o Brasil ingressar na modernidade e tinha o

entendimento que os anos 1980 foram a “década perdida”, urgindo a reestruturação do Estado Nacional para reduzi-lo e modernizá-lo.

O discurso de Collor não poderia ser tomado por algo sem intenção ou que foi produzido de forma aleatória, populista, Collor tinha a exata dimensão do projeto de governo que defendia. O ex-ministro da Economia Fazenda e Planejamento de seu governo, Marcílio Marques Moreira, em um depoimento aos pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), relata a visita que Collor, já eleito, em 1990 fez aos EUA. Marcílio na condição de embaixador do Brasil em Washington acompanhou o então presidente.

Em janeiro de 1990 o presidente eleito, Fernando Collor de Mello, fez uma viagem aos Estados Unidos. Ele foi com um programa totalmente fechado que incluía contatos bastante diversificados: esteve não só com o presidente Bush e com Nicholas Brady, então secretário do Tesouro, mas também com Michel Camdessus, diretor-gerente do Fundo Monetário e com Enrique Iglesias, presidente do BID. (...)Fui com o presidente ao Bush e a conversa foi muito boa. Os temas foram aqueles que iriam compor a pauta do que seria o discurso de posse: abertura comercial, abertura da economia, negociação da dívida externa. (...) O presidente Collor tinha plena consciência do receituário das agências multilaterais para a América Latina que ficou conhecido como Consenso de Washington. Eu tinha estado no seminário em que se cristalizou a ideia do Consenso de Washington. Foi um seminário sobre as reformas econômicas para a América Latina, organizado pelo Institute for International Economics em 6 e 7 de novembro de 1989. Tenho o livro com os anais do seminário, publicado em 1990. Quem expôs os dez pontos do Consenso foi John Williamson, e assisti a essa conferência. Do Brasil apresentaram papers Eliana Cardoso e Daniel Dantas. (MOREIRA, 2001, p. 225-231)

Percebe-se que a ideologia do governo era ter um Estado mínimo e forte, no sentido de atender aos interesses internacionais, voltados à reprodução do capital em larga escala. Nessa lógica, foram extintos vários órgãos federais, funcionários ficaram “perdidos”, alguns até sem lugar para trabalhar. A sociedade ansiava por reformas, pois a constituição de 1988 estimulava isso. Contudo, as reformas estavam fadadas ao fracasso, pois tipicamente a marca de Collor era ser impetuoso. Observemos a afirmativa abaixo:

No setor da Administração Pública a ideologia do Governo era de Estado mínimo, mas forte. O caminho foi extremamente radical e mal estruturado. Eliminaram-se órgãos inteiros, exigiu-se reduções percentuais sem qualquer critério ou especificação de parte ou eficácia do corpo remanescente. Tudo feito com atropelo e contra as leis e a constituição. O estado brasileiro praticamente ficou anêmico, sem conseguir funcionar e massas enormes de funcionários ficaram entre seus órgãos de origem e suas locações recentes, ganhando sem trabalhar. As repartições estavam vazias os órgãos extintos e as folhas de pagamento repletas. A motivação foi a zero, inclusive porque os funcionários das funções-meio, mais próximos aos centros de poder foram mantidos e os das funções-fim, mais dispersos em seus campos de atuação, foram eliminados, bem o oposto do preconizado no início da reforma.

Havia pouca gente para atuar e muita para controlar o nada. Novamente, havia por parte da sociedade uma ampla demanda por reforma. A Constituição levantou muito as expectativas de ação pública e a máquina estatal era mal remunerada, mal avaliada e inchada. Assim, o fracasso da reforma remete a vícios antigos da nossa administração pública e das camadas conservadoras do país, mas também à forma atabalhoada de sua execução. O argumento volta a ser do tipo ou faz-se todo o mal de uma vez ou não se consegue nada. (POSSAS, 2012, p. 5)

Nesse prisma de se fazer todo o mal de uma vez só, um dos maiores ataques do governo foi engendrado contra a universidade pública.

O Plano estratégico focava em temas caros às direitas, mas também amplamente presentes no Brasil de então e de agora. Os dois principais eram Infraestrutura – portos, rodovias, ferrovias, energia - e Educação, onde pela primeira vez aparece o problema da qualidade, a par da imperiosa necessidade de universalização do Ensino Básico. Havia preocupação com desenvolvimento de Ciência e Tecnologia. É nas universidades que surgem os maiores problemas. O governo era adepto do ensino pago e de alta qualidade com ênfase na produção de conhecimento científico e tecnológico. Mas dentro do desmonte do Estado, nenhuma área foi mais atingida que a Universidade. A Universidade Federal nem chegou a considerar uma pequena mensalidade pelo aluno, mas nunca mais foi a mesma fonte de geração de conhecimento que fora em décadas anteriores. O caos instalado teve o custo da decadência do sistema federal de ensino superior, inevitavelmente. (POSSAS, 2012, p. 5)

Collor foi o primeiro presidente do Brasil a adotar o processo de privatização como política de governo, como parte de seu programa econômico. Ele instituiu, através da Lei 8.031 de 1990, o Programa Nacional de Desestatização (PND).

Um amplo processo econômico competitivo estava em curso no período histórico em questão. Em 1990, os Estados Unidos no governo Bush propôs para as Américas a criação de uma área de livre comércio do Alaska à terra do fogo. Na realidade, foi uma estratégia que objetivava reagir à construção da União Europeia e à ascensão da Ásia Oriental, como forma de permitir a Washington reafirmar sua hegemonia mundial no pós-Guerra Fria. Os EUA precisavam se contrapor a isso e articularam um espaço econômico sob sua influência e liderança política, visando assim incrementar suas exportações como forma de revitalizar sua base produtiva e tecnológica.

Isso já ocorria com a integração da América do Norte: Área de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), englobando Canadá, México e EUA. O Brasil também deu sua resposta a esses desafios e consequentes efeitos negativos oriundos da inserção mundial que possui o cunho neoliberal, implantada no governo Collor, para Fonseca e Queiroz (2007) isso

veio com a atuação compensadora do Itamaraty (o Ministério das Relações Exteriores Brasileiro), e “tomou corpo” com a aceleração e ampliação da integração Brasil e Argentina.

Para o descontentamento dos Estados Unidos, em março de 1991, foi assinado o Tratado de Assunção, que criava o Mercado Comum do Sul (Mercosul), englobando Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. O tratado consistia na liberação completa do comércio inter-regional e adoção de uma tarifa externa comum. Nessa perceptiva, com o discurso ideológico de “modernização” da indústria nacional via concorrência como forma de inclusão do Brasil na rota do comércio mundial, o governo Fernando Collor de Mello liberou a economia do país para a comunidade econômica internacional.

Privatizações de empresas estatais e desregulamentação de setores estratégicos marcaram o governo em questão. O discurso da incompetência interna materializou ideologias voltadas à centralidade da concorrência, à qual, na realidade, atendia aos interesses do capital e das empresas transnacionais.

É com o título de nação moderna e competitiva que passaremos a ter uma presença cada vez mais atuante nas grandes decisões internacionais (...). Esse é o sentido, também, da nova política industrial que o meu governo acaba de anunciar. Vamos nos valer de uma maior exposição à concorrência internacional como meio de acelerar a modernização de uma economia em que a ineficácia era acobertada pelos cartórios protecionistas, e na qual o consumidor brasileiro era obrigado a arcar com o custo dessa atitude e da prática de lucro abusivo, inteiramente dissociado dos parâmetros vigentes do mercado externo. (MELLO, 1991, p. 1)

O que se verificou, ao contrário dos discursos entusiastas do “Caçador de Marajás”, foi que a desregulamentação da economia implicou, isso sim, na não participação do mercado mundial em condições iguais de concorrência. Essa foi sem dúvida uma marca, entre outras por assim dizer, maiores, do governo Collor. Em 1991, Zélia Cardoso pediu demissão e emergiram escândalos envolvendo membros do governo. Em 1992, o presidente Collor enfrentou uma crescente impopularidade e inflação superior a 20%. O “estrelismo e arrogância”, outra marca sua, contribuiu em muito para essa impopularidade.

Em maio de 1992, o irmão do presidente, Pedro Collor, fez acusações de que o ex-tesoureiro de campanha, Paulo César Farias (PC Farias), havia enriquecido ilicitamente, teria vantagens perante o governo e ainda teria profundas ligações com presidente Fernando Collor.

Inevitavelmente, o governo cai em descrédito. As denúncias de corrupção levaram brasileiros, no ano de 1992, às ruas. Os “caras pintadas” de verde e amarelo exigiam o impeachment, contudo o que realmente derrubou foi a economia, o congelamento da

poupança irritou a população e o índice de aprovação do governo esteve em patamares muito baixos (36%).

Figura 16 - Movimento dos Caras Pintadas



Fonte: <http://uipi.com.br>²⁵

Figura 17 - Movimento dos Caras Pintadas



Fonte: <http://gleudecyrodrigues.blogspot.com.br>²⁶

Por conta disso, em junho do mesmo ano foi instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito no Congresso Nacional. Com o depoimento do motorista Eriberto França, que afirmava que as despesas da Casa da Dinda eram pagas por PC Farias e com o crescimento da pressão popular pelo impeachment, com manifestações nas ruas, em 29 de setembro de 1992.

²⁵ Disponível em: <http://uipi.com.br/noticias/politica/2012/09/29/impeachment-de-collor-completa-20-anos/>. Acessado em 10 de maio de 2013.

²⁶ Disponível em: http://gleudecyrodrigues.blogspot.com.br/2010/09/movimento-caras-pintadas_22.html. Acessado em 10 de maio de 2013.

Câmara Federal por 441 votos a favor e 33 contra encerrou o episódio, aprovando o impeachment de Collor (PRN), assumindo o governo o vice, Itamar Franco (PSDB).

Figura 18 - Folha de São Paulo



Fonte: <http://flashhistoria.blogspot.com.br>²⁷

Figura 19 - Votação no Impeachment no Plenário Nacional



Fonte: <http://www.tribunadoceara.com.br>²⁸

²⁷ Disponível em: <http://flashhistoria.blogspot.com.br/2010/11/impeachment-de-collor.html>. Acessado em 4 de abril de 2013.

²⁸ Disponível em: <http://www.tribunadoceara.com.br/blogs/kezya-diniz/files/2012/09/Votação-Impeachment.jpg>. Acessado em 4 de abril de 2013.

Independente do impeachment sofrido por Collor, o governo brasileiro, tendo à frente a intermediação de Pedro Malan, negociava, ao mesmo tempo, a adesão do Brasil ao Plano Brady. O país assinou o acordo em 1994, sendo o último a aderir na América Latina. A instauração do Plano Brady propiciou uma “enxurrada” de dólares no Brasil atraídos pela elevação dos juros a investimentos. Esse plano colocou as bases para a instauração do Plano Real no país no governo Itamar Franco, capitaneado por Pedro Malan e Fernando Henrique Cardoso.

Figura 20 - Pedro Malan



Fonte: <http://exame2.abrilm.com.br>²⁹

²⁹ Disponível em: http://exame2.abrilm.com.br/assets/images/2010/11/19538/size_590_Pedro-Malan-590.jpg?1290629288. Acessado em 4 de abril de 2013.

Figura 21 - Fernando Henrique Cardoso



Fonte: <http://www.circuitomt.com.br>³⁰

2.1 O governo Collor e a saúde no Brasil

Antes de adentrarmos nesse tema, parece-nos necessário discutirmos a origem do Sistema Único de Saúde (SUS) e seus princípios. A Constituição Federal Brasileira de 1988 prega um sistema de saúde único, que possua ações e serviços de saúde que integrem uma rede regionalizada e hierarquizada, além de que deve obedecer as diretrizes da descentralização.

Os processos de descentralização podem ser classificados como desconcentração, devolução e delegação. A desconcentração sugere a transmissão de certas responsabilidades e funções, sem a transferência correspondente de poder decisório. A delegação é a transferência de responsabilidades gerenciais para organismos não governamentais. Por sua vez, a devolução implica na transferência de poder decisório para as esferas subnacionais, fortalecendo-as. (PASCHE et al, 2006, p. 416)

O SUS foi o caminho que constituiu o marco inicial de uma verdadeira reforma do Estado brasileiro, em que pese ter sido pensado em uma perspectiva diferente da prática atual.

³⁰ Disponível em: http://www.circuitomt.com.br/circuitomt01/2013/marco/24-03-2013/Fernando_Henrique.jpg. Acessado em 04 de abril de 2013.

Foi dito isso porque, segundo Alvim (1999), o projeto de descentralização se tornou conveniente para dois lados, o primeiro, que possui uma corrente reformista e democratizante, pois tem como objetivo final a universalização do acesso, o atendimento com equidade e o devido controle social; o outro que possui uma visão desregulamentadora e privatizante, cujo fim seria a redução do peso do Estado e do gasto público, no nível federal.

Santos et al (2006) afirmam que, com a descentralização, os municípios passaram a ser entidades administrativas com autonomia para gerir sua própria política tributária, além da ampliação da apropriação das receitas de transferências por parte dos governos municipais, sendo esses os principais instrumentos que os constituintes utilizaram para afirmar o princípio da descentralização.

Pela Lei orgânica da saúde, a Lei nº 8.080 de 20.09.1980, os municípios são os principais responsáveis pela política de saúde, cabendo-lhes planejar, controlar e executar as ações de saúde. Define ainda que os estados sejam os responsáveis pela elaboração da política estadual de saúde, que são os coordenadores e planejadores da rede e estabelecem os padrões de atendimento à saúde, atuam supletivamente nos municípios executando ações de saúde.

A União, por sua vez tem, entre outras, a competência de formular as políticas nacionais, de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, o investimento em recursos humanos, a regulamentação do SUS em nível nacional, a elaboração de normas técnicas nacionais, a regulação da relação entre o setor público e a iniciativa privada, a regulação da atividade privada contratada de assistência à saúde, definir normas, critérios e padrões para controle das condições e dos ambientes de trabalho e coordenar a política de saúde do trabalhador, estabelecer o Sistema Nacional de auditoria e coordenar a avaliação técnica e financeira do SUS, em todo o território nacional, em cooperação técnica com os estados, municípios e o Distrito Federal.

Para Marques (1998) os gestores do SUS tinham a convicção de que a descentralização garantiria melhor qualidade no atendimento nos serviços de saúde, além disso, contavam com toda a experiência acumulada ao longo da implementação das Ações Integradas de Saúde (AIS) e do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS).

As Ações Integradas de Saúde (AIS), instituídas em meados dos anos 1980, tinham o objetivo de combater os problemas de gestão do sistema vigente. Esses problemas surgiram pelo acúmulo de funções e pela forma desordenada de destinar recursos. Isso se constituiu em um importante passo para a descentralização das ações de saúde que ganhou um grande impulso com a implantação do SUDS, que com o estabelecimento de convênios os Estados

passaram a ter em sua competência a gestão de convênios e do pagamento dos serviços prestados pela rede conveniada; incorporaram a rede de atendimento do INAMPS.

O pessoal federal, na sua maioria, foi colocado à disposição dos governos estaduais. Com o SUDS as secretarias estaduais de saúde tinham o compromisso de gerir a unificação das unidades da rede pública e ainda de promover a reforma administrativa necessária no nível estadual, para que pudesse viabilizar as suas novas funções. Corroborando com isso, temos a seguinte assertiva:

Este foi, portanto, um período de reforço na função dos Estados na gestão do sistema. As Secretarias Estaduais de Saúde passaram a gerir a rede própria do INAMPS e parte da rede privada conveniada e, por este mecanismo, retirou-se do INAMPS grande parte dos recursos organizacionais que permitiam a centralização do poder decisório. Além disso, o próprio processo de municipalização via estabelecimento de convênios e repasses para os municípios era realizado pelos Estados. (ARRETICHE, 2000, p. 205)

Para Viana, Lima & Oliveira (2002), a emergência do SUS deve-se, basicamente, a dois fatores: de um lado o processo de sucessivas mudanças na política de saúde, iniciado em 1970 e intensificado na década de 1980, através das AIS e SUDS, mais precisamente em 1983. De outro lado, ao processo de territorialidade das políticas, estimulado pelo movimento de urbanização dos anos 1970, que estimularam os municípios a assumirem, experimentalmente, várias responsabilidades e atribuições nas políticas de saúde.

O sistema político federativo brasileiro é formado por três níveis de governo – União, Estados e Municípios. Esses três níveis possuem autonomia administrativa e financeira, ou seja, podem gerir sua política tributária. A descentralização tem sido um caminho trilhado no sentido de facilitar a gestão orçamentária e financeira dos recursos.

Há, então, o estabelecimento de um pacto de ação entre união, estados e municípios, sendo a descentralização uma das estratégias do governo federal para atender a necessidade de universalizar o atendimento, haja vista ser a Universalidade, juntamente com Equidade e a Integralidade um dos formadores do tripé dos princípios doutrinários do SUS.

Em que pese os princípios do SUS serem considerados ideologicamente socialistas, pois, pregam o acesso universal, a visão integral do indivíduo e conceber o indivíduo com suas especificidades, ou seja, respeitando as diferenças, os anos 1990, como já dito, consolidou as políticas neoliberais, que foram implementadas em diversos países, havia uma agenda chamada de ajuste estrutural. Parecia uma contradição, um país se submetendo ao neoliberalismo e implantando um sistema de saúde com esses princípios.

Importante lembrar que o SUS, iniciado com o Movimento da Reforma Sanitária³¹, tem seu marco regulatório com a legislação infraconstitucional com a edição de duas Leis, a de nº 8080 de 1980 de 19 de setembro do mesmo ano. Ela trata da descentralização, das competências em saúde nas esferas de governo central, estadual e municipal e a Lei 8.142 de 28 de dezembro do mesmo ano que trata da participação da sociedade e os mecanismos de transferência de recursos financeiros às demais instâncias de gerência. Estabelece a previsão de remessas regulares e automáticas do governo federal.

Com esse arcabouço jurídico, as tratativas passaram a ser normatizadas por portarias do Ministério da Saúde, nos governos de Collor, Itamar e FHC, surgem então as Normas Operacionais Básicas (NOB). Foram exaradas as NOB 91, 92, 93 e 96. Posteriormente foram editadas as NOAS (Normas Operacionais de Assistência à Saúde) nº 01 e 02 em 2001.

A NOB 91, lançada no governo Collor, ainda tinha o peso do modelo de atenção à saúde hospitalocêntrico, pois possibilitava uma nova política de financiamento do SUS, contudo, o pagamento era feito em forma dos serviços prestados via faturamento. Já a NOB 92 definia mecanismos de estímulos à gerência municipal e estadual, contudo o município ou estado deveriam assumir a gerência dos serviços sem, no entanto, ter autonomia financeira. Finalmente, a NOB 93 define normas e procedimentos reguladores para descentralização da gestão das ações e serviços³².

Gerschman (1995) assevera que o governo Collor foi um retrocesso para a saúde e o que evidenciou isso foi a diminuição de recursos e a edição da NOB 01/91, que consolidou o município como mero prestador de serviço e assim com pouca autonomia para organizar as redes de atenção à saúde. Então, descentralizava apenas serviços e responsabilidades, contudo era uma delegação “curta” na gestão dos recursos e gerência dos serviços.

Assim, Collor defendia como pano de fundo do seu projeto de sociedade, a privatização da saúde, pois mantinha o SUS de forma sucateada, com recursos escassos, acessibilidade universal prejudicada e pouca autonomia dos estados e municípios, “promovia dificuldade pra vender facilidade”. Em suma, a precarização dos serviços estimulava e estimula ainda a busca da rede suplementar de assistência à saúde. Esse é o pano de fundo do projeto neoliberal.

³¹ Movimento composto por acadêmicos ligados à saúde, profissionais da saúde, e setores da sociedade que em meados dos anos 1980, que se contrapunha ao modelo de atenção à saúde que era centralizador, hospitalocêntrico e cartesiano e vigente à época e ainda presente atualmente.

³² A NOB 93 se baseou em um documento do MS intitulado “Descentralização das ações e serviços de saúde: a ousadia de cumprir e fazer cumprir a lei”. Brasil (2002).

No final do governo Collor, fevereiro de 1992 o ministro da saúde Alcení Guerra deixa o cargo, sob denúncia de corrupção, e entra, Adib Jatene. Com o impeachment assume a presidência Itamar Franco, que tomou atitudes importantes como a extinção do INAMPS em 1993. O INAMPS coordenava a centralização administrativa e financeira do sistema de saúde e consolidava o modelo de atenção à saúde centrada na doença e com cunho privativista. Nesse sentido não priorizava ações de saúde preventivas.

A dimensão privatista da saúde no governo Collor é fundamental para a recuperação da precarização do trabalho dos enfermeiros no estado do Amapá. A privatização e consequente desvalorização do espaço público implicou na construção de difíceis condições de trabalho e críticas sindicais nesse sentido. É o que demonstraremos na próxima parte.

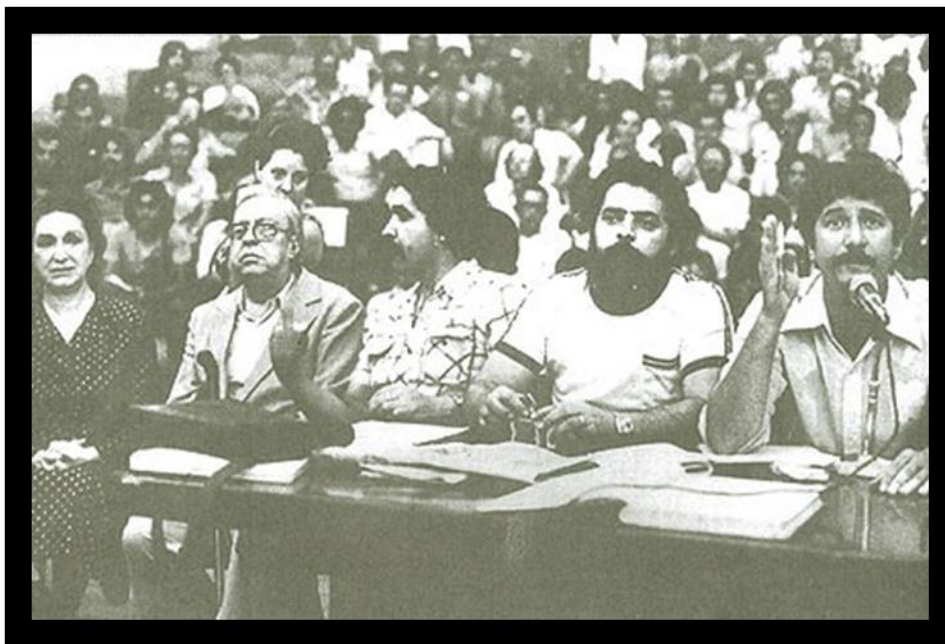
CAPÍTULO 3 - A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA PROFISSÃO ENFERMAGEM E A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES

A história do sindicalismo na enfermagem no Brasil teve início em 1932 através do Sindicato Nacional dos Enfermeiros da Marinha Mercante e o Sindicato dos Enfermeiros Terrestres. Essas duas entidades possuíam uma ação corporativa, não avançando em termos organizativos da categoria representativa. A história da profissão enfermagem é marcada pela subordinação à ordem manifesta na ausência do pensamento crítico perante a profissão e a sociedade.

Essa afirmação começa a tomar novos contornos apenas no início dos anos 80 do século XX. Isso se explica pelas mudanças em curso na sociedade brasileira e, conseqüentemente, no movimento sindical no país. De acordo com Lucena (2013) ocorreram mudanças significativas na ação política de parcela dos sindicatos nos maiores centros produtivos do Brasil. Apesar da predominância do sindicalismo corporativo no país, outra concepção sindical foi gestada em seu interior. O sindicalismo autêntico cresceu gradativamente sob a liderança política dos metalúrgicos do ABCD³³ paulista. Sua composição, relacionada à construção e fundação do Partido dos Trabalhadores, ocorreu pela aliança de correntes políticas heterogêneas formadas por militantes de diferentes tendências políticas compostas por Socialistas, Comunistas, Trotskistas, sociais democratas, anarquistas, independentes, entre outras. Apesar das diferenças nas estratégias e formação política das tendências no sindicalismo autêntico, a existência de um inimigo único, o governo militar e as frações de classe burguesas que o apoiavam, possibilitou a construção de alianças, sem que isso reduzisse as contradições internas e acirrados embates.

³³ Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema.

Figura 22 - Fundação do Partido dos Trabalhadores



Fonte: <http://www.brasilautogestionario.org>³⁴

Notas: Colégio Sion. 10 de fevereiro de 1980. A Lélia Abramo (à esq.). O historiador Sérgio Buarque de Holanda, Olívio Dutra, Lula e Jacó Bittar

Em uma sociedade de classes sociais em constante conflito e contradição os sindicatos, dentro de uma ação política revolucionária, são entendidos, pelo potencial organizativo dos trabalhadores, como ferramentas para crítica e superação do modo de produção capitalista. A importância do sindicato enquanto agente político formativo dos trabalhadores esteve presente na obra marxiana e marxista. Em “O capital”, Marx demonstrou a importância dos sindicatos para a construção da consciência coletiva das condições de exploração daqueles que vendiam sua força de trabalho.

A questão primordial para Marx foi a utilização do sindicato como ferramenta para a consolidação da classe operária. Para Marx e Engels, as greves são escolas em que os trabalhadores compreenderiam a exploração e luta de classes de uma forma sistematizada. Lênin em “Sobre os sindicatos” demonstrou que as greves são instrumentos que promovem a solidariedade e união entre os trabalhadores. Referenciado na “teoria da vanguarda”, demonstrou que as greves deveriam se subordinar às estratégias do Partido Operário como forma de proporcionar a emancipação de todos os trabalhadores.

³⁴ Foto Arquivo Central da Unicamp. Disponível em: <http://www.brasilautogestionario.org/tag/lula-e-jaco-bittar-foto-arquivo-central-da-unicamp/>. Acessado em 15 de janeiro de 2012.

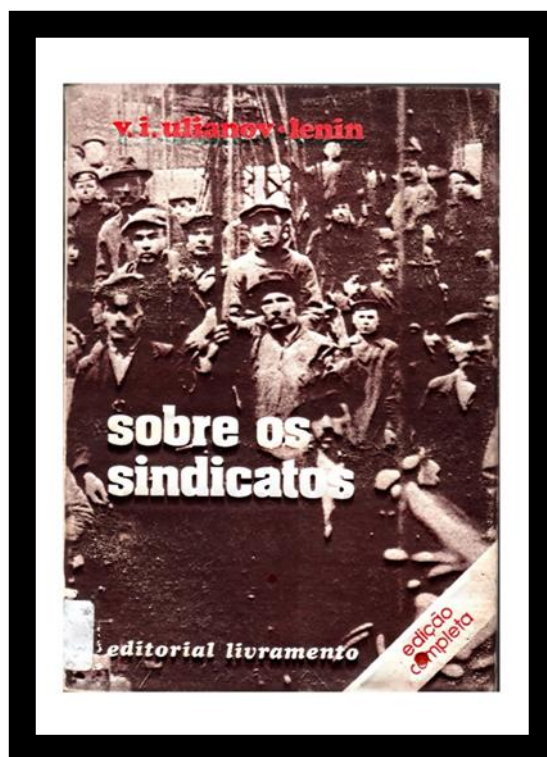
Figura 23 - Lênin



Fonte: <https://encrypted-tbn3.gstatic.com>³⁵

³⁵ Disponível em:
<https://encrypted-tbn3.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcTPPrWFtL5XSYzdpNHAEJE9PYDDsyA727317dIwRyNnbNJbSQc4fg>
. Acessado em 29 de maio de 2013.

Figura 24 - Livro: Sobre os Sindicatos



Fonte: <http://pt.scribd.com/>³⁶

Antunes (1998) contribuiu para a análise do sindicalismo brasileiro no final dos anos 70 do século XX, debatendo o novo sindicalismo no Brasil. Tomando como referência os metalúrgicos do ABCD, demonstrou uma complexa relação entre o “fim do milagre econômico” e a deteriorização das condições de trabalho no chão da fábrica. Essa relação foi essencial para a construção de greves espontâneas desprovidas da direção vanguardista do partido. As greves construídas nessa concepção acabaram por privilegiar as necessidades imediatas dos trabalhadores, perdendo a dimensão revolucionária transcendente a própria greve. Esses tipos de greve manifestaram a contradição de, por um lado, aguçar o movimento e resistência dos trabalhadores contra a exploração capitalista e, por outro lado, produzir uma consciência limitada quanto aos processos estruturantes que geram esta mesma exploração.

O crescimento do novo sindicalismo no Brasil foi acompanhado pela crise econômica e política internacional e seus impactos em nível nacional. Na prática, enquanto o sindicalismo nos Estados Unidos e na Europa sofreu grande revés em virtude da recessão econômica manifesta no crescimento da dívida interna, a elevação dos índices de desemprego e endurecimento governamental e patronal das relações sindicais impostas pela adoção dos

³⁶ Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/98261697/Lenin-Sovre-Os-Sindicatos-Capa-e-Indice>. Acessado em 29 de maio de 2013.

princípios neoliberais, o Brasil, mesmo atingido por essa mesma crise, vivenciou caminho inverso.

De acordo com Lucena (2013) o enfraquecimento político da ditadura militar acompanhado pelo crescimento dos movimentos sociais no país fortaleceu os discursos críticos ao regime na sociedade. Devemos notar que o Brasil, na década de 1970, contava com 11% da força de trabalho assalariada sindicalizada, sendo que, no final dos anos 1980, esse número elevou-se para 32%.³⁷ Em 1983 foi fundada a Central Única dos Trabalhadores, consolidando a luta dos trabalhadores pela conquista das oposições sindicais nos centros produtivos mais avançados do Brasil.

Ainda afirma que o crescimento do sindicalismo autêntico, a anistia, o abandono do governo militar-civil à política de substituição de importações e a influência do Fundo Monetário Internacional na economia brasileira contextualizaram o início da contraditória década de 1980. Para os movimentos sociais, uma “década vitoriosa” composta de avanços organizativos e sociais, por sua vez, para as frações de classe burguesa nacionais, a “década perdida”, à qual as mudanças internas no Brasil não acompanharam a reestruturação produtiva e as formas reconstrutivas de reprodução e acumulação do capital mundializadas. (Lucena, 2013).

Esse movimento foi fundamental para a construção processual de mudanças no sindicalismo na enfermagem. Em 1982 aconteceu, em São Paulo o 1º ENESP, Encontro Nacional de Entidade Sindicais e Pré-Sindicais de Enfermagem. Com este acúmulo surge então em setembro de 1987, em Porto Alegre, durante a realização do VII ENESP, decidiu-se pela necessidade de criar a Federação Nacional dos Enfermeiros (FNE), o que ocorreu em novembro de 1987 em Salvador-BA. Sua carta sindical foi assinada em 01/03/1990 com registro no MTb sob o nº 012.266.00000-6.

A FNE objetivou unificar e centralizar a luta dos enfermeiros em nível nacional, articulando-a com o conjunto da classe trabalhadora. Assim fortaleceu não somente a categoria dos enfermeiros, mas, o coletivo dos trabalhadores. Atualmente é filiada à CUT e conta com treze sindicatos filiados.

Percebemos a criação e a existência da FNE como positiva por representar mais um instrumento de luta dos trabalhadores. Contudo é de se lamentar que a federação não congregue as demais categorias da enfermagem, trabalhadores tão importantes na equipe de enfermagem e de saúde. Acreditamos que a luta quando feita conjunta parece-nos ser mais

³⁷ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u400883.shtml>. Acessado em 10 de novembro de 2012.

fortalecida do que quando segregada. Mas isso também tem um caráter pedagógico na organização sindical, aprenderemos diante dessa realidade.

Se contrapondo a essa estratégia de organização da base da enfermagem feita pela FNE, o SEAP fundado durante a assembleia geral da categoria no dia 21 de junho de 1991, surgiu por conta da necessidade de representatividade junto ao Governo do Estado do Amapá (GEA), principal empregador desde aquele período. A categoria não possuía esse instrumento de luta.

Percebemos que estávamos fragilizados diante das organizações patronais e governamentais, com pouco poder político negociativo perante a Secretaria de Saúde dos estado. Fazemos o registro que mesmo com a incipiente experiência, com um grupo com pouca vivência política, tivemos a ousadia de buscar criar esse instrumento de luta.

O SEAP foi criado em uma década considerada como o berço do neoliberalismo no Brasil, portanto, marcada pelos ataques às condições de trabalho e de vida dos trabalhadores. Essa década marcou a intensificação, precarização, sobrecarga de trabalho, jornada dupla dentro de um mesmo hospital e o adoecimento dos enfermeiros. Contudo para “maquilar” essa realidade de investimento em saúde e respeito ao trabalho, o GEA estabeleceu uma política de pagamento de plantões extras aos profissionais de saúde, o que representava em torno de 50% da renda de cada trabalhador.

O plantão extra³⁸ significava uma nova jornada de trabalho, sem férias, décimo terceiro e seguridade social, pois não havia contrato formal de trabalho. Era a servidão, a exploração, com o ingrediente de que o profissional de saúde, na sua maioria, conseguia ver positividade naquela realidade, ele se sentia melhor em ter mais uma renda, não se sentia explorado. Sentia uma renda melhor sem perceber que estava duplicando seu esforço em busca de melhor qualidade de vida, contudo o final não seria assim, seria o adoecimento e o envelhecimento precoce.

A precarização do trabalho dos enfermeiros no Amapá foi a condição material para a criação do SEAP em 21 de junho de 1991. A assembleia geral foi convocada por um grupo de lideranças da enfermagem de Macapá, especificamente o antigo Hospital Geral de Macapá, o local da reunião seria o auditório da Secretaria de Estado da Saúde, na av. Procópio Rola, Centro de Macapá, que ficava no complexo de secretarias de estado, com capacidade para cinquenta pessoas. Contudo, devido a grande mobilização, percebeu-se que o auditório seria pequeno e a assembleia aconteceu na calçada da secretaria, chamando a atenção das pessoas

³⁸ Dito extra porque não era o plantão de rotina, componente da jornada normal de trabalho, era uma nova carga horária excedente da jornada contratual.

que por ali transitavam. Lá os trabalhadores de enfermagem decidiram pela criação do seu Sindicato.

A mobilização da enfermagem e em particular dos enfermeiros em espaço coletivo público marcou uma inovação política no estado do Amapá. O envolvimento dos transeuntes gerou desconfiança dos profissionais da Secretaria de Saúde acreditando que seria uma mobilização contra o governo estadual. Esse temor levou o então secretário de saúde a se retirar por uma porta de acesso lateral com receio de represálias a sua administração³⁹.

Em 21 de junho de 1991, foi eleita, em assembleia geral, uma comissão que deveria representar a categoria de enfermagem e conduzir a entidade até o encaminhamento de eleições diretas. A comissão foi composta por Carlos Rinaldo Nogueira Martins e Marluclena Pinheiro da Silva, ambos enfermeiros, Moisés Nascimento e Maria José da Costa Pena, auxiliares de enfermagem.

No Amapá, o ano de 1991 foi marcado por inúmeras paralisações de trabalhadores, principalmente nos meses de maio e junho. No mês de maio foi programada para os dias 23 e 24, pela CUT nacional, uma greve geral...É neste contexto que, no dia 21 de junho de 1991, a enfermagem de Macapá, envolta em crise salarial e necessitando de uma entidade que a representasse frente ao governo do Estado, decidiu fundar o sindicato de enfermagem do Amapá – SEAP. (FREITAS, 1999, p.39).

A precarização do trabalho, naquela data, já era presente. Os salários eram baixos e a sobrecarga de trabalho sempre foi algo que historicamente acompanhou a categoria de enfermagem. A desvalorização da profissão, em detrimento de outras, era evidente no período e causava insatisfação dos trabalhadores da saúde. O que se percebia era a intensificação do trabalho com nítida influência da mais-valia absoluta tão bem analisada por Marx em O capital.

Em que pese a existência de isonomia de salários, no nível superior, no nível médio e no valor de plantões no nível superior, já havia debates sobre a diferenciação desses valores. Em uma discussão elitista, havia grupos profissionais que defendiam a diferenciação de valores pagos aos enfermeiros e aos médicos. Na prática, esses grupos entendiam a veemência da elevação dos valores financeiros pagos aos médicos em detrimento dos enfermeiros, uma clara demonstração da redução da importância de uma profissão em relação à outra.

Essa diferenciação de renda entre as categorias da saúde se efetivou durante o primeiro governo do PSB, de João Alberto Capiberibe, em 1997, em que somente os médicos passaram a receber plantões extras e ainda obtiveram duas gratificações de produtividade enquanto que

³⁹Atualmente, em 2007, a entidade teve seu nome mudado para Sindicato dos Trabalhadores da Saúde (SINDSAÚDE), na lógica de que ampliar a base fortaleceria a luta conjunta como já dito.

o restante das categorias de nível superior recebia apenas uma gratificação. A gratificação era de produtividade, chamada Plano de Remuneração Variada (PRV), discriminada então nos seguintes valores: para os enfermeiros, R\$ 800,00 e para os médicos R\$ 1.000,00. Considerando que o médico recebia duas gratificações, a diferença entre ambas as profissões ficava em torno de 120%.

Nesse período a categoria de enfermagem entendeu como positivo o aumento da renda para a categoria médica, mas também visava sua valorização, haja vista compreender que não deveria haver diferenciação de valorização profissional, pois todos são fundamentais para o sistema de saúde. Isso não ocorreu, e nos parece ter motivado um movimento de resistência da enfermagem iniciado imediatamente à aprovação de tais medidas. Queríamos isonomia de tratamento.

Registre-se que o protagonismo dessa categoria nos movimentos de trabalhadores da saúde no Amapá é marcante, sempre na vanguarda. Vimos “conquistas” históricas, como os plantões extras nos valores iguais aos dos médicos eram vistos assim, serem tiradas de forma “arrogante e traiçoeira”, pois os deputados estaduais em conluio com o GEA em 1997 aprovaram tais mudanças e valorações diferenciadas. Importante ressaltar, que já nessa época, na saúde, apenas os médicos possuíam deputados de sua categoria com assento na assembleia legislativa. Demonstrando assim que o fato de a categoria de enfermagem não possuir voz naquele parlamento, no mínimo para qualificar o debate em plenário, foi um importante fator para o estratagema engendrado pelo governo do estado do Amapá e deputados estaduais da época.

Analisemos a estratégia utilizada para ludibriar o movimento nas ruas, feito pela enfermagem como resistência à essa política de governo naquele período. Os deputados estaduais marcaram a reunião de plenário da assembleia legislativa, fingiram não haver quórum, retiraram-se e após a dispersão da mobilização, pois o movimento acreditava que não ocorreria a reunião por falta de quórum, voltaram ao plenário e aprovaram essas mudanças, foram "ardilosos". Foi dito em praça pública, por manifestantes, que eram “deputados vendidos”. Atualmente, em 2012, a imagem da assembleia legislativa do Amapá está maculada nacionalmente por conta de denúncias de práticas reprováveis como verba de representação de R\$ 100.000,00 e diárias de R\$ 2.600,00.

Houve manifestação pública contra as medidas já implantadas, mas existia vontade política do GEA em mantê-las. E assim permaneceu. Parece-nos que os governos que se seguiram aprovam a política de diferenciação, pois, nada se alterou até então. É preciso, em nome da história, registrar que a diretoria do Sindicato de enfermagem, com o presidente em

exercício, não compareceu ao movimento de resistência convocado para frente do Hospital Geral de Macapá, na praça em frente, que atualmente é o estacionamento daquele estabelecimento de saúde. Tal fato ainda não ficou esclarecido para a categoria.

A desmobilização do sindicato desmotivou e muito a categoria e restou-nos a indignação com o governo, com a assembleia legislativa e lamentavelmente com a diretoria do sindicato. Com efeito, naquela crise, ao invés do crescimento do movimento sindical da enfermagem, ocorreu um recrudescimento. Atribuímos isso ao amadorismo e ausência de maturidade política com que era feita a organização sindical no período.

Esse imobilismo permaneceu por cinco anos. O SEAP, já com nova diretoria, se reergueu apenas em 2000 com apoio importantíssimo do Conselho Regional de Enfermagem, dando-lhe apoio político e abrigo até que o mesmo pudesse ter sede, o que ocorreu em aproximadamente um ano.

A organização em torno do sindicato, a nosso ver, é de vital importância para mudar a realidade, para educar o povo. Por ser um instrumento de luta, deve estar sempre ao lado dos trabalhadores e deve fomentar a formação de cidadãos politicamente preparados para compreender e discutir a sociedade na qual estão inseridos, não somente na sua categoria, mas, o cidadão brasileiro.

Naquele período os componentes da diretoria do sindicato eram diversos com múltiplas influências partidárias, bem como trabalhadores sem qualquer filiação em partido político. Merece destaque a presença de militantes vinculados ao PT, PC do B e o PMDB.

A “tendência interna” do PT que influenciou nossa organização foi a “Força Socialista”⁴⁰.

“Há muito tempo, junto com milhares de companheiros, lutamos e construímos o Partido dos Trabalhadores. Vários de nossos integrantes podem se orgulhar de serem fundadores do PT. Nossa luta é antiga e remonta aos tempos de resistência clandestina à ditadura militar”. Assim anunciava o manifesto de lançamento da tendência FS. Como as palavras do manifesto indicam, a FS tem uma longa história. Sua trajetória é semelhante à maioria das organizações marxistas que sobreviveram aos anos de chumbo da ditadura militar. Em 1985, remanescentes de organizações comunistas do período ditatorial formalizaram o processo de unificação em andamento e fundaram o Movimento Comunista Revolucionário (MCR). A FS incorpora este legado. (SILVA, 2009, p.1)

A FS compreendia o PT não como um partido do proletariado, mas sim, um partido estratégico popular, com caráter de organizar as massas populares e potencial socialista e

⁴⁰ Organização de esquerda, de orientação Marxista, que atuou no Brasil entre 1989 e 2004 como tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Atualmente está abrigada no PSOL, Partido do Socialismo e Liberdade, sob o nome de Ação Popular Socialista, APS. Wikipedia, 2012.

revolucionário. Ocuparia então um governo de transição, capaz de desenvolver mudanças estruturais e de ter princípios anti-imperialista, anti-latifundiário e anti-monopolista. Compreende-se a saída da tendência do Partido dos Trabalhadores, pois ele não atendia mais aos seus anseios de organização política, tendo uma postura mais arrefecida, com extrema moderação política levando a tendência a se afastar e ir para o PSOL.

Assim, tínhamos uma orientação atuar como um sindicato que busca uma sociedade igualitária e mais justa. Entendíamos que era possível conquistar “por dentro” com vitórias parciais. Silva (2009) afirma que a FS assumiu a perspectiva de construção de uma sociedade socialista no Brasil. Um esforço cujo avanço se daria pela conquista de vitórias parciais, por dentro e por fora do Estado, que potencializassem a luta popular no rumo da revolução, encabeçada por um partido socialista, democrático e de massas – no caso, o PT.

Sob essa perspectiva, entre fins dos anos 1980 e início dos anos 2000, a FS ampliou significativamente suas bases sociais. Consolidou-se em diferentes Estados como Santa Catarina, Rio Grande Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pará e Amapá. A FS, atual APS cresceu no Estado do Amapá conseguindo eleger e reeleger vereador por Macapá, deputado estadual por duas vezes que atualmente é senador da república pelo PSOL.

A Força Socialista foi criada em 1989 por militantes vinculados ao movimento Revolucionário Comunista - MRC - e setores marxistas presentes nos movimentos sociais no Brasil. Em sua fundação, merece destaque uma fração do seu manifesto de lançamento: “Há muito tempo, junto com milhares de companheiros, lutamos e construímos o Partido dos Trabalhadores. Vários de nossos integrantes podem se orgulhar de serem fundadores do PT. Nossa luta é antiga e remonta aos tempos de resistência clandestina à ditadura militar”⁴¹.

A herança desta corrente remonta da luta contra os militares com forte inspiração leninista. Fundada como uma corrente interna do Partido dos Trabalhadores tem por objetivo a instauração do processo revolucionário via partido político. Tomando como referência o pensamento leninista, a ação desta corrente retoma os princípios vanguardistas revolucionárias. Na prática, aponta que o papel do partido não é a conciliação de classes, mas sim um instrumento de construção da consciência e ruptura do modo de produção capitalista.

Devemos notar que a concepção vanguardista reserva ao partido o papel central para a transformação da sociedade. Isso se explica pelo entendimento ao qual o processo revolucionário não se constrói a partir da espontaneidade dos trabalhadores, mas sim em um movimento coordenado que reserva ao partido a condição de dirigente. Essa afirmativa se

⁴¹ Relato do manifesto de lançamento da tendência Força Socialista – FS, que tem uma longa trajetória que é semelhante à maioria das organizações marxistas que sobreviveram aos anos de chumbo da ditadura militar.

explica pelo entendimento que os trabalhadores vivem mergulhados em ideologias, cabendo ao partido, o papel de enxergar acima das ideologias, conduzindo o processo revolucionário.

Esse processo de consolidação da FS contribuiu para o crescimento dos movimentos sociais no estado do Amapá e o conseqüente engajamento da categoria de enfermagem. O SEAP, hoje Sindesaúde é considerado atualmente como o sindicato mais combativo e atuante da saúde.

A influência sindical da FS na origem do Sindicato de enfermagem acima exposta não se deu ao acaso. Tal qual apontamos anteriormente, um processo de precarização do trabalho afetou a categoria profissional da enfermagem, construindo as condições materiais para a resistência organizada dos trabalhadores.

3.1 Trabalho e precarização na profissão enfermagem

Para Lucena (2007) o debate sobre o exercício profissional dos enfermeiros passa pelo próprio entendimento do sentido do trabalho na sociedade capitalista. O trabalho, mediação do homem com a natureza, se expressa em uma totalidade contraditória do seu tempo impulsionada pela história em movimento.

afirma que a dialética não pode entender a totalidade como um todo já feito e formalizado, que determina as partes. A própria determinação de totalidade pertencem a gênese e o desenvolvimento da totalidade. A totalidade não é um todo já pronto que se recheia com conteúdo, com as qualidades das partes ou com suas relações, a própria totalidade é que se concretiza e esta concretização não é apenas criação de conteúdo, mas também criação do todo. A criação da totalidade como estrutura significativa é, portanto, ao mesmo tempo, um processo no qual se cria realmente o conteúdo objetivo e o significado de todos os seus fatores e partes. É nesse sentido que ambos retratam o avanço tecnológico dando ênfase ao trabalho, à maquinaria, à tecnologia, à ciência e aos impactos desses processos na humanidade. Kosic (1976: 49).

Para Lucena (2011) A contradição dialética não é apenas contradição externa, mas *unidade das contradições, identidade*: a dialética é ciência que mostra como as contradições se desenvolvem, como passam uma na outra. A razão não deve tomar essas contradições como coisas mortas, petrificadas, mas como coisas vivas, móveis, lutando uma contra a outra. Isso se explica em um processo contraditório e dialético. Em outras palavras, a contradição dialética não é apenas contradição externa, mas *unidade das contradições, identidade*: a dialética é ciência que mostra como as contradições se desenvolvem, como passam uma na

outra. A razão não deve tomar essas contradições como coisas mortas, petrificadas, mas como coisas vivas, móveis, lutando uma contra a outra.

A dinâmica da luta de classes nega toda e qualquer neutralidade. Totalmente ao contrário do que ocorre na filosofia alemã, que baixa do céu à terra, aqui subimos da terra para o céu. Isto é, não se parte do que os homens dizem, se representam ou se imaginam, nem tampouco do homem predicado, pensado, representado ou imaginado, para chegar ao homem de carne e osso; parte-se do homem que realmente age e, partindo do seu processo de vida real, se expõe também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também as formações nebulosas que se condensam no cérebro dos homens são sublimações necessárias de seu processo material de vida, processo empiricamente registrável e sujeito a condições materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia e as formas de consciência que a elas correspondem perdem, assim, a aparência de sua própria substantividade. Não têm sua própria história nem seu próprio desenvolvimento. Ao contrário, são os homens que desenvolvem sua produção material e seu intercâmbio material que mudam também, ao mudar esta realidade, seu pensamento e os produtos de seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. (...) os homens reais e atuantes são os produtores de suas representações, de suas ideias, etc., tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento das forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais amplas. A consciência só pode ser o ser consciente, e o ser dos homens é seu processo de vida real. E se em toda ideologia os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, como a inversão dos objetos ao projetar-se sobre a retina resulta do seu processo de vida diretamente físico. (MARX, 1977, p. 46)

Essa afirmação de Marx potencializa o entendimento do trabalho em uma dimensão classista. Sua apropriação fundamenta a afirmação através da qual os conflitos entre os homens nada têm de sobrenatural, mas sim expressam as relações sociais de exploração no seu tempo. Marx oferece importante contribuição em “A ideologia Alemã” ao afirmar que:

[...] as ideias da classe dominante são as ideias dominantes em cada época; em outros termos, a classe que exerce o poder material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, seu poder espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe com isso, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, o que faz com que submetam a si, no tempo devido, em termos médios, as ideias dos que carecem dos meios necessários para produzir espiritualmente. As ideias dominantes não são outra coisa que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as mesmas relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, as relações que fazem de uma determinada classe a classe dominante são também aqueles que conferem o papel dominante à suas ideias. Os indivíduos que formam a classe dominante têm também, entre outras coisas, a consciência disso e pensam sintonizados com isso; por isso, quando dominam como classe e quando determinam todo o âmbito de uma época histórica, se compreende de imediato que o façam em toda extensão e, portanto também, entre outras coisas, enquanto pensadores, enquanto produtores de ideias, que regulem a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e que suas ideias sejam, por isso mesmo, as ideias dominantes da época. Por exemplo, em uma época e em um país onde a coroa, a aristocracia e a burguesia disputam o poder entre si, no qual se acha, portanto, dividida a dominação, se impõe como ideia dominante a doutrina da divisão dos poderes, proclamada agora como “lei eterna”. (MARX, 1977, p. 47)

A percepção dos diferentes, conflituosos e antagônicos projetos de mundo em disputa deve ter como referência as relações entre os homens e natureza que se edificam através do trabalho.⁴² A humanidade se reconhece através dessa mediação, se organiza socialmente, dá sentido e coloca objetivos em sua existência. Marx afirma em os “Grundrisse” que a:

[...] natureza não constrói máquinas, nem locomotivas, nem estradas de ferro, nem telégrafos elétricos, nem máquinas automáticas de tecer, etc.; isso são produtos da indústria humana, da matéria natural, transformada em instrumentos da vontade e da atividade humana sobre a natureza. São instrumentos do cérebro humano, criados pela mão do homem, órgãos materializados do saber. (MARX, 1980, p. 52)

Engels em “O Anti Daring” problematiza a relação humana com a natureza, afirmando que a liberdade é a expressão da consciência das necessidades naturais, um produto da evolução histórica humana e suas relações com a natureza. Os primeiros homens:

[...] que se levantaram do reino animal eram, em todos os pontos essenciais de suas vidas, tão pouco livres quanto os próprios animais; cada passo dado no caminho da cultura é um passo no caminho da liberdade. Nos primórdios da história da humanidade, realizou-se a descoberta que permitiu converter o movimento mecânico em calor: a produção do fogo pela fricção; o progresso tem, atualmente, como sua etapa terminal, a descoberta que transforma, inversamente, o calor em movimento mecânico: a máquina a vapor. E apesar do colossal abalo de libertação que a máquina a vapor trouxe ao mundo social - e que até hoje ainda não deu sequer a metade de seus frutos - é indubitável que a produção do fogo pela fricção, nos tempos primitivos, foi superior àquela descoberta como condição emancipadora. O fogo, obtido dessa forma, foi que permitiu ao homem o domínio sobre uma força da natureza, emancipando-o definitivamente das limitações do mundo animal. (ENGELS, 1877, p. 65)

Engels em "A dialética da Natureza" demonstra que foi o trabalho, resultado de ações racionais do homem com a natureza, objetivados à sua própria sobrevivência, que deu sentido e consciência aos seres humanos⁴³. A humanidade foi inventada pelo trabalho que colocou a ela mesma condições para o desenvolvimento da linguagem, da sociedade, da ciência e da tecnologia. Corroborando com o pensamento de Engels, Marx afirma que:

[...] trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e

⁴² Idem.

⁴³ Idem.

pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural como uma forma útil para a sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais de trabalho. O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção do favo de suas colméias. Mas, o que distingue de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo na cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. Ele não apenas efetuou uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar a sua vontade. (MARX, 1985, p. 149-150)

As afirmações referentes ao trabalho são fundamentais para a análise do trabalho dos enfermeiros. O entendimento da apropriação do trabalho pela burguesia na sociedade capitalista fundamenta a divisão do trabalho presente na profissão enfermagem.

O trabalho dos enfermeiros é marcado pela convivência com ambientes insalubres e compostos de riscos constantes àqueles que ali vendem a sua força de trabalho. Observa-se que esta profissão é motivada historicamente por princípios ideológicos de cunho metafísico manifestos na bondade e boa vontade. Mesmo com o advento do trabalho assalariado no trabalho enfermeiro e sua dimensão contratualista, as condições ideológicas de cunho metafísico não são abandonadas.

Debater esta profissão implica em recuperar suas mediações com o modo de produção capitalista e sua conseqüente divisão social do trabalho. Um amplo processo de intensificação do trabalho ocorre nesta profissão, através da qual o processo de valorização do capital exposto por Marx em O Capital ganha relevância.

A discussão proposta por Marx e Engels é fundamental para o debate sobre o trabalho dos enfermeiros. A recuperação do pressuposto marxiano de trabalho assalariado fundamenta essa discussão. Os enfermeiros vendem a sua força de trabalho como forma de sobrevivência, potencializando uma forma de trabalho que contribui com a continuidade produtiva do modo de produção capitalista através da cura de doentes.

O trabalho nesta profissão possui especificidades compostas em sua própria natureza de execução. Ele é um trabalho que manifesta contradições em seu interior que resumidamente podem ser expostas nas seguintes prerrogativas. Uma profissão à qual a vida convive com a morte. Um local de trabalho onde se manifestam de forma evidente as diferenças de classes e suas conseqüentes formas de atendimento. Em outras palavras,

entendendo os remédios e os equipamentos hospitalares como mercadorias, as diferenças de classe se manifestam entre os que podem e não podem adquirir tratamento necessário. Uma profissão que objetiva salvar vidas de pessoas, cujos desdobramentos afetam as condições de saúde dos próprios profissionais que a executam. A contradição entre a vida e morte em que as maternidades concentram alegria e os prontos-socorros como corredores do desespero e da morte. Exigência constante e crescente de formação em técnica acompanhada do despreparo para as questões emocionais. Cobrança sobre a autonomia gerencial e a ausência desta mesma autonomia. Evolução tecnológica e a precariedade do trabalho, entre outras.

Figura 25 - Pacientes tratados em corredores de hospital



Fonte: <http://acritica.uol.com.br>.⁴⁴

⁴⁴ Disponível em: http://acritica.uol.com.br/manaus/Corredores-lotados-pacientes-idosos-atendidos_ACRIMA20110713_0037_21.jpg. Acessado em 29 de maio de 2013.

Figura 26 - Corredor de Pronto Socorro de Hospital



Fonte: <http://acritica.uol.com.br>⁴⁵

Figura 27 - Maternidade Hospitalar



Fonte: <http://www.institutoibc.com.br>⁴⁶

⁴⁵ Disponível em: http://acritica.uol.com.br/manaus/Acompanhantes-pacientes-privacidade-corredores-hospital_ACRIMA20110713_0039_21.jpg. Acessado em 29 de maio de 2013.

⁴⁶ Disponível em: <http://www.institutoibc.com.br/ckfinder/userfiles/images/maternidade%20-%20google%20-%2020240112.jpg>. Acessado em 29 de maio de 2013.

Figura 28 - Maternidade Hospitalar - Parto



Fonte: <http://www.correiodeuberlandia.com.br>⁴⁷

A especificidade da profissão carrega em seu interior o trato com situações manifestas pelo uso da experiência no exercício profissional. Essas são ações que se manifestam dentro de uma dimensão tácita do trabalho.

A dimensão da experiência está presente na história da filosofia. Aristóteles em "Ética à Nicômaco" teceu reflexões sobre a experiência, construindo uma gnosiologia organicista que pudesse entender qual o sentido da sabedoria e do conhecimento. Realizou uma analogia entre os animais da natureza, diferenciando-os pelo nível de complexidade e abstração que seriam os pressupostos fundamentais para a distinção dos seres com memória. Esse estudo foi fundamental para a defesa da superioridade do homem para com os outros animais da natureza, pois o mesmo tem uma capacidade superior de aprender pela experiência, dando sentido a sua própria vida. Porém, afirma Aristóteles, esse não é um processo individual, mas sim coletivo, no qual o homem aprende com o conhecimento do outro e, ao mesmo tempo, transmite seus conhecimentos para os outros homens. Esse pressuposto de troca é o que Aristóteles denomina como técnica, a principal característica do homem que demarca o início do mundo da cultura e inicia o mundo propriamente humano.

Kant em a "Crítica da razão pura" também problematiza a dimensão da experiência afirmando que a mesma só é possível pela representação de uma ligação necessária das

⁴⁷ Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/wp-uploads/2011/05/CAPA-HOSPITAL.jpg>. Acessado em 29 de maio de 2013.

percepções. Ela é um conhecimento empírico, uma síntese de percepções do homem para com o objeto que encerra a unidade sintética de sua diversidade no seio de uma consciência, unidade que constitui o essencial de um conhecimento dos objetos dos sentidos. A experiência se dá pela necessidade, tendo como condição fundamental a ligação de todas as percepções humanas sobre o objeto.

Quando remetemos a experiência ao trabalho tendo como consequência a dimensão do trabalho, percebemos que em meio à contradição do crescimento da tecnologia acompanhada do empobrecimento intelectual do trabalhador, existe no, como bem afirma Santos (1997) afirma que em meio à fragmentação da fábrica, existe no trabalho concreto, entre trabalho prescrito e trabalho real, um espaço em que o saber é necessariamente colocado em questão. Um espaço em que as soluções criadas pelos trabalhadores são fundamentais para que a produção se efetive. O trabalho convoca a inteligência de cada trabalhador, do coletivo do trabalho na descoberta, na aprendizagem, no desenvolvimento e na produção de saberes. A divulgação e o aprendizado do conhecimento tácito ocorrem informalmente, através das relações no cotidiano fabril. Um conhecimento que é restrito ao fazer, pois o seu domínio é condição fundamental para a concretização do processo produtivo. É um lembrete do fazer ao saber, pois aponta a dependência e os limites do trabalho morto em relação ao trabalho vivo, a afirmação de que os homens são essenciais no trabalho.

Ele existe independente da escola formal, pois se constrói de uma forma empírica, através de um processo histórico que se consolida a partir da relação entre o homem e a máquina. Aranha (1997) define o conhecimento tácito do trabalhador como um processo contínuo e essencial ao andamento cotidiano do trabalho. É dificilmente codificável o que dificulta a sua sistematização, mas é extremamente dinâmico, estando presente em, praticamente, todos os processos de trabalho conhecidos no capitalismo. O cotidiano fabril apresenta incertezas técnicas e organizacionais que obrigam o trabalhador a adotar o trabalho prescrito às condições reais de sua execução. O trabalhador modifica constantemente o conteúdo do trabalho, a tarefa, a utilização da ferramenta, a administração do tempo, etc. O conhecimento tácito é a fonte onde o trabalho real se alimenta e se efetiva.

Esse conhecimento não tem merecido o enfoque necessário, em virtude da dificuldade de o mesmo se expressar, visto que ele existe envolto em mistério. Ao mesmo tempo, o capital o despreza, o concebe como algo natural, inerente à produção, e não como uma estratégia de luta de classes, que questiona o seu controle no cotidiano fabril. De acordo com Santos (1997) esses saberes jamais ganharam legitimação que os validasse tanto do ponto de vista epistemológico como, também, econômico, social, político e cultural. Tanto na empresa

integrada como na flexível, esta continua a ser a regra. O que distingue o saber da concepção e o que lhe dá legitimidade é a sua formalização, sancionada por um conhecimento social e epistemologicamente reconhecido – materializado num diploma de curso superior – e é por essa virtude que ele se apresenta como não comparável àquele desenvolvido na execução. A incapacidade de formalização que caracteriza o saber da fábrica baseia-se no princípio de equivalência entre linguagem e cultura. O mesmo supõe que o que não é simbolizado, formalizado, equivale a uma falta de cultura. A formalização entendida nessa perspectiva tem como referência uma linguagem própria ao saber já formalizado, além de uma ideia de cultura que aponta para a incultura como uma falha de linguagem.

O conhecimento tácito se formula pelas relações dos trabalhadores com as máquinas que se manifestam através da *experiência*, uma formulação humana e histórica que se manifesta no presente através da memória do trabalho concreto. As reflexões em torno da experiência não são novas e inquietam pesquisadores em toda a história da filosofia.

Quando relacionamos a experiência como pressuposto fundamental para a recuperação do conhecimento tácito, entendemos que a percepção da sua complexidade só é possível através da problematização da totalidade do trabalho concreto expressas na dinâmica do capitalismo monopolista nas últimas décadas, no qual o particular se explica no geral. Nesse processo, composto de mediações, rupturas e conflitos, a percepção do conhecimento tácito é percebida através das transformações na organização técnica da produção capitalista que por sua vez se explicam pelas transformações no mundo do trabalho que impactam nas formas humanas de viver e sentir a vida. (LUCENA, 2004, p. 47)

É nesse movimento que verificamos a adoção parcial do toyotismo, concebido sob a ótica da mundialização do capital, dentro de uma estrutura de concorrência capitalista no cenário da crise de superprodução, em diferentes centros industriais do planeta, dependendo do nível de organização e luta classes dos trabalhadores.

Devemos considerar a constituição de crises econômicas cíclicas do capitalismo que afetam a reprodução do capital e as respostas dos homens de negócios para a recomposição desse processo de acumulação. O que se verifica é uma aposta radical na economia de mercado como instrumento da liberdade individual. A adoção de novas formas de gestão e organização da produção se explica através do movimento transnacional da economia política imposta pela burguesia internacional que constroem imperativos legitimados pela expansão incontrolável do capital que impõem a exploração máxima da força de trabalho. O investimento em capital constante em detrimento do capital variável reduz a velocidade da reprodução do capital, uma vez que a maquinaria industrial se paga através da depreciação. As saídas encontradas estão presentes na adoção de estratégias voltadas para a exploração máxima dos trabalhadores. A eficiência do capitalista está na sua capacidade e inventividade de assimilação máxima do trabalho na sua dimensão objetiva e subjetiva, transformando o tempo livre, a imaginação e a resistência dos

trabalhadores em mais trabalho. Essas iniciativas se consolidam com a antecipação das reivindicações dos trabalhadores incorporando seus anseios e aspirações aos interesses das empresas, bem como, em nível estrutural, à promoção de novas elites que se manifestam em governos eleitos pelos trabalhadores com potencial de promover medidas que prejudiquem os próprios trabalhadores. (LUCENA, 2004, p. 127)

É nesse movimento contraditório expresso pela codificação do trabalho concreto manifesto no conhecimento tácito por um lado, e as estratégias dos homens de negócios para a incorporação desse saber por outro, que devemos problematizar suas possibilidades e limites. O conhecimento tácito não é entendido em um sentido reducionista de uma codificação despolitizada, sem princípios ou objetivos, ele é manifestação concreta de resistência e luta de classes dos trabalhadores mesmo não rompendo com a alienação da produção capitalista.

Mesmo o conhecimento tácito permitindo aos trabalhadores realizarem complexas operações fundamentais para a continuidade produtiva, o conhecimento científico e a tecnologia das máquinas permanecem subordinados à engenharia. O fato de os trabalhadores desenvolverem uma série de codificações que constituem um dos pilares da produção capitalista não é suficiente para a perpetuação da sua autonomia, pois não supera a alienação do e pelo trabalho e muito menos os transforma em proprietários dos meios de produção.

Outro aspecto a considerar faz referência à aposta subjetiva das empresas no conhecimento tácito como garantia da continuidade operacional. A gestão empresarial atua como se essa forma de conhecimento não existisse, atribuindo a continuidade operacional apenas às suas normas e procedimentos, pelo conhecimento que é reconhecido. Qualquer acidente do trabalho ou danos ao funcionamento da maquinaria oriundas dessa forma de conhecimento é atribuído como falha humana, incompetência profissional. É como afirmamos em Lucena (2004) que em caso de sucesso, todo o mérito é atribuído à engenharia e, em caso de insucesso, como o conhecimento “não existe e não é aceito”, são encarados como obras de desleixo e rebeldia. Resultados do não-cumprimento das normas da empresa, custando a muitos, o emprego, ou a própria vida. (LUCENA, 2007, s/p)

O domínio do conhecimento tácito pelos trabalhadores não é entendido apenas pelo princípio do funcionamento das máquinas. Ele faz parte de uma estratégia de luta no local de trabalho. A defesa contra as constantes investidas da empresa na busca da sistematização do saber operário. A perpetuação dos segredos presentes na subjetividade do trabalhador, que são passados e transformados de geração para geração de operários, constitui um mecanismo de resistência em que o trabalho vivo resiste ao controle do capital sobre o processo produtivo. Esse conflito deve ser bem entendido pelo leitor. O que está em jogo é o controle de decisões-chave no cotidiano da fábrica, intimamente ligadas à continuidade operacional. Essa é uma

disputa em as empresas valorizam o trabalho morto, apostando na eficiência das máquinas como uma forma de sistematizar a subjetividade operária, reduzindo o trabalho vivo. Os trabalhadores ressaltam a importância do trabalho vivo, e a negação da supremacia do trabalho morto.

Porém, o próprio conhecimento tácito é contraditório. Da mesma forma em que potencializa resistências ao cotidiano de trabalho e domínio do capital, nem sempre estas resistências atentam à superação da alienação do trabalho, atuando, em alguns casos, em sua própria elevação.

No trabalho do enfermeiro, a exigência da perfeição profissional proporciona a construção de estratégias coletivas voltadas à proteção contra as intempéries do trabalho. Essa proteção de situações difíceis no cotidiano hospitalar, em que pese em alguns casos possibilitar a continuidade das tarefas, por outro lado, restringe a formação da consciência e o aprendizado do sentido das condições às quais estão inseridos. Em outras palavras, o próprio sofrimento passa a ser entendido como algo natural, restringindo o caráter humano e classista de sua existência e a necessidade de resistência organizada.

A relação do homem com a máquina é fundamental para o debate sobre o trabalho dos enfermeiros. Em que pese, com bem afirma Pitta (1994), o hospital possuir em seu interior maquinário avançado em termos tecnológicos, é o trabalho humano que garantirá a eficácia dos equipamentos e efetividade das ações. Essa afirmação manifesta uma contradição presente no próprio conceito do “determinismo tecnológico”. Em outras palavras, em que pese a centralidade do homem na interpretação das decisões referentes ao uso do maquinário, sua contribuição é entendida como secundária, tornando-se o apelo à maquinaria hospitalar como único agente importante no processo. Aqui o fetichismo ganha vida e centralidade.

Essa afirmação referente ao trabalho dos enfermeiros se remete ao próprio sentido que tomou o trabalho na sociedade capitalista manifesto no entendimento sobre a alienação, o estranhamento e a reificação.

Marx afirma que não existem ideias simplesmente falsas da realidade, mas uma realidade falseada, invertida, que provoca a representação ideológica correspondente. Uma teoria materialista da falsa consciência. O desenvolvimento mais complexo da teoria é a teoria da reificação (coisificação).

O trabalho, afirma Marx influenciado por Hegel, é alienação e objetivação ao mesmo tempo. No primeiro, a matéria é o espírito fora de si e, no segundo, o resultado do trabalho existe previamente na consciência do homem e “objetiva-se” no processo de trabalho. O trabalhador reconhece no trabalho o objeto como algo independente, estranho e, ao mesmo

tempo, ao modificá-lo, reconhece-o também como algo próprio. A relação negativa com o objeto converte-se em forma deste e em algo permanente, visto em frente ao trabalhador o objeto tem independência (LUCENA, 2011a). Daí a afirmação da centralidade da máquina em detrimento à ação do profissional enfermeiro.

De acordo com Mészáros (1996, p. 94), o capital inventa o consumidor como uma coisa independente e o capitalista como produtor. Ao adotar essa denominação, o mesmo reduz ficticiamente o papel estratégico do trabalho a um mínimo irrelevante. A economia política burguesa do século XX reflete e legitima a mais anti-social e desumanizante tendência do capital para a eliminação brutal do trabalho vivo no processo de trabalho. Mészáros (1996, p. 95) discute a relação entre o trabalho e a tecnologia. Os profundos problemas relativos à força de trabalho, com a redução do trabalho vivo no processo de trabalho, são atribuídos como disfunções temporárias de caráter meramente tecnológico, cujas soluções também se encontram no campo da tecnologia. Em outras palavras, o desenvolvimento tecnológico aparece como algo neutro, envolto de magia e inevitabilidade, que não pode ser detido.

Os processos de reificação e fetichismo não se limitam à esfera da circulação, mas se estendem à esfera da produção. Marx enfatiza o estar-alheado, o estar-alienado, o estar-estranhado, o não-pertencer-ao-operário. Nos Manuscritos, o estranhamento ao trabalho era definido apenas de forma negativa, ganhando outra amplitude nos Grundrisse. Se no começo o caráter do trabalho frente ao operário consistia no fato de que as condições do seu trabalho se apresentassem a ele como condições externas, estranhas, agora é o próprio trabalho que produz essas condições objetivas de produção. Em outras palavras, a relação entre o trabalho e o capital apresenta-se invertida. Em vez de o capital aparecer como produto do trabalho, como trabalho objetivado, é o trabalho que aparece como um momento do ciclo do capital. No processo de trabalho capitalista, o trabalho é posto no capital.

É importante observar que se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, se é frente a ele um poder estranho, isto só é possível porque pertence a outro homem que não é o trabalhador. Marx afirma nos Manuscritos que nem os deuses, nem a natureza, mas só o homem pode ter esse poder estranho sobre os próprios homens.

Com a culminação do processo de reificação, a circulação acaba por apagar a diferença entre as mercadorias, por igualar os intercambiantes. O dinheiro apresenta-se como matéria geral de todos os contratos e com isso apaga-se as diferenças. Uns enriquecem, outros empobrecem, uns acumulam valores de uso, outros valores de troca, uns obtém mercadorias cujo valor desaparece no consumo e outros, força de trabalho cujo consumo produz valor. (LUCENA, 2004, p. 75)

Com o desenvolvimento da sociedade moderna instaura-se a separação entre o trabalho manual e o intelectual, entre instrução profissional e instrução geral. Na sociedade capitalista que generaliza as exigências do conhecimento sistematizado existe uma contradição. Por ser esta sociedade baseada na propriedade privada dos meios de produção, os recursos produtivos provenientes do trabalho dos homens são adquiridos pela parcela da sociedade detentora dos meios de produção. A Ciência é incorporada ao trabalho produtivo, transformando-se em potencial material atuando no capitalismo como um meio de produzir riqueza. O capital não a criou, mas desenvolveu formas de explorá-la, transformando-a em uma mercadoria adequada ao seu interesse. Uma mercadoria que é utilizada, a princípio, como um meio de separação entre o saber e o trabalhador e, posteriormente, através da restrição desse saber, uma vez que a produção do conhecimento passa a ser pertencente aos domínios do capital.

O trabalho do enfermeiro se desenvolve dentro destes pressupostos. Os trabalhadores não podem ser expropriados de forma absoluta dos conhecimentos, porque sem o conhecimento eles não podem produzir, não acrescentando valor ao capital. A sociedade capitalista desenvolveu estratégias através das quais visa expropriar o conhecimento dos trabalhadores e devolvê-lo de forma fragmentada. Essa ação acaba por reduzir o trabalho do enfermeiro a tal patamar, que eles mesmos se estranham naquilo que fazem, reduzindo sua autoestima e sentindo-se um instrumento desta mesma máquina que se apresenta aos mesmos com se tivesse vida própria.

Figura 29 - Paciente em tratamento no hospital



Fonte: <http://redemeridional.liveradio.com.br>.⁴⁸

⁴⁸ Disponível em: http://redemeridional.liveradio.com.br/radio/wp-content/uploads/2013/02/dsc_0019.jpg. Acessado em 29 de maio de 2013.

Essa afirmação referente ao trabalho dos enfermeiros ganhou relevância com o advento da maquinaria industrial e o taylorismo. A relação de ambos permitiu detectar quais eram as tarefas mais simples que cada trabalhador desenvolvia. A partir daí, uma vez que essas funções foram sistematizadas, o capital apropria-se das mesmas, e devolvê-las aos trabalhadores de forma parcelada. O trabalhador passa a dominar um conhecimento parcelado.

A consolidação da grande indústria proporcionou grandes transformações em termos de tecnologia produtiva e sua relação com os trabalhadores. De acordo com Mello (1999: p. 91), o advento da máquina foi a resposta concreta, a versão mais bem elaborada e o maior testemunho para o fato de que o trabalho organizado em padrões manuais já não mais satisfazia às exigências do desenvolvimento do mercado. A indústria moderna repousa no instrumental de trabalho, na transferência da operação produtiva das mãos dos homens para as máquinas, potencializando o grau de intensificação da força produtiva do trabalho. Marx (1987: p. 69) discute em *A Miséria da Filosofia* que as relações sociais possuem sólidas ligações com as forças produtivas. A partir do momento, que os homens mudam a sua forma de produção, as relações sociais também são transformadas. O trabalho organiza-se e divide-se de acordo com os instrumentos de que dispõe. Para entendê-lo, inicia-se a análise pela sua divisão, dando ênfase à ascensão das máquinas. (LUCENA, 2004, p. 86)

O desafio que se coloca aos enfermeiros e suas representações sindicais é o entendimento de que as máquinas são uma manifestação da ciência a serviço do capital.

Tal não é também de modo algum a finalidade da maquinaria utilizada como capital. Igual a qualquer outro desenvolvimento da força produtiva de trabalho, ela se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encompridar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista. Ela é meio de produção de mais-valia. (MARX, 1988, p. 5)

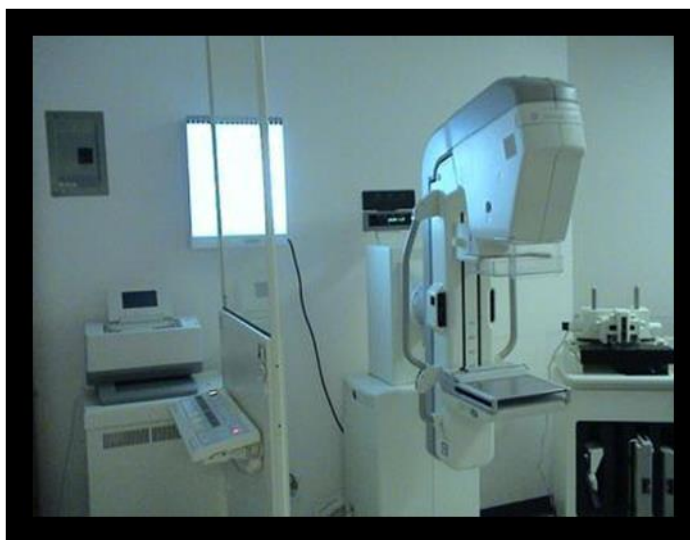
Marx demonstrou que as máquinas visam instalar a ordem na produção, uma meta difícil de ser atingida enquanto o capital se subordinasse à subjetividade⁴⁹ do trabalhador. No livro primeiro de *O Capital*, fez referência à máquina ferramenta, como uma revolução capitalista dos meios de produção que retirou a ferramenta das mãos dos homens e a conectou a um mecanismo que passou a executar as operações, até então, realizadas pelos trabalhadores, sem limitações.

As máquinas são uma mecanização que permite a separação entre o saber e o fazer. Com o trabalho no capitalismo, a Ciência é posta na máquina, mas, ao mesmo tempo, está fora da consciência do homem, porque o mesmo não mais está na posição inicial do trabalho. Em outras palavras, com o trabalho artesanal o homem

⁴⁹ Entende-se como subjetividade do trabalhador, a utilização da inteligência e dos sentidos humanos (tato, visão, olfato, etc.) para a transformação da natureza.

possuía a liberdade de transformar a natureza produzindo coisas úteis, era ele quem tomava as decisões, que possuía o saber tecnológico de transformar a matéria-prima. Com as máquinas essa relação se transforma, pois os homens já não têm mais possibilidade de decidir aquilo que será produzido, visto que passam a ser simplesmente uma parte integrante de uma máquina. Eles não têm capacidade decisória, mas sim, atuam como uma mera mercadoria, fruto da venda de sua força de trabalho. (LUCENA, 2004, p. 88)

Figura 30 - Aparelhos hospitalares



Fonte: <http://www.hospitalar.com>.⁵⁰

Figura 31 - Aparelho Hospitalar



Fonte: <http://my.hiperoriginal.com.br>⁵¹

⁵⁰ Disponível em: <http://www.hospitalar.com/noticias/imagens/balancoabimed2011.jpg>. Acessado em 29 de maio de 2013.

⁵¹ Disponível em: http://my.hiperoriginal.com.br/wp-content/uploads/2012/05/application_medical_server_final-2-1.jpg. Acessado em 5 de maio de 2013.

Essa afirmação justifica o fetichismo da maquinaria que opera ideologicamente na cabeça dos trabalhadores. Entendo-a como produto da ciência de cunho privado, os profissionais enfermeiros que dela se utilizam não têm capacidade decisória sobre sua utilização social, estando subordinados a uma burocracia que determina os que serão e os que não serão atendidos. Sua ação acaba por se restringir à interpretação de resultados colocando sua própria profissão em segundo plano ao revitalizar formas tayloristas de divisão do trabalho no cotidiano hospitalar.

[...] o operário – começa-se a dizer aqui – aparece não mais como quem utiliza determinados meios de produção e os orienta para determinados fins, mas o operário torna-se órgão de uma coisa que se move fora dele, de um sistema automático, movido por um autômato, ou seja, por uma força motriz que certamente não é, e nem poderia ser, a força física do operário. (NAPOLEONI, 1981, p. 87)

Napoleoni (1981) analisa o papel do trabalhador com as transformações tecnológicas do capitalismo demonstrando que ele:

[...] agora se encontra em posição intermediária e, por isso, instrumental, a ponto de que a denominação de instrumento de trabalho aplicada à máquina resulta evidentemente imprópria, porque o que ocorre é o inverso: foi o trabalho do operário que se transformou em instrumento desse “instrumento”. Em outras palavras: a própria essência da tecnologia capitalista reside no fato de que é invertida a relação entre o trabalho e o instrumento; enquanto inicialmente o instrumento é precisamente instrumento em sentido próprio, agora é exatamente o contrário; é o trabalho que se torna instrumento e, portanto, o termo de mediação com o qual o sistema das máquinas - que agora não está mais na posição de instrumento - entra em contato com a coisa, com o objeto trabalhado, com o processo. As máquinas desenvolveram-se como uma manifestação da Ciência burguesa, aproveitando-se de agentes naturais como força motriz que nada custaram ao capital, como a água, o vapor, etc. A tecnologia permitiu a criação de novas máquinas por meio de máquinas, configurando a base técnica que atenta diretamente ao conhecimento do trabalhador. (NAPOLEONI, 1981, p. 88)

Com o desenvolvimento da maquinaria e do uso intencional da Ciência, o capital busca superar a condição em que o trabalhador é suporte vivo do saber operativo que produz as mercadorias. É a configuração de uma luta incessante entre o capital e o trabalho, entre o trabalho morto e o trabalho vivo. O capital aposta no crescimento do trabalho morto como uma estratégia de aumento de mais-valia absoluta e relativa, bem como no domínio dos trabalhadores. O trabalho reage enfatiza a importância do trabalho vivo e luta contra a precarização das condições de vida e sistematização contínua dos seus saberes. Quanto mais o capitalismo se desenvolve, maior a tendência do avanço tecnológico em empobrecer o conteúdo intelectual dos homens.

[...] com o desenvolvimento da maquinaria, as condições de trabalho também surgem como dominando o trabalho do ponto de vista tecnológico, e ao mesmo tempo o substituem, oprimem-no, tornam-no supérfluo em suas formas autônomas. Nesse processo, no qual as características sociais do trabalho se contrapõem aos operários de maneira, por assim dizer, capitalizada – tal como, por exemplo, na maquinaria os produtos visíveis do trabalho aparecem como dominantes deste –, ocorre o mesmo com as forças naturais e a Ciência – o produto do desenvolvimento histórico geral em sua quintessência abstrata – que lhes opõem como potências do capital. De fato, separam-se da habilidade e do saber do operário individual, e, ainda que observadas em sua origem sejam, por sua vez, produto do trabalho, surgem em toda a ocasião em que ingressam no processo de trabalho, como incorporadas ao capital. O capitalista que utiliza a máquina não precisa compreendê-la. (Ver Ure). Mas, na máquina, a Ciência realizada apresenta-se ante os operários como capital. Na realidade, toda essa utilização – fundada no trabalho social – da Ciência, das formas naturais e dos produtos do trabalho em grandes quantidades, não surge ante o trabalho senão como meios de exploração do trabalho, como meios de se apropriar do trabalho excedente, e, portanto, como forças pertencentes ao capital. O capital, naturalmente, só utiliza esses meios para explorar o trabalho; mas para explorá-lo tem que aplicá-los à produção. E desse modo, o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho e as condições desse desenvolvimento apresentam-se como obra do capital, ante as quais não só o operário individual se conduz passivamente, mas que agem em oposição a ele. (MARX, 1978, p. 86-87)

Marx afirma que a produção capitalista possui uma tendência a desqualificar grandes somas de trabalhadores apostando na qualificação de pequenas parcelas dos mesmos. Com a divisão do trabalho intelectual e o trabalho de execução, o saber humano retirado dos trabalhadores e incorporado na maquinaria, defronta-se contra o seu criador, como uma força estranha, como um instrumento de dominação:

Como máquina, o meio de trabalho logo se torna um concorrente do próprio trabalhador. A autovalorização do capital por meio da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói. Todo o sistema de produção capitalista repousa no fato de que o trabalhador vende a sua força de trabalho como mercadoria. A divisão do trabalho unilateraliza essa força de trabalho em uma habilidade inteiramente particularizada de manejar uma ferramenta parcial. Assim que o manejo da ferramenta passa à máquina, extingue-se com o valor de uso, o valor de troca da força de trabalho. (MARX, 1988, p. 46-47)

E nesse sentido, a afirmação de Marx abaixo ressalta a relação das máquinas com o trabalho dos enfermeiros. Em outras palavras, mesmo a:

[...] a facilitação do trabalho torna-se um meio de tortura, já que a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo. Toda a produção capitalista, à medida que ela não é apenas processo de trabalho, mas ao mesmo tempo processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas, que, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador.: só, porém, com a maquinaria é que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável. Mediante sua transformação em autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto que domina e suga a força de trabalho viva. (MARX, 1988, p. 41-42)

Essa é uma luta de resistência dos trabalhadores organizada em torno de suas organizações representativas, merecendo destaque a concepção sindical presente no Sindesaúde, tal qual demonstrada anteriormente. Esse sindicato, com orientação política marxista e leninista nega a alienação e o estranhamento do trabalho, agindo, de forma que atue, em torno de uma luta que forme a consciência dos trabalhadores para suas condições de exercício profissional em negação ao fetichismo. Em outras palavras, a ação político educativa do sindicato em estudo passa pela negação radical do capitalismo e suas formas explorativas dos trabalhadores, apostando, em um processo de luta constante contra o poder instituído, a necessidade de construção de uma nova sociedade movimentada pelo trabalho e saúde social. É nesse sentido que sua atuação se dá pelo próprio entendimento do capitalismo e suas formas organizativas manifestas na relação entre o trabalho, a ciência e a tecnologia enquanto expressão de um processo classista.

É a partir do entendimento acima que se debate a atuação profissional dos enfermeiros. O que se percebe no cotidiano dos serviços de saúde é a existência de organizações híbridas do trabalho destacando-se o taylorismo e o toyotismo. Em âmbito do taylorismo se percebe a divisão entre os médicos, enfermeiros e técnicos em enfermagem.

Na medida em que o processo de trabalho é puramente individual, o mesmo trabalhador reúne todas as funções que mais tarde se separam. Na apropriação individual de objetos naturais para seus fins de vida, ele controla a si mesmo. Mais tarde ele será controlado. O homem isolado não pode atuar sobre a Natureza sem a atuação dos seus próprios músculos, sob o controle do seu próprio cérebro. Como no sistema natural cabeça e mão estão interligados, o processo de trabalho une o trabalho intelectual ao manual. Mais tarde separam-se até se oporem como inimigos. (MARX, 1988, p. 101)

Essa divisão expressa a fragmentação do trabalho na dimensão marxiana de fragmentar ao trabalho como similar ao fragmentar o homem.

A separação entre mão e cérebro é a mais decisiva medida simples na divisão do trabalho tomada pelo modo capitalista de produção. É inerente a esse modo de produção desde os inícios, e se desenvolve sob a gerência capitalista, por toda a história do capitalismo. Mas só no último século a escala de produção, os recursos tornados disponíveis à empresa moderna pela rápida acumulação do capital, e o aparelho conceptual e pessoal preparado tornaram possível institucionalizar esta separação de um modo sistemático e formal. (BRAVERMAN, 1980, p. 114)

Para Lucena (2004) a gerência científica atuou numa outra perspectiva. Além de propiciar a separação entre o saber e o fazer, criou estratégias no intuito de habituar o

trabalhador ao capitalismo. Os trabalhadores deveriam se adestrar à produção capitalista, um adestramento que deveria ser renovado de geração em geração. Suas faculdades críticas inteligentes eram vistas, por menores que fossem, como uma ameaça ao capital.

A se considerar que a tendência apontada acima corresponde a um domínio do capital sobre a tecnologia produtiva, observa-se que os trabalhadores nada ganharam com o fato do declínio do seu comando sobre o processo de trabalho em prol dos gerentes. Pelo contrário, pois quanto mais a Ciência é incorporada no processo de trabalho:

[...] tanto menos o trabalhador compreende o processo; quanto mais um complicado produto intelectual se torne a máquina, tanto menos o controle e compreensão da máquina tem o trabalhador. Em outras palavras, quanto mais o trabalhador precisa de saber a fim de continuar sendo um ser humano no trabalho, menos ele ou ela conhece. Este é o abismo que a noção de qualificação média oculta. (ibid, p. 360)

Em termos da organização do trabalho, no capitalismo a divisão social do trabalho é dominada pelos interesses do mercado enquanto a divisão do trabalho dentro da indústria é imposta pelo planejamento e controle. No capitalismo, os produtos da divisão social do trabalho são trocados como mercadorias, enquanto os resultados das operações dos trabalhadores parcelados não são trocados dentro da fábrica, como no mercado, mas são todos possuídos pelo mesmo capital. Enquanto a divisão social do trabalho subdivide a sociedade, a divisão parcelada do trabalho subdivide o homem.

A divisão do trabalho na produção tem início com a análise do processo produtivo. Braverman (1980) afirma que quanto maior a divisão de ofícios, mais barata é a compra e venda da força de trabalho. Ao destruir os ofícios, o capitalismo os constrói sob o seu domínio, visando com isso a extração da força de trabalho de vantagens máximas voltadas ao aumento incessante do lucro. Com relação ao mercado, a força de trabalho pode ser comprada a menores custos como elementos dissociados, do que como capacidade integrada em um só trabalhador. Ao mesmo tempo, a força de trabalho converte-se em uma mercadoria, sendo que suas necessidades são voltadas aos interesses do capitalista, que visa ampliar o valor do seu capital. O mesmo visa baratear sua mercadoria, criando uma população trabalhadora ajustada às suas necessidades. Observa-se que em longo prazo foi construída uma massa de trabalho simples, que se transformou em uma característica principal das populações dos países desenvolvidos. Assim a enfermagem quando teve seu trabalho subdividido sofreu uma desvalorização de seu valor no mercado. A precarização acompanhou esse movimento.

Ainda com referência ao trabalho simples e parcelar, o taylorismo representou o empenho para a aplicação dos métodos da ciência aos problemas do controle de trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão. Taylor, cuja obra começou por volta de 1880, teve como preocupação central o desenvolvimento de um conceito de controle da produção capitalista. Para isso, desenvolveu os princípios da gerência científica, como um instrumento para o controle total do capital sobre o trabalho. Braverman (1980) analisa o conceito de gerência, afirmando que o verbo:

[...] to manage (administrar, gerenciar), vem de manus do latim, que significa mão. Antigamente significava adestrar um cavalo nas suas andaduras, para fazê-lo praticar o manège. Como um cavaleiro que utiliza rédeas, bridão, esporas, cenoura, chicote e adestramento desde o nascimento para impor a sua vontade ao animal, o capitalista empenha-se, através da gerência (management), em controlar. E o controle é, de fato, o conceito fundamental de todos os sistemas gerenciais, como foi reconhecido implícita ou explicitamente por todos os teóricos da gerência. (ibid, p. 68)

Da mesma forma que o taylorismo, o toyotismo exerce forte influência no trabalho dos enfermeiros no hospital. O que não podemos perder de vista é que:

Para Braverman (1980), mesmo com a diferenciação de organização técnica do capitalismo entre o Taylorismo de outrora e o Toyotismo atual a essência do produzir permanece a mesma. Não é porque os trabalhadores na égide do taylorismo e do fordismo realizavam tarefas parcelares, e no toyotismo executam a multifunção, que essa relação transformou-se. A essência ainda é a da produção alienada. Fazer mais tarefas não significa dizer que a sabedoria é maior. Não significa dizer que há maior aproximação entre o fazer e o saber, mas na realidade significa dizer que a exploração e a intensidade do trabalho são ainda maiores. Essa contradição o capitalismo evidencia, pois, ao mesmo tempo em que exige maior escolaridade para o trabalho, aliena e bestializa o próprio trabalho. O trabalho alienado então, característica do capitalismo, tem pouco a oferecer, pois é ele que está à procura da apropriação gratuita das qualificações e dos saberes dos trabalhadores.

Os princípios da administração do trabalho toyotista atuam no intuito de intensificar, controlar ou mesmo criar formas de autocontrole dos enfermeiros sobre si mesmos. O que se percebe é a transição de um modelo ideológico de produtividade das empresas capitalistas para os hospitais, entendendo a aceleração da cura dos corpos ali existentes como ferramenta essencial para a volta rápida às suas funções na empresa capitalista e, conseqüentemente, no círculo entre a produção e o consumo.

Essa ação implica em uma contradição que se expressa na seguinte afirmação: os pacientes devem se curar o mais rápido possível e, ao mesmo tempo, os enfermeiros, perdem

o "direito" de adoecer, transformando-se eles mesmos em "máquinas vivas" ao serviço do capital. Essa afirmação implica na construção de formas subjetivas do trabalho manifestas na maquinização do homem como sinônimo de perda de direitos referentes à dor, ao adoecimento ou morte dos familiares e amigos, entre outras questões, pois seu "sentido do trabalho" é existir como ferramenta da continuidade produtiva.

O enfermeiro passa a ser entendido como um trabalhador invisível, braços da máquina hospitalar e de uma estrutura social que os reconhece apenas por sua própria efetividade. Isso consolida formas exploratórias do trabalho que se manifestam de forma sutil e imperceptível aos próprios doentes ali presentes que não percebem que em alguns casos são tratados de forma afetiva e profissional por seres humanos aprisionados e em processo similar de adoecimento. O que se percebe são formas de aceleração do controle e tempo do trabalho obedecendo a tendência do capitalismo em acelerar constantemente o tempo do trabalho e da vida dos seres humanos como forma de elevar a mais-valia.

A ação profissional dos enfermeiros atende as tramas de um modelo global manifesto em processos mundializados de reprodução do capital em larga escala. Tomando como referência a constituição do capital em sua forma constante e variável, o investimento crescente em tecnologia impacta em uma redução da velocidade de reprodução do capital. Em outras palavras, o investimento em maquinaria (capital constante) reduz a velocidade de reprodução do capital uma vez que as máquinas compradas se pagam em seu próprio processo de depreciação. A resposta dada pelo capital a essa condição impacta na elevação da exploração da força de trabalho (trabalho variável) como forma de recompor as taxas acumulativas. Isso implica na construção de processos multifuncionais, redefinindo a lógica do tempo do trabalho voltado a ocupar as 24 horas do dia na vida dos trabalhadores.

A polivalência, flexibilidade, exigência de resultados, entre outros, materializa a exploração do trabalho desses profissionais como uma ação cujo sinônimo é a eficiência. O que está em jogo é a conquista das mentes desses enfermeiros, envolvendo-os ao trabalho de uma forma integral. Um processo de captura de subjetividades que subordinam o trabalho tanto na sua forma material, como imaterial.

O advento da maquinaria reduz os postos de trabalho dos enfermeiros e consequentemente da equipe, elevando a exploração de mais valia sobre o trabalho dos mesmos. A criação de metas do trabalho difíceis de ser atingidas, a competitividade entre os enfermeiros, a elevação do número de pacientes, aceleração do tempo na primeira, segunda e terceira jornada de trabalho acabam por proporcionar condições de stress, loucura,

dependência de drogas, síndrome de Bourneau e suicídio destes trabalhadores, um fenômeno que não ocorre apenas no Brasil.

O acelerar do tempo dos turnos de trabalho, tendo como referência o princípio toyotista de intensificação do trabalho através da conquista das subjetividades impacta em uma própria indefinição do tempo de duração da jornada de trabalho dos enfermeiros. O enfermeiro sai do serviço pensando no trabalho e nas possíveis alternativas aos problemas de saúde que não conseguiu resolver. Estendem o seu turno de trabalho, em alguns casos sem qualquer remuneração, em virtude dos imprevistos no cotidiano que ocorrem em sua relação com os pacientes/usuários.

A precarização do trabalho se manifesta na ação do enfermeiro em tentar existir como se não estivesse em seu próprio corpo, um processo de autoalienação de si mesmo que os transforma em uma espécie de "zumbis" em seu próprio trabalho. Uma forma de agir voltada a expressar o mínimo possível de emoções, um acelerar do tempo que coloca a esses profissionais a dificuldade de discutir a sua própria realidade trabalhista no cotidiano hospitalar, estando atentos, de forma individual à competitividade e conquista de resultados. Esse contexto de desumanização impacta no sentimento da morte como um processo natural isenta de questões sociais que podem adiantá-la. A morte de ser humano passa a ser entendido como um número estatístico que propõe, por ele mesmo, um critério de eficiência.

Exige-se do trabalhador que ele tenha “maiores” conhecimentos técnicos para trabalhar com as máquinas que a eles são apresentadas, e se desconsidera qualquer referência em termos de sua formação emocional e política para lidar com este rude cotidiano de trabalho. O que se percebe é a construção de estratégias para o envolvimento máximo com o trabalho, evitando, a qualquer custo, a construção de espaços de socialização que, se bem aproveitados, atuam como locais políticos de discussões conjuntas sobre sua própria profissão.

3.2 A organização do trabalho do enfermeiro

As questões teóricas acima apresentadas fundamentam o trabalho dos enfermeiros. Uma sólida divisão do trabalho se manifesta no interior dos hospitais e de outros serviços de saúde. Um modelo de cunho biomédico acaba por justificar uma estrutura hierarquizada centralizada nas decisões dos médicos. O trabalho dos enfermeiros atua em uma espécie de intermediação entre os médicos e os demais profissionais de um hospital.

Sendo a característica desse trabalho a permanência, vigilância e continuidade, não interessa, no modo de produção econômico capitalista, que ele seja executado pelo médico, já que a força de trabalho deste profissional, pelo tempo necessário a sua formação, possui maior valor e preço. Por outro lado, esse trabalho não poderia ser executado por um trabalhador não qualificado, pois é preciso que, ao exercer atividades que dão suporte ao trabalho médico, essa trabalhadora tenha a qualificação necessária para manipular os instrumentos, executar procedimentos complexos, coordenar os insumos, equipamentos e vigiar doentes e trabalhadores. Destarte, o modo de produção econômico demandou pela qualificação das enfermeiras, para que estas pudessem, por um preço da sua força de trabalho inferior a do médico, executar as atividades necessárias para que o trabalho médico pudesse ser exercido e resultasse em um sucesso prático. (ibid, p. 61)

A subordinação dos enfermeiros se explica na própria predominância de um modelo biomédico de saúde no Brasil. O médico atua como uma espécie de “engenheiro” na divisão do trabalho existente nos hospitais. São eles que tomam as decisões finais quanto aos tratamentos, medicamentos, procedimentos, entre outros. Neste sentido, Santos afirma que “neste, o agente de produção central é o médico; os instrumentos de trabalho são determinados pelo desenvolvimento tecnológico no campo da medicina e da saúde; o objeto de trabalho é o corpo doente; e os saberes dominantes são os relacionados ao saber médico especializado” (SANTOS, 2012, p. 63).

O enfermeiro, por sua vez, atua de forma “subordinada” ao médico, já que sua ação se dá a partir de um conjunto de indicações e prescrições médicas. São os cuidados relativos a uma tipologia de doença que norteia sua atuação e subordinação aos médicos.

Nesse sentido, as práticas em enfermagem passam a valorizar a tecnicidade, sem, contudo, a dominar, e sem ter acesso ao processo que gerou a multiplicação das tecnologias médicas. As tarefas executadas pela enfermeira giram em torno da prescrição médica de tarefas “ligadas a exames de investigação e ligadas à vigilância de tratamentos” (COLLIÈRE, 1999, p. 126). Assim, o trabalho da enfermeira volta-se para o preparo do paciente para exames, cirurgias etc. no âmbito hospitalar. Na Atenção Básica concentra-se também na execução de técnicas e o seguimento de protocolos que inclusive respaldam a ação da enfermeira para a prescrição de medicamentos e solicitação de exames. Sendo um cuidado centrado na execução de técnicas, os instrumentos de trabalho da enfermeira são os mesmos utilizados pela tecnologia médica. Collière (1999) classifica esses instrumentos como de exploração da doença e de reparação ou tratamento, cuja finalidade é estabelecer o diagnóstico médico e a reparação terapêutica. Ainda segundo essa autora, a prática da enfermeira (ibid, p. 67)

Sua posição subordinada em relação aos médicos acaba por desvalorizar suas próprias condições de trabalho.

Como qualquer atividade meio, esse trabalho só se torna visível quando falha. Além disso, visto que nesse modelo assistencial a finalidade é a cura e o afastamento da doença, o médico é o agente socialmente referenciado e acreditado para tal. Assim, embora a cura ou o afastamento da doença seja o resultado de uma série de

processos de trabalho de diversos profissionais e trabalhadores da saúde, será o médico o elemento reconhecido como o executor de tal feito, por deter a posição hegemônica no processo de trabalho. Visto que o modelo biomédico se sustenta na produção e consumo intenso de tecnologias, insumos e medicamentos, ele consegue operacionalizar a produção de mais valor. Além disso, como já referido, o modelo biomédico consegue, por meio de seu principal agente, o médico, gerar a demanda necessária para o consumo no campo da saúde, o que sustenta o complexo médico-industrial da saúde. (ibid, p. 67)

A diferenciação do trabalho do médico e do enfermeiro se explica em no próprio processo de valorização do capital. Em outras palavras, a capacidade de geração de demanda do trabalho médico expresso em sua potencializada em indicar máquinas hospitalares, receitar medicamentos, tratamentos, entre outros exemplos, acaba por valorizar este profissional em sua capacidade de potencializar o crescimento da mais-valia em diferentes ramos produtivos. Ou seja, enquanto o centro de atenção a saúde for voltado, predominantemente, para a cura de doenças a valorização do profissional médico será maior em detrimento de todas as outras categorias de trabalhadores da saúde

Além disso, a separação entre trabalho manual e intelectual, em decorrência da divisão técnica do trabalho em saúde, favorece ao médico, que se apropriou do trabalho intelectual, o que atribui maior valor para sua força de trabalho. Nessa direção, o trabalho da enfermeira subjaz no modelo biomédico como subsidiário ao trabalho do médico e não possui o poder de gerar demanda de consumo. Além disso, falta às enfermeiras, nesse modelo, um aspecto que foi fundamental aos médicos para que se estabelecessem como profissão hegemônica: demonstrar à sociedade qual o benefício da sua prática e por que mais ninguém pode assegurar esses benefícios senão ela. Por isso que a apropriação de tecnologias, a superespecialização ou mesmo a disputa pelo poder prescricional (que, lembremos, é limitado, já que o médico é o único que é legitimado para prescrever em toda e qualquer circunstância) não têm garantido às enfermeiras maior reconhecimento social e mesmo maior valor para sua força de trabalho. (ibid, p. 68-69)

Veja que a lei 7.498/86 que regulamenta a profissão da enfermagem garante em seu artigo 11 inciso II alínea c, que compete ao enfermeiro a prescrição de medicamentos estabelecidos em programas da saúde pública e em rotinas aprovadas pela instituição de saúde. Sendo essa uma das razões da tentativa de organizações médicas de criar uma lei que regulamente sua profissão, eliminando essa divisão de poder (lei do ato médico, vetado parcialmente pela presidente Dilma Roussef em agosto de 2013).

Mas esse poder prescricional, o da cura, ainda existe no imaginário popular como sendo exclusivo dos médicos, inclusive o poder de fazer diagnósticos, outro equívoco. Observa-se então a tentativa de manter esse poder centralizado.

É tendo como base a valorização do capital através da obtenção de mais-valia relacionada à subjugação dos enfermeiros às decisões médicas, em que pese ser uma profissão

regulamentada por lei e com claras garantias de autonomia, observa-se que mesmo sendo estas últimas relacionadas à reprodução desenfreada do capital, que se remete o trabalho destes mesmos enfermeiros a uma dimensão política de luta de resistência, tendo os seus sindicatos papel primordial nesse processo.

A teoria da mais-valia é fundamental para a análise das condições de trabalho dos enfermeiros. A redução salarial em sua profissão relacionada à intensificação do trabalho manifesta uma redução do preço da força de trabalho dos enfermeiros acompanhada de crescente valorização do capital. Esse processo de valorização do capital manifesto no trabalho do enfermeiro se manifesta, ao mesmo tempo, em outra frente específica: o restabelecimento do trabalhador potencializando sua volta à esfera produtiva.

A redução do trabalho do enfermeiro atenta a uma dimensão exposta por Marx em as Teorias da Mais-Valia manifesta relacionado ao valor mínimo da venda da força de trabalho como condição essencial a sua própria existência. Essa condição mínima potencializa o acúmulo de capital entre aqueles que os empregam em detrimento de um intenso processo precarizante que se instala em seu cotidiano de trabalho.

Ainda no processo de diferenciação entre os médicos e os enfermeiros, percebe-se que os primeiros atuam em torno de uma organização profissional que regula sua própria profissão, controlando, como desdobramento desta ação, o número de médicos que atuam na sociedade. Ao fazer esta ação, agem no intuito de conter a expansão de profissionais que trabalham ao mesmo tempo, evitando a desvalorização dos honorários por eles recebidos. Mas, nesse sentido promovem dificuldade ao sistema público de saúde - SUS, em um de seus princípios basilares a universalidade. Fazendo assim que a demanda reprimida de nosso povo abarrote os consultórios e clínicas particulares.

Diferente o é a profissão enfermagem. O controle sobre o número de profissionais não é intensa como as dos médicos, sendo que o que se observa é uma proliferação de cursos de enfermagem em nível superior e técnico, elevando o exército de reserva da profissão em questão e redução salarial e de condições de trabalho. Mas isso pode ser considerada também como uma questão para a organização sindical.

Ainda como resposta ao mercado de trabalho em saúde, que exige da profissional domínio de competências básicas ampliadas de modo a adequar-se a um cenário em mudança constante, e ao mesmo tempo exige uma profissional especializada para os serviços de média e alta complexidade, observa-se nos últimos 10 anos o crescimento da pós-graduação lato sensu em Enfermagem. Essa diversificação dos cursos de especialização tem contribuído para uma maior divisão horizontal do trabalho na categoria das enfermeiras. Varella (2006) demonstrou que o número de especializações reconhecidas pelo Conselho Federal de Enfermagem ultrapassa o

número de títulos ocupacionais relacionados na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), o que pode significar a não existência destes postos no mercado de trabalho. Portanto, segundo essa autora, as especializações em Enfermagem, salvo as mais tradicionais, parecem não ter uma boa aceitação pelo mercado de trabalho, já que não são capazes de gerar uma demanda para o consumo dessa mão de obra, ao contrário de outras profissões, como a do médico. (ibid, p. 95)

A fragilidade da organização política dos enfermeiros acaba por criar espaços para a elaboração de políticas públicas que se voltam contra os próprios trabalhadores. Isso aponta o desafio de construir políticas de resistência que atuem nas relações macroestruturais do trabalho enfermeiro, fugindo das especificidades regionais e locais. Intensificar a luta sindical tomando como referência a educação política e formativa dos enfermeiros parece ser um dos caminhos a ser seguidos pelos enfermeiros e seus sindicatos.

Tudo isso indica que as enfermeiras colaboram para a redução do valor da sua força de trabalho, ao praticarem a venda de plantões e ao manterem diversos vínculos para compensar o baixo salário recebido. Assim, o valor da força de trabalho dessa profissional cai ainda mais porque não existe sequer a compensação financeira momentânea pelo desgaste da sua capacidade para o trabalho. Cabe lembrar que esse cenário agrava-se em virtude da frágil politização das enfermeiras e da concorrência existente entre na categoria, o que segmenta as trabalhadoras e favorece o modo de produção capitalista. Outro aspecto que merece destaque é a intensidade da jornada de trabalho. A intensidade do trabalho, conforme já debatemos no capítulo sobre o valor da força de trabalho, relaciona-se com a forma como o trabalho é realizado, o que reflete no quanto de energia é despendido pelo trabalhador, seja ela física ou emocional, na realização da sua atividade (ROSSO, 2006). (ibid, p. 99)

Essa educação de cunho formativo político deve debater com a sociedade o sentido do trabalho enfermeiros, suas divisões e como estas últimas precarizam este trabalho, transformando-se em uma armadilha aos próprios trabalhadores que correm o risco de serem desprovidos de sua vida.

A divisão parcelar do trabalho em Enfermagem no Brasil produz ainda uma situação peculiar. Oficialmente são reconhecidas como categorias da Enfermagem a enfermeira, a técnica e a auxiliar. No entanto, nos últimos 20 anos, surgem no Brasil as ocupações de agente comunitário de saúde (ACS) e cuidadores de crianças e idosos, que, na prática, executam ações do campo profissional da Enfermagem, atuando como mão de obra complementar neste campo. (ibid, p. 81)

O cenário acima exposto implicou em um duplo movimento no trabalho da área de enfermagem. Por um lado, os agentes comunitários de saúde⁵², expressão máxima da precarização e empobrecimento do conteúdo intelectual dos enfermeiros legitimados por um

⁵² Programa criado em 1994.

discurso de eficiência e ampara à saúde de cunho estatal. Por outro lado, essa mesma precarização implicando em intensificação do trabalho dos enfermeiros que além de terem que supervisionar este segmento, percebem a sua própria profissão ser subdividida. Como bem afirma Marx, a subdivisão do trabalho implica no empobrecimento e morte de uma sociedade. Soma-se a estes trabalhadores aqueles denominados como "cuidadores", funções que em alguns casos nem são remuneradas, recuperando a filantropia e o voluntarismo como saída "social" para os problemas na sociedade.

Desse modo, ao que parece, a criação da categoria de cuidador é mais uma forma de baratear a mão de obra na saúde, e dada a semelhança de ações executadas por esta categoria e as técnicas/auxiliares de enfermagem, o cuidador também se constitui como um exército de reserva no campo profissional em Enfermagem. O surgimento da categoria dos cuidadores é também reflexo do desenvolvimento do modelo biomédico, que impele as profissionais de enfermagem a apropriarem-se da execução de procedimentos técnicos mais complexos e executados pontualmente, afastando-se assim dos cuidados de manutenção da vida (COLLIÈRE, 1999), parte fundamental para que os cuidados de reparação ocorram. E, já que os cuidados de manutenção da vida demandam pela presença intensiva do cuidador, também é interessante ao modo de produção que uma força de trabalho com menor preço exerça esta função. E visto que essas ações deixam de ser realizadas pela equipe da Enfermagem, mais qualificada, e como tal portadora de maior valor e de maior preço em comparação aos cuidadores, suprime-se também a necessidade de mão (ibid, p. 82)

O que se deve ressaltar é que, apesar da pouca valorização do trabalho do enfermeiro em relação ao trabalho do médico, não é apenas o primeiro que se encontra em situação precarizada, pois o próprio médico passa por um intenso processo de precarização de suas condições de trabalho. Em que pese os salários/renda superiores aos dos enfermeiros, a reestruturação dentro dos hospitais fragmenta a própria profissão médica, estabelecendo diferenças entre os plantonistas recém-formados, os médicos consolidados que atuam em seus próprios consultórios e aqueles que assumem função de gestão e comando em hospitais privados. Observa-se também que, como os enfermeiros, os médicos após idade avançada ainda se submetem aos plantões noturnos, nos feriados e finais de semana para manterem uma renda melhor ao final do mês.

O que se percebe é a extensão das jornadas plantonistas acompanhada por pressões das gerências dos hospitais em prol da realização de consultas e cirurgias em um mesmo hospital. Para os hospitais, as cirurgias são as que oferecem a maior possibilidade de elevação dos ganhos, dada o conjunto de despesas pagas pelo paciente, ou mesmo por seu plano médico.

Ao realizar esta afirmação, demonstramos que o processo de intensificação do trabalho na área da saúde transcende o exercício profissional dos enfermeiros, alastrando-se mesmo

entre o segmento mais privilegiado, no caso alguns segmentos médicos. Assim, é possível afirmar que a luta pela melhoria das condições da saúde no Brasil e, conseqüentemente, do próprio trabalho dos profissionais a ela vinculados, deve romper com os pressupostos tayloristas do trabalho, abrindo limites para um embate além do trabalho alienado, um grande desafio não só aos enfermeiros, como a todos aqueles que vivem do trabalho.

CAPÍTULO 4 - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO E A EDUCAÇÃO DOS ENFERMEIROS

O intenso processo de precarização do trabalho e consequente resistência sindical dos enfermeiros se explicam na própria lógica formativa expressa em uma sociedade movida pelo trabalho alienado, condição essencial para a reprodução do capital em âmbito mundializado. Aqui se apresenta um debate através dos quais concepções distintas debatem, se negam e se contradizem.

Os trabalhadores enfermeiros, representados por seus sindicatos, negam as concepções reprodutivas do capital, apostando em uma sociedade emancipada movida pelo trabalho de cunho social. Ao mesmo tempo, diferente o é a concepção da burguesia sobre este mesmo trabalho. Seu entendimento afirma a necessidade da consolidação de um novo ser social que trabalha. Ele deve ser um profissional “adestrado” e apto à venda de sua força de trabalho em condições que se transformam a cada dia. O capital, em busca do lucro incessante, inventa e reinventa formas para a sua perpetuação.

A profissão enfermagem convive em um universo contraditório em que ocorrem inúmeros avanços tecnológicos, que por sua vez não são estendidos ao montante da população. O avanço tecnológico convive com a miséria daqueles que dela não podem desfrutar e a esperança é posta à prova pelo sofrimento e adoecimento em todos os níveis biológicos. Para Connel (1995) a principal conclusão das pesquisas sociais sobre a pobreza no planeta é que elas não são todas iguais. Ela se estende pelo planeta, definindo-se de acordo com a posição de subordinação dos países ao avanço do capitalismo. Com efeito, nos países onde o capitalismo não é desenvolvido, existem aproximadamente quinhentos milhões de crianças em estado de pobreza absoluta, estando as mesmas, em grande maioria, nas áreas rurais. Com referência aos Estados Unidos, em 1991 existiam cerca de 14 milhões de crianças pobres, ou seja, uma criança a cada cinco vivia em condições miseráveis. Já os países capitalistas industrializados como um todo possuem aproximadamente 35 milhões de crianças atingidas pela miséria⁵³.

O início do século XXI é marcado pela continuidade e agravamento do processo de crise econômica e social acima demonstrado. A concentração de riquezas é notável no período

⁵³ Os dados demonstrados por Connel fazem referência à década de 1990. Os mesmos foram utilizados para demonstrar ao leitor o cenário de precarização social no planeta que acompanhou o crescimento do neoliberalismo na América Latina.

em questão. A opção dos governos de socorrer bancos ignorando as vítimas do sistema capitalista acirra a pobreza no planeta. Na Europa, 42 milhões de seres humanos são classificados como pobres. A acumulação de riquezas demonstra que existem em torno de 10 milhões de ricos no planeta que acumulam em torno de U\$\$ 41 trilhões, algo em torno de três vezes o Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos ou mesmo da Europa, vinte vezes o da Espanha e dezenas de vezes o dos inúmeros países periféricos.

A Universidade das Nações Unidas fez um estudo inovador, publicado há dois anos. Eles constataram que 2% dos das pessoas têm mais da metade das riquezas mundiais enquanto os 50% mais pobres concentram menos de 1%. É incrível como o mundo é desigual. Se você quer estar na metade rica da humanidade, tudo que você precisa é de 2.200 dólares em ativos, incluindo a sua casa, seu carro e roupas. Acho que a maioria de nós ainda se sente muito pobre, com apenas 2.200 dólares em ativos. Há o suficiente para todos, temos trabalhado para fora dos números. Se você divide tudo igualmente, o que é impossível e provavelmente sequer desejável, todos no mundo teriam 26 mil dólares em ativos. (GEORGE, 2008, s/p)

Além disso, pode-se afirmar que a acumulação desenfreada do capital potencializa sérios problemas ambientais.

Talvez a pior notícia seja que, mesmo estes cientistas pareciam não prever a rapidez com todos estes acontecimentos tomariam lugar. Inicialmente, eles estavam falando sobre o ano de 2100. Agora nós sabemos que o gelo, no verão do Ártico, está derretendo rapidamente e pode desaparecer de três a sete anos a partir de agora. O derretimento dessa calota polar afetará uma área para além de 1500 km de toda a região do permafrost, como na Sibéria. Na Sibéria há centenas de milhares de quilômetros quadrados de permafrost que ao derreter, liberará enormes quantidades de metano, e metano pode ser 20 vezes mais destrutivo que o dióxido de carbono. O outro fator preocupante, por exemplo, é que o Ártico agora é branco, mas quando o gelo derreter, ele se tornará escuro, o que significa que irá absorver mais calor. Assim, o risco não se resume em um maior volume de água nos oceanos, mas a terra também absorverá mais calor em um tempo muito curto. Ao mesmo tempo, sabemos sobre os outros efeitos naturais, como tempestades e furacões - que estão se tornando mais intensos. (ibid, s/p)

Essa dinâmica reprodutiva mundializada do capital impacta no na formação dos trabalhadores no modo de produção capitalista ao qual se insere os profissionais da saúde e, conseqüentemente, os próprios enfermeiros. Ao realizarmos esta afirmação, tomamos como referência o próprio sentido da educação oferecida aos trabalhadores exposta por Marx.

Marx discute a educação como um amplo processo de formação do homem. Ela é elaborada a partir das determinações concretas da sociedade capitalista, assumindo a contradição expressa no trabalho na produção capitalista em que ao mesmo tempo ocorre a negação do homem e a criação de condições para a emergência de um novo homem. Discutir

o conceito de educação em Marx significa abordar alguns aspectos que são fundamentais e, ao mesmo tempo, frutos de uma totalidade. Em primeiro lugar, a união entre o ensino e o trabalho como uma ferramenta para a construção de um novo homem. Em segundo lugar, a negação da escola burguesa (iluminista) vista como um instrumento de legitimação de uma classe sobre outra. Por último, o conceito da revolução como um fenômeno educativo (LUCENA, 2000).

Essas afirmativas marxianas referentes à educação enquanto processo político revolucionário se aplica quando nos referimos à crítica da formação e condições de trabalho dos enfermeiros.

Em uma concepção de ensino socialista, Marx relaciona o ensino e o trabalho produtivo, unindo o primeiro ao último. Um dos princípios da educação socialista deveria ser o de acabar com a separação entre intelectuais e trabalhadores, pois esta separação impedia o trabalho de ter acesso ao saber e controlar o processo de produção e reprodução dos conhecimentos científicos. Braverman (1980) afirma que quanto mais a ciência é incorporada ao processo de trabalho, menos compreensão deste processo tem o trabalhador. Com a elevação da incorporação da ciência na máquina, ela, cada vez mais, se torna estranha aos homens.

Para Marx, o saber unindo-se ao fazer faria com que os operários ultrapassassem os limites do senso comum, destruindo as barreiras entre eles e o conhecimento fabril. Marx aponta que a base técnica da grande indústria diferencia o artesanato da manufatura que o precedeu. A mesma é uma base revolucionária, em que a moderna ciência baseada na tecnologia, que elabora e elimina com igual rapidez as formas dos processos de produção, provoca mudanças no trabalho e na produção. Isso faz com que o trabalhador seja cada vez mais parcial.

O universo do trabalho não supõe apenas elementos práticos, ou meros treinamentos técnicos (aprendizagem de um ofício), mas, supõe um embasamento teórico para explicar os elementos daquele universo ainda bastante inexplorado. Daí porque Marx e Engels insistem que a participação dos operários na produção esteja intimamente associada à formação intelectual. (JESUS, 1998, p. 49)

A educação na sociedade capitalista apenas reproduz para o futuro as condições de saber e de ignorância indispensáveis ao bom andamento do capital. Daqui resulta a sua divisão fundamental.

Apresentar o ensino como um meio que se oferece a todos, como uma oportunidade de subida social, oferecida no alvorecer da vida, independentemente da origem social dos indivíduos, é típico da abstrata e oca democracia burguesa e procede uma dupla mistificação, que só tem influência sobre os pequenos burgueses que oscilam entre as classes exploradoras e a explorada. Para a maioria, que só nos interessa numa visão de classe, o ensino apenas reproduz para o futuro as condições do saber e da ignorância, indispensáveis ao bom andamento do capital. Daqui resulta a sua divisão fundamental em ensino elementar obrigatório e ensino superior, abandonando as crianças mais favorecidas o primeiro a partir da idade de 10 - 11 anos. A seleção feroz (que explica a angústia e por vezes revolta dos jovens) é feita por grosso a partir da base econômica e não da inteligência igualmente repartida potencialmente em todas as classes, dispondo as crianças dos ricos de um meio material que as prepara muito naturalmente para a ideologia e as reações ‘dominantes’, e as pobres vivendo no estado que reproduz a pobreza, não condizendo as suas condições com o que lhes é ensinado na escola. (MARX; ENGELS 1978, p. 38)

Marx demonstra em a *Ideologia Alemã* que a civilização capitalista se desenvolve sobre um fundo de ignorância. A riqueza de alguns é função da pobreza das massas. A divisão do trabalho existente desenvolve, nos que têm uma profissão, uma única faculdade ou um único tipo de gesto em detrimento de todas as outras potencialidades do homem. “[...] Uma arma de mistificação e de conservação entre as mãos da classe capitalista. Tem tendência para dar aos jovens uma educação que os torna leais e resignados ao sistema atual, e os impede de descobrir as suas contradições internas.” (MARX; ENGELS apud DANGEVILLE., 1978, p. 37)

O trabalho dos enfermeiros possui sua essência formativa composta pelos princípios negados por Marx e seus seguidores. Sua atuação subordinada na divisão do trabalho no cotidiano dos hospitais demonstra a predominância de formas capitalistas de trabalho que afetam diretamente a atuação destes profissionais. Em outras palavras, sua atuação profissional assenta-se nas fronteiras do trabalho alienado e estranhado, base de um modo de produção cuja essência se materializa na exploração de classe de um homem sobre o outro homem. A “vampirização” de uma classe sobre outra através da qual as consideráveis condições de vida da burguesia ocorrem em virtude da pauperização de grandes coletivos de trabalhadores humanos: a contradição entre a miséria e a pobreza.⁵⁴

A atuação dos enfermeiros nas fronteiras do trabalho alienado e estranhado toma uma maior dimensão quando relacionada ao sentido do tempo livre na sociedade capitalista. Marx e Engels afirmam que:

⁵⁴ Todo o sistema de ensino da sociedade capitalista assenta no racionalismo burguês, ou seja, um idealismo ou iluminismo que esclarece os espíritos, as massas e a matéria (...) a sociedade dividida em duas classes é necessariamente idealista: a elite esclarecida dita as normas, e a massa bruta deve segui-las sem discussão. (MARX; ENGELS apud DANGEVILLE, 1978, p. 35)

[...] graças ao ensino, pago pela mais-valia extorquida aos operários durante o tempo livre monopolizado pela classe privilegiada, “o capitalista torna-se homem social por excelência (desabrochado em condições alienadas), e representa a civilização”. A fim de que não subsista nenhuma dúvida sobre a natureza infecta e alienada desta civilização das sociedades de classes, Engels precisa a propósito da redação do programa socialista de Erfurt de 1891: “E é preciso dizer que, dado o antagonismo social, também as classes dominantes são extropiadas tanto intelectualmente como fisicamente, e repito: ainda mais do que as classes oprimidas”. (MARX & ENGELS apud DANGEVILLE, 1978, p. 38)

O aumento do tempo livre não significa a redução do tempo de trabalho. A atuação dos profissionais da área de enfermagem é um dos maiores exemplos desta afirmação. Antunes (1999) afirma que mesmo com a redução da jornada de trabalho, com a intensificação do ritmo produtivo, um trabalhador cumprindo sete horas por dia poderá ter um tempo real de trabalho bem maior do que outro que trabalhe o dobro das horas, mas em uma tarefa de menor complexidade. A luta pela redução da jornada de trabalho implica na redução do tempo opressivo do trabalho, pois a simples redução da jornada pode ocasionar, ao contrário do que pareça, elevação do trabalho real.

No capitalismo, como bem afirma Mézáros (1996), o tempo livre é explorado pelo capital no interesse de sua expansão, como uma mercadoria em que se explora as atividades do lazer, sejam elas sexo, religião, etc. Em primeiro lugar, o tempo de não-trabalho no capitalismo não é realmente um tempo livre. Quanto maior o desenvolvimento de uma civilização, maior a sua distorção, pois atende à esfera exclusiva do consumo. Na ótica do capital, que explora o tempo livre como uma mercadoria, o seu significado tende a se limitar às noções estreitas do mercado, legitimados pela televisão, pela mídia ou pela publicidade. Com efeito, a própria necessidade do consumo passa a ser manipulada pelos meios de comunicação, determinando que os trabalhadores atendam os imperativos de um lazer onde sequer são sujeitos.

A discussão do tempo livre e a redução da jornada de trabalho são relevantes e estratégicas, mas devem observar em qual sociedade serão instaurados e o quê e para quem ela produz. Por isso que a emancipação do trabalho não deve ser confundida com o tempo livre.

A discussão sobre o tempo livre ganha destaque quando relacionada ao trabalho dos enfermeiros. O que se percebe nessa profissão é que o “tempo livre” é confundido com a elevação do número de plantões como forma de garantir sua própria sobrevivência. Na prática, o “tempo livre” dos enfermeiros é mediado de forma total pelo tempo do trabalho, causando sérios transtornos de saúde a esses profissionais. É nesse sentido que se aplica a

crítica manifesta naqueles que atuam como instrumentos para a melhoria das condições de vida de outros seres humanos, cujo custo é sua própria condição de vida e saúde.

Antunes (1995) afirma que o tempo disponível, só poderá ser considerado como disponível, quando for voltado para a produção de coisas socialmente úteis e necessárias, propiciando a eliminação de todo o trabalho excedente acumulado pelo capital e voltado para a produção destrutiva de valores de troca. O salto para além do capital será aquele que incorpore:

[...] as reivindicações presentes na cotidianidade do mundo do trabalho, como uma redução radical da jornada de trabalho e a busca do 'tempo livre' sob o capitalismo, desde que esta ação esteja indissolúvelmente articulada com o fim da sociedade do trabalho abstrato e a sua conversão em uma sociedade criadora de coisas verdadeiramente úteis. Este seria o ponto de partida para uma organização societária que caminhe para a realização do reino das necessidades (esfera onde o trabalho se insere) e deste para o reino da liberdade (esfera onde o trabalho deixa de ser determinado, como disse Marx, pela necessidade e pela utilidade exteriormente imposta), condição para um projeto fundamentado na associação livre dos indivíduos tornados efetivamente sociais, momento de identidade entre o indivíduo e o gênero humano. (ANTUNES, 1995, p. 81)

É como Marx afirma no Volume VI, parte sétima do Capital, no capítulo sobre a renda trinitária, que a redução do tempo de trabalho é o ponto de partida para a construção de uma sociedade emancipada, quando uma sociedade fundada no reino das necessidades se coloca como ponto de partida de uma sociedade fundada no reino da liberdade. Considera-se que o reino da liberdade só é possível quando o reino das necessidades for atingido, assim, é no reino das necessidades que o tempo livre passa a ser cheio de sentido, porque o trabalho passa a ser dotado de sentido, unindo duas coisas que na realidade são uma só.

De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida e o mesmo tem de fazer o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. Acresce, desenvolvendo-se, o reino do imprescindível. É que aumentam as necessidades, mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las. A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, o produtor associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições com a natureza humana. Mas, esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho. (MARX, 1980, p. 942)

As condições de trabalho dos enfermeiros acima apresentadas materializam a resistência desses profissionais manifestas na ação do seu sindicato representativo. A negação coletiva do trabalho alienado e estranhado de forma organizado coloca ao sindicato a necessidade de uma atuação pedagógica e política manifesta na resistência e no enfrentamento, entendendo os enfermeiros como trabalhadores em luta pela melhoria de suas condições de trabalho, cujo êxito consiste em sua própria na emancipação. A resistência sindical é um ato educativo.

De acordo com Souza Júnior (1997), a discussão fundamental da educação em Marx se localiza no processo educativo do proletariado, único meio que se pode passar da alienação universal à sociabilidade dos homens livres. Para Marx, a organização do proletariado é um processo educativo fundamental, no qual aparecem como questões importantes, o papel das associações operárias, dos partidos, dos sindicatos, etc., e ocupa o papel de destaque o conceito de revolução. Com efeito, o trabalho é fundamental, pois é a partir dele que Marx aposta em um amplo revolucionar dos homens. O trabalho tem um caráter educativo, essencial à trajetória do ser humano rumo a sua emancipação (LUCENA, 2011b).

Braverman (1980) afirma que os trabalhadores só poderão assumir o domínio da produção, assumindo as prerrogativas científicas, de projeto e operacionais da engenharia moderna. O contrário, não haverá domínio do processo produtivo. De acordo com Santos (1997), a vinculação entre a atividade intelectual e prática é o caminho onde se encontra o princípio educativo que conduz a unidade entre o pensar e o fazer. Isso possibilita o desenvolvimento de uma postura racional voltada para a compreensão e transformação da realidade, condição básica para a formação de um homem superior.

Essa dimensão educativa pressupõe refletir sobre as atividades que realizamos, sobre o sentido do trabalho, caracterizar a sua natureza, os seus elementos constituintes e o papel do trabalhador como ser que pensa, que tem clareza dos objetivos a serem alcançados, que busca dominar e aperfeiçoar o processo de trabalho, apropriando-se do produto que é fundamental para a sua vida. Conforme Marx, essa é uma condição indispensável para a conquista da liberdade e da livre criação. (SANTOS, 1997, p. 50)

É importante ressaltar que Marx não admite uma concepção idealista da educação. Ele defende a libertação do homem em todos os sentidos, fundindo o campo e a cidade, o ensino e a produção, etc. A classe operária é a portadora da ciência do futuro que só se materializará com a ruptura com o capitalismo, pois a plena educação cultural das massas não pode ser realizada numa sociedade dividida em classes sociais.

O conceito do pensar e do agir, de se apropriar das condições de miséria e exclusão, levam os homens a atuarem no intuito de transformarem a sua condição de vida. É por isso que o projeto de transformação social não pode ser compreendido como algo neutro, pois a transformação é fruto de uma aprendizagem no conflito, da constatação de que é somente mudando a sociedade que as relações sociais se transformarão. Dentro de uma concepção marxista de educação, a revolução é um processo educativo fundamental para o futuro, uma totalidade fruto de determinações históricas e materiais. Ela representa uma instância educativa no interior da qual o processo revolucionário se localiza e aparece como um dos processos contraditórios.

A revolução é um processo educativo, um movimento engendrado por determinadas forças históricas, por uma determinada forma de vida social depois de atingido certo desenvolvimento que, em si, já é um processo amplo de educação. Embora seja a revolução a educação decisiva, única forma possível para superar a alienação burguesa, ela não é o único processo educativo, nem surge isolada dos processos sociais. Ela não só é educadora do homem, como impescinde de uma educação prévia para se realizar. Ela é a autotransformação do homem, é práxis humana, atividade finalista que intervém transformando as circunstâncias em relação com as quais o homem se constrói.

[...] as considerações do desenvolvimento histórico do homem como amplo processo educativo, bem como da revolução como educação do homem para novas relações sociais, não podem surgir como pura especulação, como resultado de meras elucubrações sem nenhuma base concreta que lhes dê sustentação. (JESUS, 1998, p. 145)

Marx entende que a educação deveria ser constituída como um instrumento para a realização da luta histórica dos trabalhadores que os elevasse acima das demais classes. Marx e Engels afirmam que, por sorte:

[...] as condições em que vive esta classe asseguram-lhe uma formação prática, que não só substitui toda a incoerência escolar, mas ainda neutraliza o efeito pernicioso das ideias religiosas confusas de que está revestido o ensino - e é isto mesmo que coloca os operários à frente do movimento de toda a Inglaterra. A miséria não ensina apenas o homem a orar, mas ainda muito mais: a pensar e a agir. (MARX; ENGELS, 1978, p. 69)

Estas afirmações demonstram a impossibilidade de soluções ao capital, dentro do reino do próprio capital. Se o mesmo constitui-se o palco das contradições que podem levar a um revolucionar dos homens, não é simplesmente nos limites de suas fronteiras, na lógica do

trabalho alienado, que os homens poderão construir uma sociedade igualitária. É assim que se aponta a pertinência da tese que aqui se apresenta: a construção de um movimento sindical enfermeiro como expressão da crescente precarização neste segmento manifesta o empobrecimento formativo, extensão da jornada de trabalho, adoecimento profissional, subordinação taylorista a um modelo biomédico de saúde, entre outros. Ao se realizar esta afirmação, se contrapõe às teses sobre o fim da história e da luta de classes, entendendo que este é um processo intrínseco à sociedade capitalista, cujo fim consiste em sua própria superação.

Os desafios estão lançados...

REFERÊNCIAS

- ALVES, Eduardo. **Concepção e prática**: uma breve história do movimento sindical. Disponível em: <http://sinergiabahia.com.br/?wpfb_dl=49>. Acessado em 30 de maio 2012.
- ALVIM, L. T. Federalismo, Descentralização e Política de Saúde. **Revista do Legislativo do Estado de Minas Gerais**. Revista do Legislativo, Ed. Assembléia Legislativa do estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, nº 25, p. 50 – 58. Jan/mar 1999.
- ANTUNES, Ricardo. **O que é Sindicalismo**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1991. 18ª Ed.
- _____. **O Novo sindicalismo no Brasil**. Campinas: Pontes. 1995. 2ª Ed.
- _____. **Adeus ao Trabalho?** São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARANHA, A. V. S. O conhecimento tácito e a qualificação do trabalhador. **Revista Trabalho e Educação**. Belo Horizonte: nº 2. p. 12-30, 1997.
- ARISTÓTELES. **Ética à Nicômaco**. São Paulo. Nova Cultural: 1996.
- _____. **Metafísica**. Tradução de Leonel Vallandro. Porto Alegre: Globo, 1969.
- ARRETCHE, M. T. S. **Estado federativo e políticas sociais**: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan / São Paulo: FAPESP, 2000.
- BARROS, Marco Antonio de. **A Lei de Segurança Nacional e a Legislação Penal Militar**. Disponível em: <<http://www.justitia.com.br/artigos/4714cb.pdf>>. Acessado em 21 de junho de 2012.
- BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. FONTE: Atualidades Vestibulares – Editora Abril. 1994.
- BOITO, Júnior Armando. **Reforma e Persistência da Estrutura Sindical**: o sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. O economicismo oculta a revolução. **Crítica Marxista**. São Paulo, v. 2, p. 153-159, 1995.
- _____. **Neoliberalismo e trabalhadores no Brasil**: Política ideologia e movimentos sociais. 2000. Disponível em <www.unicamp.br/cemarx/projeto>. Acessado em 20 de abril de 2012.
- BOTTIMORE, Augusto. **Portal “Trabalho, Educação e Sociedade”**. Disponível: <www.carloslucena.pro.br>. Acessado em 20 de maio de 2013.
- BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891**.
- _____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946**.
- _____. **Lei federal nº 4.330 de 01 de junho 06 de 1964**.

_____. **Lei nº 5.250.** Lei de imprensa de 9 de fevereiro de 1967.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988.

_____. Ministério da Saúde. **A política de saúde no Brasil nos anos 90:** avanços e limites. Elaborado por Barjas Negri. Brasília. Ministério da Saúde. 2002.

BRAVERMAM, H. **Trabalho e capitalismo monopolista.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

CONNELL, R. W. Pobreza e educação. In: GENTILE, P. (org.). **Pedagogia da exclusão:** crítica ao neoliberalismo em Educação. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 11-42.

CHOMSKY, Noam. **O Lucro ou as Pessoas?**São Paulo. Ed. Berthand Brasil, 2004. 2ª ed.

DIAS, Adelino José de Carvalho. **O Ensino Superior privado em Uberlândia:** precarização do trabalho docente (Dissertação de Mestrado). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

DISCHKALN, Eveline. Paradoxos das políticas de descentralização de saúde no Brasil. **Revista Panam Salud Publica/Pan Am J Public Health.** n. 20 (6), 2006.

ENGELS, F. **A dialética da natureza.** São Paulo: Paz e Terra, 1991. Apêndice, p. 215-238.

_____. **O Anti Duhring.** Publicado: em Vorwärts. 3 de janeiro de 1877. Fonte: The Marxists Internet Archive. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/biblioteca/engels_antiduhring.pdf>. Acessado em 10 de maio de 2007.

FREITAS, M. N. S. **O Sindicalismo da Enfermagem na cidade de Macapá.** TCC apresentado ao curso de graduação em enfermagem

FONSECA, Diego de Sousa Ribeiro; QUEIRÓZ, Antônia Márcia Duarte. Aspectos da política econômica internacional do governo Fernando Collor de Mello. **III Jornada Internacional de Políticas Públicas São Luís – MA, UFMA.** 28 a 30 de agosto 2007.

FONSECA, André Luiz Filo Creão G. **Há hierarquia entre lei complementar e lei ordinária?** Disponível em: <http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos_revistas/82.pdf>. Acessado 07 de julho de 2012.

GEORGE, Susan. **Os desafios do século 21.** Discurso de La Casa Encendida Madrid, Espanha, em novembro de 2008.

GERSCHMAN, S. **A democracia inconclusa:** um estudo da reforma sanitária brasileira. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

GUIMARÃES, Antonio Monteiro (org). **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 2001.

HAYEK, F.A. **O caminho da servidão.** São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010. 6ª ed.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1996. 6ª ed.

INÁCIO, José Reginaldo (org). **Sindicalismo no Brasil: os primeiros 100 anos?** Belo Horizonte: Crisálida, 2007.

JAKOBSEN, Kjeld. **A internacional socialista, suas origens e atuação contemporânea.** Publicado pela Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores, Brasil. 2008.

JESUS, Antônio Tavares de. **O pensamento e a prática escolar de Gramsci.** Campinas: Autores Associados, 1998.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura.** Tradução de Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

KOSIC, Karel. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 2ª ed.

LENIN, V. I. **Sobre os sindicatos.** São Paulo: Polis 1979.

LUCENA, Carlos. **Os pressupostos educacionais em Marx.** Mimeo. 2000.

_____. **Tempos de destruição: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil.** Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2004.

_____. **Capitalismo, Estado e Educação.** Campinas: Alínea, 2009a.

_____. **Trabalho, Educação e Formação Humana:** Campinas: Alínea, 2009b.

_____. **Hayek, Liberalismo e formação humana.** Campinas: Alínea, 2011a.

_____. **O “Brasil Novo” e o neoliberalismo: os primórdios da adesão ao Plano Brady.** mimeo, 2011b.

_____. **Ciência, trabalho e educação: alguns pressupostos para a formação dos trabalhadores. Revista Histedbr On line.** Campinas: n. 28 p. 70-84, dez 2007.

_____. **O Mito de Caronte. IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil. 31.07 a 03.08. 2012.** Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa. Anais Eletrônicos. ISBN 978-85-7745-551-5. 2013.

MACEDO, Neusa Dias. **Iniciação à pesquisa científica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa.** São Paulo: Loyola, 1994. 2ª ed.

MARQUES, R. M. **Descentralização das políticas sociais no estado de São Paulo.** Série Federalismo no Brasil. Brasília: FUNDAP/FAPESP, 1998.

MARX, Karl. **Consequências sociais do avanço tecnológico.** São Paulo: Populares, 1980.

_____. **O Capital: crítica da economia política. Livro 3º, Volume VI, tradução Reginaldo Sant’ Anna.** São Paulo: Nova Cultural, 1984. 3ª ed.

_____. **Capítulo VI (inédito) do livro primeiro de O Capital.** São Paulo: Ciências Humanas, 1985a. 169p.

_____. **O Capital**: crítica da economia política; Livro 1º, Volume I, tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985b. 2ª ed.

_____. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858**. Volume 2. Siglo Veintiuno, 1985c. 10ª ed.

_____. **Miséria de la filosofia**. México: Siglo Veintuno, 1987.

_____. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1988a.

_____. **O Capital**: crítica da economia política; Livro 1º, Volume II. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988b. 3ª ed.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 19ª ed.

MARX, K.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Moraes, 1984.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. SP: Editora Moraes, 1977.

_____. **Crítica da educação e do ensino**. Portugal: Moraes, 1978.

MELLO, A. F. **Marx e a globalização**. São Paulo: Boitempo, 1989.

MELLO, Fernando Collor de. **Pronunciamento do Presidente Collor**. Diretrizes para um Novo Brasil. Imprensa Nacional. SIG – Brasília, DF, 02/1991.

MÉSZÁROS, I. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1996.

MIRANDA, Bernadete Maria. História do Sindicalismo no Brasil. **Revista Virtual Direito Brasil**. v. 5. n. 1. 2011.

MOREIRA, Marcílio Marques. **Diplomacia, Política e Finanças**. Depoimento ao CPDOC/FGV. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

NAPOELONI, Cláudio. **Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1981. p. 86-95.

PASCHE, Dario F; RIGHI, Liane B; Thomé, Henrique I; Stolz, Evelin D; **Paradoxo das Políticas de Descentralização de Saúde no Brasil**. Revista Panamericana de Salud Pública 20 (6), 2006.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Neoliberalismo no Governo Collor**. Disponível em: <www.bresserpereira.org.br/papers/ebpi82collor&modernidade.PDF>. Acessado em 21 de agosto de 2012.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Collor e o neoliberalismo. **Folha de São Paulo**. 21/02/91.

PENTEADO, Jeovan Eduardo. **Organização Sindical, História, Criação e Configuração dos Sindicatos**. 2012.

PITTA, A. **Hospital**: dor e morte como ofício. São Paulo: Hucitec, 1994.

POSSAS, Luisa de Medeiros. **O governo Collor**. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/6t-alun/2008/m3-collor/m3-collor.pdf>. Acessado em 09 em julho de 2012.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SANTOS, Tatiane Araújo dos. **O valor da força de trabalho da enfermeira** (Dissertação de Mestrado). Salvador: Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, 2012.

SANTOS, E. H. Trabalho prescrito e trabalho real no atual mundo do trabalho. **Revista Trabalho e Educação**. Belo Horizonte: n. 1, 1997. p. 13-27.

SANTOS, A. M. P; COSTA, L. S; ANDRADE, T. A. **Federalismo no Brasil: Análise da Descentralização Financeira da Perspectiva das Cidades Médias**. PRONEX-MIC/FINEP/CNPQ. 2006

SIKORSKI, Fernando de Oliveira. **Os atos institucionais como instrumentos de recrudescimento da ditadura militar brasileira entre 1964 e 1968** (Monografia). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2010.

SILVA, Antonio Ozai da. A esquerda marxista e o PT (III). Força Socialista (FS) e Brasil Socialista (BS). **Revista Espaço Acadêmico**. nº 94. Março de 2009.

SILVER, Beverly J. **Forças do Trabalho: Movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870**. São Paulo. Boitempo, 2005.

VIANA, A. L. D; LIMA, L. D; OLIVEIRA, R. G. **Descentralização e federalismo: a política de saúde em novo contexto – lições do caso brasileiro**. 2002.